UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – *STRICTO SENSU*

MESTRADO EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

PATRÍCIA BRITO MORAES

TRADUÇÃO E MERCADORIA:
VÍNCULOS COM A TAREFA EDUCACIONAL

Ijuí – RS

2013

PATRÍCIA BRITO MORAES

TRADUÇÃO E MERCADORIA:
VÍNCULOS COM A TAREFA EDUCACIONAL

Dissertação apresentada à Banca de Defesa Final do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Educação nas Ciências, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação nas Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rudi Schneider

Ijuí – RS

2013

PATRÍCIA BRITO MORAES

TRADUÇÃO E MERCADORIA:
VÍNCULOS COM A TAREFA EDUCACIONAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,

aprova a presente Dissertação:

_____

Dr. Paulo Rudi Schneider (UNIJUÍ)

(Orientador)

_____

Dr. Luiz Rohden (UNISINOS)

_____

Dr. Paulo Evaldo Fensterseifer (UNIJUÍ)

_____

Dr. Sidinei Pithan (UNIJUÍ)

Conceito: _____

Ijuí – RS, 26 de agosto de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa ao programa de Mestrado em Educação nas Ciências da Unijuí.

Resta-me agradecer...

Pela orientação deste tema de pesquisa ter estado em boas mãos, e por isso, ao professor Paulo Rudi Schneider por ter presenteado a mim e a este trabalho com seu intercâmbio de idéias e conhecimentos teóricos, salientados mediante um aprofundamento crítico argumentativo. Pela sua impressionante inteligência e prestimosa paciência com que me orientou.

Devo dizer que além de meu orientador, pude contar também com a leitura teórica precisa do professor Paulo Fensterseifer, a ele sou grata por ter me auxiliado na parte bibliográfica e, portanto, a elucidar os temas e as idéias de alguns pensadores que no caso desta pesquisa mereciam ser mencionados para o enriquecimento argumentativo da mesma. E, também, pela contribuição que trazes, ao escrever o parágrafo de fechamento deste texto dissertativo.

Registro ainda meus agradecimentos, à amiga e mestre Claudia Giovana Ferreira da Silva, que depois de muitos momentos de conversa e de observar o entusiasmo com que falava das aulas do mestrado e da admiração pelos professores, foi quem me instigou a participar da seleção do mestrado. Quero agradecer-lhe, por ter mantido a expectativa que eu conseguiria.

E, por fim, a Capes, pela bolsa que assegurou a possibilidade desta formação.

“Toda a interpretação é obrigada a se submeter à situação hermenêutica a que pertence” *[Jede Auslegung hat sich in die hermeneutische Situation zu fügen, der sie zugehört.]* (GADAMER, 1990, p. 40)

RESUMO

Este trabalho dissertativo coloca em discussão o envolvimento da tradução com a tradição e com o entendimento dos procedimentos teóricos e práticos, possíveis pelos conhecimentos mediados pela educação. A idéia é a de que a educação está sempre em ativa participação no contexto do sistema produtivo, e, sendo assim, no processo de fabricação de uma mercadoria elaborada especificamente para o trabalho agrícola. Esta proposta de estudo é proveniente de uma conversa da pesquisadora com (6) seis profissionais engajados no setor educacional estadual dos municípios de Ijuí e Panambi, formados nas áreas de química, física, matemática, artes, história e geografia e da ilustração de suas respostas, as quais procuram comprovar a forma de como estão representadas estas disciplinas na construção e montagem de um maquinário agrícola. Para dar suprimento a essa investigação e acolher neste trabalho tanto o exemplo prático dado pelos professores, quanto os estudos teóricos relacionados ao contexto da produção industrial, procuramos abordar o assunto através da reflexão fenomenológica. Nesse sentido, as verificações da dependência da mercadoria do aspecto educacional e dos esforços produtivos de um povo, foram argumentos construídos na interlocução com os autores de referência, e, no entanto, resultantes de reflexões crítico-argumentativas. Esse aporte teórico está ancorado, principalmente, em Gadamer e Benjamin, por suas significativas teorizações a respeito da tradução, da tradição, da linguagem e a hermenêutica. São trazidos ainda para a interlocução, autores como Berticelli, Larrosa, Flickinger, Marx e Marques, considerando suas importantes contribuições acerca da mercadoria, dos pressupostos da educação, da interpretação e do fetichismo, das relações em torno do processo de compreensão e das especificidades do trabalho do tradutor em geral. As conclusões, ao final do percurso investigativo, permitem dizer que nada se passa na realidade mercadológica que não seja proveniente da educação e que não tenha um mínimo de pesquisa educacional. Frisamos que a recuperação tradutora do aspecto educacional da mercadoria no setor produtivo torna-se essencial para a compreensão da inserção das produções mercantis no campo da linguagem, da tradição, da cultura e da educação de modo específico. Acentuamos a importância da necessidade da consciência sobre a presença da educação quanto aos seus amplos efeitos sociais, sempre mediados pela linguagem em tradução.

Palavras-chave: tradução – tradição – educação – mercadoria.

ABSTRACT

This dissertation work calls into question the involvement of the translation with tradition and with the understanding of the theoretical and practical procedures, possible because of the knowledge mediated by education. The idea is that education is always in active participation in the context of the production system, and, therefore, in the manufacturing process of a specifically designed product for agricultural work. This proposed study is from a conversation of the researcher with six (6) professionals engaged in the educational sector of the state and the municipalities of Ijuí and Panambi, graduated in chemistry, physics, mathematics, arts, history and geography and the illustration of their responses which seek to verify the manner of how these disciplines are represented in the construction and assembly of an agricultural machinery. To give supply to this research and welcome this work both practical example given by teachers, as theoretical studies related to the context of industrial production, we tried to approach the subject through phenomenological reflection. In this sense, the findings of the dependence of merchandise of the educational aspect and the productive efforts of a people, arguments were constructed in dialogue with the authors of reference, and, however, resulting in critical and argumentative thinking. This theoretical framework is anchored primarily in Gadamer and Benjamin, for their significant theorizing about the translation, the tradition, the language and the hermeneutics. It is also brought to the dialogue, authors as Berticelli, Larrosa, Flickinger, Marx and Marques, considering their important contributions about the merchandise, the assumptions of education, interpretation and fetishism, relations about the process of understanding and the specifics of the translator work in general. The conclusions at the end of the investigative path, let say that nothing happens in the commercial reality that does not come from education and that does not have a minimum of educational research. We emphasize that the translator recovery of the educational aspect of the merchandise in the manufacturing sector is essential for understanding the integration of commercial productions in the field of language, tradition, culture and education in a specific way. We stress the importance of the need for awareness of the presence of education as to its broad social effects, always mediated by language in translation.

Keywords: translation – tradition – education – merchandise.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **9**
COMO OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA ENTENDEM O PERCURSO CONSTITUTIVO DA COMPETÊNCIA DA MERCADORIA 19

1 INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO **24**
1.1 HANS-GEORG GADAMER 24
1.2 WALTER BENJAMIN 34

2 TRADIÇÃO **48**
2.1 A TRADIÇÃO EM GADAMER 48
2.2 A TRADIÇÃO EM TERMOS BENJAMINIANOS 54
2.3 O ASPECTO DA UNIVERSALIDADE DA COMPREENSÃO DA LINGUAGEM 59
2.4 A UNIVERSALIDADE DA COMPREENSÃO E A TRADIÇÃO 67
2.5 A TOTALIDADE DA COMPREENSÃO E A TRADUÇÃO 69
2.6 O ASPECTO DA UNIVERSALIDADE E A HERMENÊUTICA 71
2.7 EDUCAÇÃO COMO TRADUÇÃO 74

3 A MERCADORIA – "AS PASSAGENS DE PARIS" **83**
3.1 PARIS: O COMEÇO DAS LOJAS DE EXPOSIÇÃO DE MERCADORIAS 83
3.2 ASPECTOS DA MERCADORIA 85
3.3 A POSSIBILIDADE DA EXPERIÊNCIA DE CONHECIMENTO INSCRITA NA MERCADORIA 93
3.4 AS ESPECIFICIDADES DO TRADUTOR E OS COMPROMISSOS EM GERAL 100

CONSIDERAÇÕES FINAIS **107**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **116**

INTRODUÇÃO

Supomos o entendimento de que a hermenêutica em sua pretensão universal esteja diretamente relacionada com o processo educacional formal, regrado e instituído, mas que não se restringe apenas a esta perspectiva em meio ao todo da cultura. Numa visada mais difusa sobre o aspecto da comunicação e ação do entendimento humano, o qual incessantemente se ativa em nossas tentativas de articular o sentido do mundo, deparamo-nos com a presença e realização da hermenêutica também em ambientes de aprendizado informal.

A hermenêutica tradutora acontece nos mais diversos ambientes de interação não convencionais. Conforme tal suposição, a hermenêutica ocorre abarcando o âmbito das relações culturais em geral, mesmo aquelas que se estabelecem pelos interesses comerciais sancionados e praticados em atividade concreta ao longo dos séculos. Neles e por eles, como aspecto fundamental da hermenêutica, a tradução para uma língua estrangeira cumpre a função de transmitir sentidos de uma cultura para outra, explicitando as características de cada produto comercializado por determinações lingüísticas.

Esse exercício somente se torna possível concretamente pela produção significativa e prática dos povos em questão. Por essa razão, supomos que a tradução sempre faz algo mais do que uma mera decodificação de conteúdos decodificados de modo meramente instrumental. Como hermenêutica e tradução ela torna possível a instauração da sociabilidade entre países e povos.

Nas transações mercadológicas entre países estrangeiros, todo o processo de repasse de mercadorias exige adaptação nas prestações de bens e serviços por parte das empresas fabricantes e um entendimento sobre os múltiplos interesses em questão. Procedimentos práticos de trabalho vinculados ao uso da linguagem são

necessários e, por essa razão, dependem necessariamente de tradução para transmitir sentido e legitimidade do conteúdo linguístico inscrito no produto socialmente produzido e de procedência estrangeira. Isso é um sinal do reconhecimento de que a interpretação na atividade tradutora dita instrumental, possivelmente possa participar da elucidação e do desvelamento do conhecimento subjacente e encoberto da mercadoria, sempre social e comunicativamente produzida em qualquer país.

Desse modo, Gadamer (1990, p.401) faz questão de ampliar a importância da hermenêutica tradutora anunciando que "toda a interpretação é obrigada a se submeter à situação hermenêutica a que pertence" *[Jede Auslegung hat sich in die hermeneutische Situation zu fügen, der sie zugehört]*[1].

É possível perceber o mercado como um solo comum, no qual o exercício do diálogo hermenêutico e a aprendizagem em geral estão relacionados, tendo um papel central, mesmo que subjacente, uma vez que, a arte de aprender se dá no próprio meio de análise interpretativa da linguagem. Evidencia-se isso, quando se estabelece o processo de intercâmbio cultural entre duas línguas em tradução mútua, em que nessa troca de experiência apreciam-se diferentes sentidos lingüísticos, caracterizando termos de uma determinada área de interesse comunicativo.

O aprendizado somente encontra lugar, se a interpretação requisitada consegue expor categorias de sentido bem próximas à da estrutura dos termos originais, e passíveis de serem substituídos. Uma das coisas essenciais a se fazer para estreitar duas naturezas de sentido, como sobre Benjamin Schneider (SCHNEIDER, 2008, p. 211) indica é: "Havendo linguagem, porém, deve-se retroceder voltar, retornar para saber do que se trata, de que essência espiritual a expressão provém".

O aspecto educacional no sistema mercadológico evidencia-se no conjunto das produções elaboradoras da mercadoria, e não só pelo sentido de utilidade material que ela desperta. Antes disso, e, sobretudo, pelo conhecimento subjacente à produção da mercadoria, enquanto conceito básico imaginado em seu aspecto de produção, bem como, de uso social, em encontro cultural possibilitado pela tradução.

---

[1]A tradução do texto original para o português e para o espanhol foi cotejado pelo prof. Paulo Rudi Schneider.

Assim, em qualquer momento do mercado, o objeto interpretado e traduzido remete ao processo de compreensão da verdade cultural mais ampla, trazendo incorporado em si mesmo sempre o acontecimento educacional. Desse modo, a interpretação de um objeto precisa visar acima de tudo à transmissão dos conhecimentos nele gestados.

O mercado industrial se apresenta como uma exigência de possibilidade de estruturas práticas, para a ação de ampla troca de significado. A adoção dessa medida tem relevância porque, com o crescente aumento das linhas de produtividade no setor industriário, surgem grandes quantidades de modelos de mercadorias, que, diferentes entre si, carregam consigo as marcas fundamentais das suas culturas, traduzindo simultânea e resumidamente todos os aspectos educacionais que as tornaram possíveis. Conforme Venuti (2002, p. 173) “a tradução procede de acordo com um *double-bind* que lhe concede o potencial de produzir efeitos sociais de amplo alcance”.

Importa compreender que a educação não se restringe somente ao ambiente de formalidade institucional. A educação formal é importante à medida que, é uma das premissas que contribui para a elaboração e produção da mercadoria. Dessa forma, a importância da educação nas ciências está em mostrar e oportunizar esse processo de transmissão dos saberes da tradição, historicamente relacionados com a educação e a sociabilidade em geral.

Tentamos buscar essa perspectiva temática pelo fato de que ela, mesmo diretamente relacionada à educação, ainda parece prescindir de reflexão necessária em muitos sentidos, isto é, à reflexão sobre o profundo e direto comprometimento da educação com o mercado. Julgamos que a relação do conhecimento e da educação com o mercado pode e deve sempre ser evidenciado e desoculto pelas traduções.

Bem se sabe que no mundo contemporâneo existem à nossa volta sociedades de alguns países que exigem a mostra dessa relação nas empresas em forma de apresentação, por ocasião da venda do produto mercadológico, por terem claro que esse aspecto da relação deve ser evidenciado e, por julgarem tratar-se de uma questão política fundamental.

Hoje, a produção mercadológica é um espaço em evolução avançando na busca de novos conhecimentos e, por adaptação planejada de alternativas inteligentes para sobreviver em meio à competitividade cada vez mais acirrada. É útil que se ouça de Motta (2002, p. 22), que uma das máximas de nosso tempo imposta

pelo mercado, é a de que “todos dependerão de conhecimento e de educação além do mínimo”.

Além do exposto, ainda há a consideração a ser feita sobre a necessidade das condições de possibilidade de competência do tradutor, as quais também dependem dos aspectos educacionais formais e de outra língua específica. Da mesma forma que a mercadoria necessita dos saberes que nela se incorporam, partindo da e se ativando na educação formal, o tradutor tem como circunstância de sua competência a tradução, cuja elaboração técnica aprendeu na educação formal.

Defendemos que a forma de existência da produção da mercadoria, bem como de sua troca, é oriunda tanto das competências herdadas da tradição na perspectiva histórica, quanto sociais e precipuamente educacionais, pela escolha do que deva ser tema e conteúdo no processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, todas as mercadorias nesse sentido incorporam a educação e a pesquisa nas áreas científicas concernentes.

As instituições empresariais que procuram conscientizar os consumidores a respeito dessas relações societárias que um modelo de mercadoria carrega, e compartilhar socialmente esses valores junto ao mercado tem a intenção de adquirir maior confiabilidade. Assim, julga-se que a tradução numa empresa exportadora de mercadorias deve passar constantemente o conhecimento da tradição, e, nesse caso, lembrar-se da questão educacional ligada à elaboração geral da mercadoria, dando-lhe condições de existir.

Considerando as reflexões feitas, a presente pesquisa tem como tema “Tradução e Mercadoria: vínculos com a tarefa educacional”, com foco específico na tradução como aspecto hermenêutico relacionado com a importância dos aspectos da educação e da tradição. Assinalamos, que a motivação prática e vivencial deste trabalho, além do interesse teórico pela tradução como aspecto fundamentalmente hermenêutico, está relacionada com a possibilidade de traduzir a educação formal para uma mercadoria produzida especificamente para o ramo de atividade agrícola por uma empresa de Ijuí.

O papel fundamental seria fazer o movimento contrário do processo educativo, retraduzindo de volta a experiência do conhecimento obtido formalmente na produção dessa máquina agrícola, fabricada para o plantio e à colheita de grãos de arroz, e, para tanto, para servir ao trabalho rural. E nesse movimento reverso, revisar de outro ângulo as categorias de conhecimento subjacentes à estruturação

desse maquinário que, num desvario objetivista nos esquecemos das suas determinações históricas.

A motivação que tivemos para tentar fazer esse tipo de relação explica-se pelo trabalho específico de tradutora, bem como, pela intenção de compreender mais amplamente a dependência da mercadoria em relação à educação como condição da sua possibilidade. Além disso, é preciso mencionar que se agregam às razões referidas, também àquelas decorrentes de uma pesquisa anterior desenvolvida no curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino/Aprendizagem de Línguas – Língua Estrangeira, realizado na Unijuí no ano de 2009.

Na ocasião, a pesquisadora participou de um dia de trabalho no setor de exportação de uma empresa localizada no município de Ijuí, que fabrica máquinas e implementos agrícolas para venda em países vizinhos. Esta visita à empresa teve como finalidade acompanhar a tradução descritiva no idioma espanhol de uma Máquina Semeadeira- Adubadeira, modelo MSS – 1600, que estava sendo vendida para Nicarágua, num documento discriminatório próprio para exportação, conhecido legalmente nas transações comerciais como fatura comercial.

À apresentação tradutora concretamente elaborada da mercadoria, evidenciando a sua relação dependente da tradição e da educação, exige que o tradutor conheça o imaginário social vinculado em seus dados essenciais, dando dobrada atenção a cada uma das palavras tecnicamente transmitidas na língua estrangeira. O acúmulo dos significados presentes, e, em exame nesse tipo de elaboração documental, mesmo feito na intenção de parecer um texto característico de registro formal, prova que em todas as possibilidades de manifestação do dizer a língua está carregada do sentido das produções culturais humanas.

E, que, por isso, a tradução das indicações gerais de uma mercadoria sempre se configura como um determinado diálogo intercultural entre povos de cultura diversa, no que se dá o encontro entre dois imaginários sociais de diferentes países para uma possível ampliação de horizontes de compreensão. Na continuidade disso, percebemos que de alguma forma a tradução chamada “técnica” pode oportunizar a descoberta de que ela deriva de horizontes de sentido que a interligam com a educação e a tradução.

Para tentar mostrar como se afigura essa relação da tradução com a educação e a mercadoria, será tratado no primeiro capítulo desse trabalho o tema da interpretação e da tradução, encontrado na obra “Verdade e Método” de Hans-Georg

Gadamer (1984) (1990). Ali se expressa à idéia, de que a tradução é uma atividade de interpretação que tem que avaliar constantemente os efeitos da história e da tradição cultural subjacentes na língua estrangeira.

Para a descoberta disso, o tradutor necessita aguçar-se em exercício reflexivo, seguindo o caminho da hermenêutica, com o propósito de verter a expressão de verdade que se aloja no texto escrito na outra língua. A reconstituição desse sentido resulta sempre de um acordo entre o tradutor e o texto. Na interlocução com os textos de Gadamer (1984) (1990), aparece de modo muito claro que a tradução se aplica pura e simplesmente a tudo no mundo.

Para complementar as reflexões sobre a interpretação e a tradução que trazemos ao debate, valemo-nos ainda do texto de Schneider (SCHNEIDER, 2008), intitulado “A contradição da linguagem em Walter Benjamin”, vinculado ao tema da tarefa do tradutor, no qual o autor também problematiza questões ligadas à contradição da linguagem que acompanha a língua tradutora pela dimensão espiritual da linguagem. Essa camada de sentido que está de maneira mais profunda na linguagem, aponta sempre para um nome, que o tradutor precisa evitar esquecer para capturá-la e transformá-la em palavras.

Em suas reflexões sobre a tradução no intuito de compreendê-la mais a fundo, Benjamin expressa-se no sentido de que no universo tudo nos leva à tradução, de que qualquer coisa que dizemos ou tentamos entender num esforço de leitura é tradução, de que nela os horizontes de compreensão se fundem num processo maior para dar lugar ao entendimento.

O segundo capítulo terá como centro de reflexão o conceito de tradição do livro “Verdade e Método” de Gadamer (1984) (1990). Nesse capítulo, a tradição aparece como a memória subjetiva que as gerações humanas foram acumulando. A complexidade dessa identidade dos povos antepassados com suas práticas culturais antigas pode repetir-se através da tradução continuada. A tradução é que transmite esse mundo de sentido pela linguagem, a partir do que nela está inscrito, o que leva o autor a tematizar a tradição com a tradução.

Nesse debate sobre a tradição neste capítulo, ainda se traz à interlocução o texto de Benjamin (1989) “Conceito de História”, em que, ao modo de teses, a tradição também é abordada como acúmulo de experiências que nós incorporamos e que, por isso, temos a possibilidade de repetir seguidamente. Tudo o que nós pensamos e o modo como nos comportamos, é de algum modo relacionado com o

resultado daquilo que outras gerações já pensaram e fizeram. De acordo com Benjamin, fica também aceita a idéia da relação que a tradição tem com a tradução. No trato com a teoria de Benjamin, incluímos o debate também com o texto de Dal Forno (2012).

Ainda no mesmo capítulo, tratamos do aspecto da universalidade da compreensão, buscando apoio dialógico também em Gadamer e, então, nos textos intitulados “Verdade e Método”, “Verdade e Método II” e “Hermenêutica em Retrospectiva” (1984, 1990, 2004, 2007). Adotamos como referência ainda aquilo que Benjamin (2008) escreveu em seu texto “A linguagem em geral e a linguagem dos homens”, apresentando o que o autor menciona sobre a forma de como acontece à compreensão geral das coisas que estão no mundo; como os sentidos vão sendo formados em meio à totalidade e, então, produzindo um enorme imaginário compreendido pelo coletivo das pessoas, que da individualidade procura chegar à compreensão do todo e, do todo vir a conhecer a individualidade de cada parte; mas, que nem pela tradução chega à compreensão total de tudo do que está na história e na tradição em termos de significado.

Fazemos isso, relacionando os resultados de Dal Forno (2012) no que se refere aos autores supracitados. Visando tornar clara a relação da totalidade da compreensão com a tradição, a tradução e a hermenêutica, chamaremos a atenção para esse assunto nesse capítulo, explanando-o na forma de subitens, partindo mais uma vez do pensamento de Gadamer (2004, 2007) e Benjamin (1991, 2006) bem como, das articulações conceituais de Rohden (2000, 2008) e Schneider (2008).

Em forma de subitem, também desenvolvemos uma reflexão acerca dos pressupostos da educação em geral, e desta como dependente da tradição e da tradução. À educação sob o ponto de vista do movimento e da repetibilidade dos conhecimentos e teorias educacionais, é vista como uma possibilidade de escolha da tradição a se ensinar, que para funcionar, depende do ajuste de conteúdos e conhecimentos feitos através da tradução.

Fazemos essa averiguação sob a égide dos autores Berticelli (2004), Flickinger (2010), Larrosa (2004) e Marques (1993), com base nas respectivas obras “A origem normativa da prática educacional na linguagem”, “A caminho de uma pedagogia hermenêutica”, “Linguagem e educação depois de Babel”, “Conhecimento e modernidade em reconstrução”, associando tais resultados com os conceitos da teoria de Prestes (1996).

No terceiro capítulo, abordamos os supostos da mercadoria como já sendo dependente da tradução de toda educação formal e das diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico, resultante do esforço dos povos e ao dispor na língua portuguesa. Julgamos que ela traz em seu aperfeiçoamento técnico e científico, as marcas de uma tradição produtiva que impulsiona e possibilita o desenvolvimento e a prática do trabalho industrial, possibilidade que se dá pela tradução da linguagem.

Para a articulação desse tema, lançamos mão das noções teóricas dos autores Gadamer (2004), Flickinger (2010), Larrosa (2004) e Berticelli (2004), cujas obras já foram mencionadas, como também do que Marx (2002) e Benjamin (2006) escreveram a respeito em “O Capital” e nas “Passagens de Paris”.

Damos destaque nesse capítulo também, para o tradutor específico, defendendo a idéia deste, em vez de se considerar meramente técnico, tem a possibilidade do olhar mais abrangente, capaz de numa tradução ter a consciência de agregar às suas tarefas específicas o entendimento dos compromissos da dependência de tudo da tradição e da educação.

Ainda, de que este tradutor específico possa ser consciente da questão de que numa tradução trabalha com todo o peso de um conhecimento milenar, do qual faz uso repassando-o, e de que essa sua forma de traduzir e explicitar os fenômenos sociais que estão na representação de uma mercadoria, é a sua própria tradição. Nesse sentido, merecem atenção o que dizem sobre as especificidades do tradutor novamente Gadamer (2004, 2007) e Larrosa (2004), e ainda, o recado de Aubert (1993) na obra “Servidões e autonomia do tradutor”.

Como já foi frisado, o interesse desse trabalho tem como tema um tipo de relação diferenciada do processo educativo direto em ambiente não formal, integrando aspectos da indústria e do comércio, mas, umbilicalmente relacionados por dependência da tradição traduzida no processo educacional formal, um aspecto em grande parte silenciado na exposição social das mercadorias. Trata-se de evidenciar a importância da educação no processo de produção de uma mercadoria de uso agrícola, traduzindo reflexivamente a sua dependência e condições de existir pela tradição, educação e tradução, acentuando e ampliando o entendimento sobre o significado mais amplo da relação entre tradução e mercadoria.

Para dar suprimento à demonstração das ações educacionais, que, numa empresa são introduzidas durante o processo de fabricação de uma mercadoria, apropriada para o ramo de atividade rural, esta pesquisa segue o viés fenomenológico. Não com o intuito de descrever exaustivamente o método, mas, de apenas indicá-lo breve e resumidamente num trabalho de cunho bibliográfico, também relacionado ao contexto de produção industrial.

Sem descuidar das vantagens do aspecto crítico argumentativo, abordamos a reflexão fenomenológica para tentar evidenciar alguns aspectos das relações educacionais e suas conexões com o contexto de produção de uma mercadoria específica em uma empresa, mostrando que os conhecimentos de que a indústria necessita não se resumem à mera aplicabilidade técnica, desvinculada da perspectiva educacional.

O que buscamos é reconhecer a natureza de um conhecimento abstrato "que pode ser assimilado e recordado, de maneira equilibrada e minuciosa, pelo pensamento humano" (SELLTIZ, 1975, p. 379).

A título de motivação suplementar para a pesquisa do presente trabalho, apresentamos o relato de depoimentos de alguns profissionais da educação sobre como percebem a atuação dos conhecimentos articulados pelo ensino na educação básica, especialmente nas disciplinas de química, física, artes, história, matemática e geografia dentro do sistema do processo industrial. Nesse sentido, foi apresentada uma pergunta dirigida aos profissionais da educação formal da rede de ensino público estadual, com a solicitação de que exemplificassem a sua visão sobre como eles visualizam o seu próprio envolvimento na fabricação de um modelo de mercadoria própria para a agricultura, por meio dos componentes curriculares por eles ministrados.

Cabe ressaltar, que para fazer o apanhado desse estudo, ou seja, à exemplificação da presença da educação formal na modalidade produtiva de uma mercadoria do setor agrícola, foram convidados a participar de uma conversa de cunho informal, (6) seis profissionais que trabalham com diferentes áreas da educação básica. Portanto, com as disciplinas de física, química, história, matemática, artes e geografia, em instituições da rede de ensino estadual dos municípios de Ijuí e Panambi. Investigamos essas disciplinas, porque estes são saberes bastante valorizados no meio produtivo, e sobre eles já existe uma enorme

diversidade de traduções feitas pelos mais diversos teóricos do conhecimento técnico dessas áreas para o português.

A estes profissionais, foi esclarecido também que faríamos a coleta escrita de seus depoimentos, e que estes, seriam utilizados como relatos que contribuem para a compreensão do recorte temático que fizemos nesse trabalho. E, que assim, serviriam de exemplo prático da importância da relação que a educação formal tem para com as produções no mercado industrial. Reunindo cada profissional individualmente para expor a pretensão desta pesquisa, solicitamos aos mesmos as suas reflexões em forma de resposta sobre a seguinte pergunta:

Como você, profissional da educação formal, vê o envolvimento dos saberes da sua disciplina especificamente no processo de produção de uma máquina, que se destina ao setor agrícola, e para tanto, às atividades de plantio, semeadura e adubação da terra?

E, ao depor a respeito dos saberes que são de competência de suas disciplinas, os seis profissionais foram identificando passo a passo, em quais as etapas de montagem e fabricação do modelo de uma máquina rural, cada uma das disciplinas estaria localizada, e de acordo com eles, atuando junto às respectivas tecnologias e equipamentos agregados nesse produto.

Essa experiência fenomenológica que realizamos, reúne as perspectivas da reflexão teórica a partir dos autores relacionados à área da pesquisa e demais interpretações ligadas à temática da tradução da mercadoria, presente no material bibliográfico, bem como, por fim, as informações disponibilizadas pelos profissionais da educação básica.

Em sintonia com as áreas contatadas nessa pesquisa fazemos uma breve amostragem do conteúdo desse trabalho indo da teoria à prática, na expectativa de que o recorte temático que fizemos aqui possa ser relacionado concretamente.

Para conferirmos a relação dos estudos teóricos que realizamos sobre a mercadoria, entendida como resultado da educação agregamos no bojo dessa pesquisa depoimentos que contribuem para o melhor entendimento da intenção geral do trabalho, bem como, para a sua possível compreensão por parte de profissionais engajados no setor educacional.

COMO OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA ENTENDEM O PERCURSO CONSTITUTIVO DA COMPETÊNCIA DA MERCADORIA

Para apresentar a exemplificação da relação da educação formal com o processo produtivo de uma mercadoria, discussão central nesse trabalho dissertativo, acolhemos neste relato o depoimento de (6) seis profissionais da educação básica. Junto deles, obtivemos a sua compreensão da forma de como as habilidades e os conhecimentos da área educacional são integrados no projeto de fabricação de uma máquina agrícola e seus equipamentos, construída especificamente para o trabalho de plantio e colheita de grãos de arroz e adubação da terra.

Optamos em fazer essa amostragem na forma de entrevista, porque em uma breve conversa preliminar de cunho investigativo com estes colegas de profissão, procurei tomar conhecimento de como seria possível haver o envolvimento da sua disciplina na construção e montagem de um maquinário agrícola. E, a partir de suas experiências docentes, eles me explicaram com tanta facilidade em que partes desse produto estavam representadas as suas disciplinas. Seus comentários trouxeram indicações, tanto, a respeito da afirmação da sua área de saber na parte produtiva, quanto, da maneira como esses conhecimentos estão aplicados de um modo geral no maquinário.

Desse modo, para que possamos compreender como a educação pode estar presente no processo de produção de uma máquina agrícola, faremos então a exposição dos depoimentos tomados dos seis educadores formados nas áreas da licenciatura, e que estão aptos a atuar na educação formal. E, acompanhando o que dizem os educadores, faremos a amostragem das modalidades de conhecimento educacional que são de sua competência, e que, estão sistematizadas no trabalho prático de fabricação de um maquinário e seus implementos, e, portanto, participando nos meios de produção privada de uma empresa. Espera-se, que essa apresentação e categorização, possam expor mais claramente uma relação de algum modo já presente na consciência dos profissionais da educação formal engajados praticamente.

Em seus depoimentos, os professores nos levam de volta ao processo inicial de produção pelo qual esta máquina passou, e são, contudo, comprobatórios de como se dá a participação da competência das suas disciplinas no sistema de

fabricação. Sendo assim, para podermos lembrar com eles a origem de cada uma dessas ciências que estão no meio de produção, iremos retraduzir os aspectos da educação formal que estão integrados no conjunto do maquinário agrícola que estamos investigando.

Nesse relato, faremos uma demonstração mais geral de quais ciências esses professores comprovam como estando materializadas no produto. É claro, que esta máquina contém ainda outros saberes além daqueles que aqui citaremos. Adiantamos que, entre as disciplinas da educação básica entrecruzadas no sistema produtivo da máquina, temos o apoio da matemática, da física, da química, da geografia, da história e de artes. Sobre esses conteúdos que se relacionam diretamente com a figura da máquina, os profissionais responsáveis por estas áreas descrevem em alguns poucos exemplos como o processo educativo se desenvolve, mesmo que com papel diferente, em ambientes não formais posteriores ao processo de ensino e aprendizagem formalmente instituído.

Passando à listagem dos saberes que a máquina abrange, podemos mencionar que segundo o profissional da área da Física, este saber atua na parte de funcionamento mecânico, no sistema de rotação do motor e utilização de energia do termômetro que mede a temperatura e faz o resfriamento do motor. E também, atua na parte elétrica como o aprimoramento acústico e redução do barulho e ruídos. Além disso, as funções da física estão aplicadas na velocidade de operação da semeadura, que devido ao conhecimento científico faz com que a semeadeira gaste menos tempo e energia, e obtenha mais força e rendimento.[2]

A Geografia atua na preparação da estrutura do sistema de pneus, no revestimento dos diversos tipos de fibras para que sejam compatíveis com uma determinada região. De acordo com o profissional dessa área, o rodado da máquina é produzido pensando no solo, de maneira a evitar a trepidação. Também são atribuições da geografia na máquina detectar a região que está precisando de correções de adubo, para que o produtor possa melhorar pontos do território e recorrer aos recursos de mineração e adubação do solo.

---

[2]Professora da rede pública estadual de ensino fundamental e médio no município de Ijuí. Formação Biologia. Ministra a disciplina de Ciências para 8ª série, e dentro do componente trabalha especificamente com a Física. Pós- Graduanda em Educação Ambiental, com tempo de docência de 3 anos.

A máquina é programada em referência à geografia para avaliar a produtividade e delimitar qual região colheu mais ou menos. Dessa forma, ela foi tecnicamente produzida para atender o aspecto geográfico, permitindo acompanhar melhor o relevo, o declive e erosão do solo, para que se mantenha a mesma profundidade de semeadura.[3]

Já na modelagem, e no sistema técnico de pintura e estrutura da máquina, está o ensino de Artes. Conforme o profissional dessa área, o ensino de artes está presentes na escolha do modelo da máquina, na praticidade e comodidade dos assentos, bem como, na marca da empresa fabricante. A presença das artes, também se evidencia pela escolha de determinadas cores como regra visual de distribuição de linhas, formas e formatos de logotipos. Há o recurso à arte também naquilo que chama a atenção, como as cores e o design e os traços que identificam o maquinário, uma vez que, a pintura já mostra a empresa produtora e o ramo de fabricação a que se dedica. Artes e design mostram que a máquina é integrante de uma linha de produção específica.[4]

A Química, por sua vez, está relacionada com a construção e separação dos diferentes metais, materiais e instrumentos. Para o profissional dessa área, a química está ligada aos produtos elétricos e eletrotécnicos, elaborados para evitar corrosão e ferrugem no uso de fertilizantes e agrotóxicos. Está presente na fabricação das peças metálicas, plásticas e materiais similares como as fibras sintéticas e de borrachas.

O profissional educacional da área de química acrescenta ainda, que nos últimos anos os maquinários agrícolas sofreram mudanças em função do plantio direto, e, com isso, foi necessário utilizar materiais mais resistentes na fabricação das máquinas para dar a elas mais durabilidade, e torná-las resistentes ao clima. Esses materiais foram criados, através de um procedimento químico de mistura de metais.[5]

---

[3]Professor de ensino médio da rede publica estadual do município de Ijuí. Formação Geografia e habilitação em Filosofia. Mestrando pelo programa de pós- graduação em Educação nas Ciências na Unijuí, com tempo de docência de 8 anos.

[4]Professora do ensino fundamental e médio da rede publica estadual no município de Ijuí. Formação Licenciatura e Bacharelado em Artes Visuais, com tempo de docência de 7 anos.

[5]Professora do ensino médio e fundamental da rede publica estadual no município de Ijuí. Formação Ciências Plenas – Química, com tempo de docência de 18 anos.

A incorporação da História na produção dessa máquina é muito ampla, conforme comenta o profissional dessa área, porque na verdade todo conhecimento nela envolvido é histórico. Mas, o destaque dado por ele, é para a relação da produção da máquina com o processo conhecido como Revolução Industrial, que teve início na segunda metade do século XIII, na Inglaterra.

Historicamente esse fato, provocou profundas transformações sócio–econômicas, na medida em que, as oficinas foram trocadas pelas fábricas, as ferramentas, pelas máquinas e as fontes de energias tradicionais como a água, o vento e a força muscular, por novas fontes que são a máquina a vapor, a eletricidade, o motor a explosão. Entre as conseqüências da Revolução Industrial, houve a intensa urbanização provocada pela mecanização da agricultura, que foi substituindo gradativamente o trabalho humano, provocando o êxodo rural e disponibilizando mão de obra para a indústria.[6]

Outro conhecimento, que um dos profissionais da área da educação trouxe à lembrança como incorporado na máquina, é o saber da Matemática. A Matemática está inserida na medição das peças e aparelhos pesados. Ela é a ciência que define o tamanho da máquina, a medida das plataformas e à altura que devem ter os discos de corte para fazer a perfuração da terra.

Num sentido lógico, a matemática opera no programa de plantio da máquina para avaliar quanto colhe por equitar de terra, e, assim, no cálculo da quantidade de grãos e sementes que podem ser armazenados na sua esteira. A matemática permite a produção tecnicamente calculada, uma vez que, a máquina está adaptada para realizar a medição do terreno e calcular a quantidade de cortes que será necessário por metro quadrado para fazer a divisão da terra. Ela opera no sistema de comandos de distribuição de sementes a rotor, dando o número exato de sementes que o produtor poderá plantar em um ou mais por hectare de terra.[7]

Nessa análise que fizemos da máquina, portanto, verificamos seu elemento mais antigo, que é a sua condição básica nominada como educação formal, a experiência de conhecimento primeiro, o qual lhe possibilita a existência. Na máquina, reconhecemos nos equipamentos de metais e outros materiais com que foi

---

[6]Professor de 5ª 6ª e 7ª da rede pública estadual do município de Panambi. Formação: Estudos Sociais, Licenciatura curta, Licenciatura Plena em História. Pós-Graduação em Interdisciplinaridade, com tempo de docência de 20 anos.

[7]Professora do ensino médio da rede publica estadual no município de Ijuí. Formação Ciências Plenas- Matemática, com tempo de docência de 15 anos.

construída, a imagem da Química. No seu atrativo padrão de modelo percebemos a relação direta com as Artes. Nas tecnologias inovadoras agregadas ao processo de transformação de sua produção, a imagem da História. Nos programas de controle e gerenciamento de cálculos, pesos e medições de terras, a imagem da Matemática. No planejamento e adaptação das rodas, a imagem da Geografia. Nas instalações dos componentes elétricos e nas operações mecânicas, a imagem da Física.

1 INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO

1.1 HANS-GEORG GADAMER

A questão desse capítulo é a possibilidade da compreensão da tradução como atividade de interpretação. Valemo-nos da obra “Verdade e Método” (1984) (1990), com o propósito de destacar os desdobramentos da linguagem no campo da interpretação tradutora e, os movimentos das considerações de Gadamer sobre a ligação entre interpretação e tradução.

Para o acerto desse tema, voltamo-nos à compreensão da hermenêutica filosófica como método para a livre interpretação da silenciosa verdade velada no texto. E, em assim fazendo, enfocamos a representação do tradutor como aquele que tem sua presença marcada no texto por meio da recriação, em que se vê guiado pela linguisticidade. E, findando essa tomada de posição teórica, apresentamos o caminho da história e da tradição como determinações que procuram reivindicar seus lugares na interpretação criativa.

A tradução recebe um novo aporte por parte de Gadamer (1984) (1990), que abre caminho para refletir sobre ela não apenas na perspectiva da interpretação de textos, mas, a tudo que no mundo possui um caráter lingüístico interpretativo. Nas orientações sobre tradução, o processo de acordo lingüístico passa a requisitar percepções interpretativas mais complexas, pois, está previsto que o texto escrito numa língua estrangeira retrata uma perspectiva de vivência que pede lugar no arquivo da memória, em que pesam argumentos das mais diversas ordens.

Ao tradutor é necessário transpor o sentido que a obra contém para o contexto da sua língua materna, apreendendo o sentido a partir do conhecimento da noção de verdade e das condições que devem ser preenchidas para que seja verdadeiro, fazendo a possível comunicação entre às duas línguas. A adoção de um entendimento mais flexível, e o mínimo de conhecimento de uma língua estrangeira, poderá contribuir para que o aspecto importante da língua possa ser adequadamente identificado.

O conceito de tradução em Gadamer desenha-se fortemente carregado de um caráter interpretativo. Com isso, a interpretação assume um papel relevante no ato de traduzir, tornando-se um elemento fundamental na tarefa do tradutor. A interpretação é indispensável a qualquer ato de compreensão que o ser humano

desempenha. Todo o processo compreensivo, ganha evidência pela interpretação e, sem que dela possa se dissociar, a atividade do tradutor diz respeito a um desses atos de compreensão.

Porém, num trabalho dessa natureza, o certo não estará em querer traduzir a obra de modo absolutamente exato, assim como ela foi constituída na sua forma histórica original, mas, estará no esforço em se ocupar daquilo que ela expressa como verdade, como sentido que, sendo a manifestação de vida de um potencial humano, exige uma traduzibilidade para a situação hermenêutica diferenciada. Esta articulação lingüística entre elementos lingüísticos e o mundo da língua estrangeira é feita na e pela linguagem tradutora, em consonância com as significações que permeiam a obra original.

Claro está que, os conhecimentos que provieram da tradução, não estão disponíveis num reservatório de linguagem para serem compreendidos imediatamente por qualquer tradutor. A linguagem, porém, é *medium*, é o âmbito geral que traz à tona o objeto do conhecimento. Dentro desse debate, se acha o debate sobre o lugar da linguagem na tradução, e é onde se encaixa a reflexão de Gadamer que confirmaria que “pelo contrário, a linguagem é o meio universal em que a compreensão mesma se realiza. A forma de realização da compreensão é a interpretação” (GADAMER, 1990, p. 392).

Isso indica a impossibilidade de tratar o discurso da obra de forma manipulada, a qual pudesse dar ao conhecedor a possibilidade de produzir um sentido falso ao que nela é comunicável, o que só o texto original pode dar. Assim, se pode dizer, que um dos critérios que Gadamer (1990, p. 388) indica, é que “o tradutor aqui tem que trasladar o sentido que se trata de compreender para o contexto em que vive o outro interlocutor”.

Nessa segunda indicação do autor, é corroborada a constatação de que, quando a tradução de um texto é levada a sério, ela poderá processar-se de modo bem mais claro e compreensível que a própria obra em tradução, reafirmando apesar de tudo, a harmonia das possibilidades de sentido que se vinculam ao texto em questão. A tradução cumpre com a continuidade do sentido inscrito na linguagem e que se faz com arte e habilidade.

Espera-se que, além de ser uma atividade usualmente possível, a tradução possa ser também criativa. Estamos procurando ver assim como Gadamer (1990, p. 388), que na tradução, “o que precisamente tem que se manter é o sentido, mas,

como se tem que compreender num mundo lingüístico novo, tem que nele se fazer valer de um novo modo”. Desse modo, a palavra que foi posta para traduzir, deverá ser dita evidentemente de outra maneira, num novo contexto no processo de translado para outra língua.

A tradução convida a dar uma nova forma ao sentido do texto, e o processo da interpretação é importante para consumar o amadurecimento das palavras do texto que estão nas mãos do tradutor. O simples fato de ter prestado um trabalho de tradução, ou ser ocupante desse trabalho significa assumir o lugar de autoria da obra.

O apelo à tradução é necessário para ajudar a compreender certas funções lingüísticas e expressões culturais de diferentes povos; e, ao traduzir, o intérprete tem consciência da distância que se estabelece entre o significante que consta no texto original, ou melhor, à linguagem que chega até ele, e à que reproduz na escritura do outro texto traduzido. Essa diferença, dificilmente ou até nunca é superada completamente, impondo-se não como questão secundária, mas, como um problema de compreensão, pois, mesmo que o fato da compreensão tenha proximidade com a interpretação, é preciso que o objeto significante que preside no texto seja o mesmo para o autor e o intérprete.

Diante disso, mesmo assim nos parece possível constatar, que o ato interpretativo é governado por uma tentativa de equivalência da interpretação quanto à forma e ao conteúdo da expressão linguística de um texto. Na interpretação, o tradutor empreende um equilíbrio entre a forma de expressão da obra original e o conteúdo do texto que traduz.

Nesse caso, ocorre uma conversação do intérprete com o autor, e do leitor da tradução com o intérprete, que delimita nos limites da linguagem a relação dos significados que considera fundamentais destacar, e vai dizer com clareza como os compreende. Contudo, é conveniente mencionar ainda, que essa articulação é também um momento de constante renúncia, em virtude da cobrança de fidelidade que quase sempre pesa sobre uma tradução que se faz de uma obra original. Nesse instante, é bem vindo o argumento de Gadamer (1990, p. 390):

> O tradutor muitas vezes está dolorosamente consciente da necessária distância que o separa do original. A sua convivência com o texto tem mesmo algo do esforço de se pôr de acordo na conversação; só que aqui a situação é a de um acordo especialmente penoso, pelo qual no fim das

> contas se reconhece a distância entre a opinião contrária e a sua própria como insuperável.

O filósofo afirma a impossibilidade da fidelidade da tradução. Para ele, de um jeito ou de outro, sempre haverá um contraste entre os horizontes de sentido das duas línguas. O contraste sinaliza as prováveis diferenças entre suas visões de mundo, incluídas as posições culturais. Esse diferencial desmistifica a crença numa tradução perfeita; pois, na verdade, entender outra língua não é traduzi-la para a língua materna de modo absoluto.

Em vez disso, há que se tentar vivenciar a experiência dessa língua, pondo-se no lugar do outro, num esforço de pensá-la e, além de tudo, saber que no processo interpretativo a língua não é exaustiva, nem encerra sua capacidade vital. Por isso, o sentido do texto é atribuído dependendo daquilo que se vê na expressão da língua, ou seja, do que dela se pressupõe. Sendo assim, qualquer um é lembrado de que, a ninguém é possível citar o sentido tratado inteiro de maneira definitiva, e, sim, apenas parte dele.

O texto da língua estrangeira é recepcionado, respeitando o conhecimento a que nele se alude e a tradução faz sua reconstituição, guiada pela validez de seu sentido. Na tradução, o intérprete tem que olhar constantemente na direção do imaginário cultural que a obra representa. O que o tradutor não deve é querer recriar o sentimento do autor ressuscitando o processo psíquico de seu escrever, isto porque, a interpretação de um texto não pode partir do horizonte de sentido interior do escritor para se refletir em horizonte de sentido para o destinatário.

Em todo texto escrito, a expressão de vida e a subjetividade do autor são, portanto, desnecessárias à compreensão. Quanto à tradução, para Gadamer (1990, p. 389), “aqui ninguém poderá duvidar de que se trata de uma interpretação e não de uma realização conjunta”. Lembremos também, que nestas condições o tradutor lança uma nova luz sobre o texto em forma de até sentido novo, decorrente da negociação entre tentativa de fidelidade necessária e adequação ao novo horizonte lingüístico.

O efeito reiluminador dado ao texto serve, para evidenciar o lugar difícil em que se encontra a tarefa tradutora a cada passo de sua tarefa produtora. Para Gadamer, não é cabível que a tradução se constitua em uma interpretação aleatória, e sem que haja um filtro moral qualquer, embora tenha lamentado que o tradutor “se

encontre regularmente numa situação de não poder dar verdadeira expressão a todas as dimensões do seu texto” (GADAMER, 1990, p. 388).

O autor sente que muitas vezes, o tradutor precisa tomar decisões que podem levar a uma escolha inadequada quanto ao aspecto que importa destacar do texto original. Eis, que ao traduzir, como já visto, torna-se difícil constituir uma estrutura de significação lingüística inteiramente adequada ao original. Ressaltamos, que na configuração do texto, para serem compreensíveis as palavras da tradução, há a necessidade de circunscrevê-las várias vezes, fazendo amplos rodeios interpretativos, ao invés de traduzi-las diretamente do texto.

Gadamer (1990, p. 417), reconhece que “certamente também a cópia contém essa mesma contradição do seu ser e do seu significado”. Segundo ele, porém, tal contradição se supera em virtude do que na tradução se faz parecido com o texto original.

Para verter a expressão de uma obra original em outro universo lingüístico exige-se a superação por parte do intérprete da barreira que separa as duas línguas. Mesmo tentando captar a intenção de sentido da obra principal e pôr-se por completo no lugar do autor para realizar as escolhas que darão lugar à aproximação das línguas, de modo a trazer à fala o que o texto apresenta, o tradutor permanece na impossibilidade da tarefa a que se propõe, pois a sua tradução inevitavelmente constitui-se apenas de uma possibilidade de interpretação.

Para tanto, o intérprete precisa adequar à sua linguagem àquela que traduz por meio de uma elaboração artificial de sentido, que não é a mesma de uma conversação normal. O fato é que na tradução concentram-se os procedimentos de mediação de sentido e há uma tutela por parte do interlocutor. Somente examinando com atenção o conteúdo de um texto e, buscando a melhor solução para representar seus valores é que o tradutor conseguirá reproduzi-lo como interpretação única.

À espera de um acordo, as línguas sujeitam-se à elucidação mútua dos significados das palavras desocultando imaginários subjacentes como meio de fazer os ajustes de sentido e alcançar o aspecto significativo do texto, levando os intérpretes à mútua compreensão. Isto quer dizer que, para haver o acordo, não se traduz literalmente, mas, se fala e se vive a linguagem como a realização da própria vida. Com isso, constatamos que só se compreende uma língua de fato quando se vive nela. As colocações de Gadamer (1990), encaminhando-nos na questão do diálogo entre duas línguas, e, numa perspectiva de acordo, nos fazem ver que o

mesmo acontece de modo diferente para quem está imerso numa conversa e para àquele que atua como tradutor.

A questão é que sendo o ato de interpretação dialógico, os companheiros de diálogo podem entrar na conversa de diferentes maneiras acolhendo o estranho e o adverso ao assunto tratado, porque, cada palavra falada interpreta a si mesma pelo modo como se fala, e assim, a palavra falada transforma-se em vantagem. Enquanto que na tradução, pelo contrário, o intérprete assume uma posição receptiva do que está sendo interpretado, pela qual não tem oportunidade para o intercambio de opiniões, nem para a transferência de pontos de vista.

A tradução pede um diálogo constante em que estão presentes os pensamentos do tradutor, não como um ponto de vista seu, mas como algo que o possibilita apropriar-se do que está dito no texto. A consciência disso se torna uma condição prévia para consumar o acordo que não depende do domínio correto da língua, mas que implica no “correto acordo sobre um assunto que tem lugar no meio da linguagem” (GADAMER, 1990, p. 386). Podemos dizer que a verdadeira tradução, é sempre um passo que se dá no sentido da reconstituição daquele sentido que está suposto na própria língua fragmentada, isto é, a identidade original expressiva que a representa como condição de sua possibilidade.

Como dissemos, a interpretação se assemelha a tradução e o tradutor nada mais é do que o próprio intérprete do texto. No fundo, a situação tanto do tradutor como a do intérprete estão em favor da mesma coisa, qual seja, a compreensão, pois como diz Gadamer, “todo tradutor é intérprete” (GADAMER, 1990, p. 391). Entendemos que, enquanto participante silencioso, o texto só fala por meio de seu intérprete numa relação de reciprocidade que se instaura entre ele e a obra.

Através da interpretação, o produto do texto adquire forma e promove a interlocução. Em se tratando de textos escritos, “significa que uma parte da conversação hermenêutica, o texto, somente pode chegar a falar por meio da outra parte, o intérprete” (GADAMER, 1990, p. 391).

A situação hermenêutica da tradução em geral, exige que o tradutor em sua interlocução com o texto permaneça atento colocando-se em relação com o assunto do texto, para que consiga perceber a sua intenção básica a ser vertida para a outra língua. Desde sempre, a tarefa hermenêutica implica em colocar o texto no terreno do diálogo e da escuta e, nesse sentido, o tradutor adquire liberdade para fazer

amplas interpretações, que ao mesmo tempo apontam à importância do encontro, ou seja, da união das idéias do tradutor com as do texto.

Apropriação e distanciamento são categorias da hermenêutica, relacionadas com a pergunta levantada pelo próprio texto quanto ao seu sentido. Para conhecê-la, é preciso primeiro ouvir sua mensagem para entender qual é sua principal pergunta. Por pergunta, compreende-se o questionamento que o texto traz consigo e que dá uma direção do seu significado. Além de ser primordial, a prática deste exercício em questão situa-se numa dialética de pergunta e resposta, pois, conforme Gadamer (1990, p. 477) "é ela que determina a compreensão como um acontecer".

Gadamer (1990) indica a idéia da disciplina da pergunta e resposta, para colocar a questão da pergunta como fenômeno hermenêutico. A princípio, todo texto escrito torna-se um campo fértil para a realização hermenêutica. Nela, existe uma convenção com a razão, liberando quaisquer questionamentos sobre a situação concreta de um saber.

De acordo com a postura hermenêutica, a análise do real ou a busca de respostas para àquilo que ressoa do texto escrito, requer fases de compreensão sempre renovadas. A prática hermenêutica abre o caminho interpretativo, e dá liberdade e autonomia ao leitor intérprete e tradutor, que forma convicções e as faz possíveis de revisão.

O aumento da capacidade reflexiva impulsiona o deslocamento da vivência de padrões de verdade tornados comuns e, renunciando a essas idéias, os sujeitos deixam de pensar na existência de uma única verdade. Nesses termos "o fenômeno hermenêutico se mostra como um caso especial da relação geral entre pensar e falar" (GADAMER, 1990, p.392).

Na arte de falar, o assunto cede lugar à correspondência mútua que se dá entre os efeitos da arte da simulação e o pensar verdadeiro. Igual a isso, na escrita se processa uma dupla arte, ou seja, uma interação que se produz entre o texto e o saber do tradutor intérprete emergindo no processo do seu pensar constituindo-se, então como arte da compreensão. A interação é o que faz chegar ao conhecimento de um tema, e isto depende enormemente do investimento do intérprete nesse exercício.

Este precisa refazer seu caminho criador, porque, se na atividade de tradução a linguagem escrita estiver mal formulada ou confusa, acabará comprometendo o êxito hermenêutico causando insegurança interpretativa, visto

que, o sentido perde seu aspecto plurívoco. Gadamer (1990) resume a própria definição de leitor em sua pretensão de ser objetivo, ao buscar a idealidade que está na linguagem, como o verdadeiro problema hermenêutico.

Este problema que o autor levanta é o problema da compreensão. Ao considerar os limites da compreensão, por outro lado, ele reconhece que o caráter de tradição sempre relacionado com a linguagem tem importância fundamental para as questões da hermenêutica à medida que a linguagem constitui-se como o âmbito de qualquer leitor.

Essa inserção no sentido da linguagem aparece de modo muito claro na tradução, onde concorrem às idéias do intérprete e do texto. O intérprete recorre à memória, ao momento histórico, bem como à cultura em que vive. Todavia, esse horizonte de conhecimento pode colaborar ou não para a passagem da verdade velada no texto.

De uma forma ou outra, a expressão resultante de seu entendimento vai depender da fusão de horizontes, isto é, do contato e da demonstração de concordância entre o horizonte do tradutor e da obra. Só quando as idéias convergirem para uma linguagem comum, pode haver a compreensão e a interpretação da mesma, pois, se considera que em tal caso “podemos agora reconhecer nisso a forma de realização da conversação, na qual uma questão vem à expressão, a qual não é apenas a minha ou a do meu autor, mas uma questão comum” (GADAMER, 1990, p. 392).

Quando duas linguagens se fundem nada permanece como era. Algo é reativado nas línguas, e nelas se desencadeia em vez de uma novidade, uma velha e já conhecida experiência. Essa mediação é entendimento histórico, que tem sido desde há tempo o que as une.

A história não apenas dá vida às sombras do passado como também as transforma em tema. Desse modo, o nexo histórico é sentido que permite ao texto sobreviver por si mesmo. Esta autonomia de significado faz o texto ser independente da autoria original, e por isso, o escrito pode ser reproduzido repetidas vezes sem que o seu valor pareça ter fim. Não se tem uma forma de conhecimento que não expresse um repertório histórico previamente dado e, por ocasião dessa permanência histórica, a experiência da verdade está esboçada na história, e, para que esse conhecimento venha transparecer, deve-se rastreá-lo.

Partindo desse postulado, a história pode ser interpretada e o sujeito historiador que busca conhecê-la não está um passo à frente da vida histórica, mas sim, sustentado pelo movimento dessa mesma vida histórica. O historiador narra a partir de categorias de sentido que ele mesmo estabelece na decisão de descrever de acordo com os conceitos lingüísticos prévios que o capacitam.

Além disso, não busca uma justificativa final para a origem do objeto histórico que descreve. Para reconhecer o objeto de uma obra, cabe ao historiador submetê-lo de certa forma aos seus conceitos prévios, para daí trazer à fala a opinião do texto. Cada vez que passa por uma experiência desse gênero, "a mobilidade da compreensão do ser torna-se ela mesma histórica como a estrutura fundamental da historicidade" (GADAMER, 1990, p. 407). Sendo assim, a compreensão humana se constitui por uma determinada história da transmissão que se efetua pela e na história.

O ser humano conhece a historicidade da existência humana. Ao mesmo tempo se reconhece como sujeito histórico. Tudo indica que o pensamento histórico está sujeito às condições históricas de sua época. Na história há uma distância temporal que separa o leitor dos materiais milenares escritos e literaturas deixadas, distância esta, que ele tem que vencer a partir da remontagem escrita dos traços dessa outra existência humana para a atualidade, onde então ela se presentifica.

O presente seria, então, entendido como horizonte de mudança entre o passado e o futuro, e o historiador ou intérprete ao fazer parte do decurso histórico, pode observá-lo segundo a posição que nele ocupa. Para tanto, não seria correto começar a compor o horizonte histórico do texto partindo daquilo que prefere contar da história. Esse lugar de contador da história que o historiador ocupa, em boa parte representa a fusão do seu horizonte de compreensão com o horizonte de significado do texto.

O texto integra a valorização da história e da tradição. A história do texto não é regulada por uma relação entre pessoas afastadas no tempo, mas, ela demanda participação conscientemente reflexiva na sua história. E na medida do possível, o historiador tem que deixar seus conceitos de lado para pensar nos conceitos do texto que se detêm a compreender.

É sua atribuição, perceber-se como instante em que a história do leitor se entrelaça com a do texto. Do mesmo modo, a explanação do sentido do texto não pode ficar alheia à subjetividade do tradutor, nem tampouco desprovida do valor

particular que o autor interpretador agrega à leitura com que se entretém, pensando que pode se desvestir dos conceitos de sua época para isso.

Não há como o historiador e o tradutor interpretar de maneira absolutamente objetiva, embora a compreensão singular e histórica se torne um intento do trabalho interpretativo, porque nele concentram-se a acomodação às situações hermenêuticas e a essência da tradição. Por esse motivo, o texto tem que ser partilhado de acordo com uma verdade intercultural, e não como uma opinião estranha. Ele tem que “ser entendido na plena idealidade em que unicamente tem o seu valor” (GADAMER, 1990, p. 392)

Compreender e interpretar estão imbricados de forma indissociável e constituem o horizonte hermenêutico, no qual ganha validade a intenção de um texto. Assim se diz que toda interpretação contém também uma referência a outras, por não ser possível haver fala que não vincule o falante e o ouvinte simultaneamente. A tarefa da compreensão é concebida como um pôr-se de acordo na linguagem.

Nesse acordo, a partilha do sentido possibilita a interpretação e a condição para que a compreensão possa ser explicitada. Já a interpretação corresponde à capacidade de demonstrar de forma concreta a expressão da compreensão do sentido. Essa justificativa vale também para os casos em que ocorre a compreensão imediata do texto.

Convocando Gadamer (1990, p. 402) constatamos:

> A interpretação coloca o tema na balança das palavras. [...] Onde estamos envolvidos com a compreensão e interpretação de textos, a interpretação no medium da linguagem por si mesma torna claro o que a compreensão sempre é: uma apropriação do dito de tal modo que se converta em coisa própria. Interpretação lingüística é a forma da interpretação em geral.

Aplicamos a tradução em todos os níveis da vida humana: ao ver uma obra de arte, ou artes cênicas, ao ouvir uma canção, ao ler uma poesia. A tradução se estende ainda à ciência, a história, e as chamadas ciências duras, a química, física, biologia, matemática, abrangendo todos os comportamentos e eventos verbais e outros não verbais gerados no mundo.

Tudo isso, porque nascemos interpretando na complexidade da linguagem, que é tradução constante, sobretudo. Dada sua dimensão, a interpretação tem um caráter especulativo, pois, quem interpreta, espelha-se nas referências que o

vocabulário do texto traduzido integra. Dentro da estrutura especulativa, a feitura do texto final não é cópia, senão a captação impressa da mensagem que o tradutor investiga no texto. E, esta mensagem que o tradutor reverte em sentido é admitida como um novo referencial.

Na tradução, o tradutor intercede comunicativamente e se esmera em traduzir o belo da obra. O belo é associado à idéia de ser bom, e na obra aparece e se faz valer como referência a um sentido que pode tanto ser possível como provável. A tradução é um processo livre que tem diversas finalidades, e é solicitada de acordo com os interesses da atualidade.

Finalizamos, com a noção de que a experiência da tradução se configura numa interpretação, cujo objetivo não está em ampliar a informação que se concentra no texto. O mais importante se torna saber como é que ela veio a tornar-se a idéia que é, ou que está de certa forma referida no texto escrito. E, assim, portanto, a tradução é uma atividade possível a todo ato de compreensão humana.

A validade da tradução se comprova no sentido de que todo e qualquer entendimento é por ela possibilitado e, por isso, já sempre também é interpretação. Através dela sempre se consuma a interpretação da palavra que o tradutor recebe, a qual então se apresenta diferente a cada vez quando aplicamos a tradução a nós mesmos.

A atividade de esclarecer o fenômeno da tradução como de importância ontológica reveste-se de grande importância para Gadamer. A tradução é como se fosse uma lente para compreensão do mundo. Nós nos banhamos na experiência da tradução assim como nos banhamos na linguagem.

Traduzir é nosso destino e nossa forma e modo de associação interpretativa de sentido uns dos outros. Formamos nossa convicção de que o que é de responsabilidade da tradução é a nomeação, a narração, ou em outras palavras o que Walter Benjamin chamou de devir lingüístico, na construção de seu corpo teórico sobre tal questão.

1.2 WALTER BENJAMIN

Nessa segunda parte do capítulo sobre interpretação e tradução, apresentamos as reflexões de Benjamin sobre a contradição da linguagem na perspectiva da interpretação e da tradução de textos de língua estrangeira.

Concentramo-nos no entendimento do seu conceito de linguagem e, do que ele entende como essência da linguagem.

Para o aprofundamento do tema geral proposto, contamos com sua concepção de linguagem e de tradução, isto é, da questão da ambivalência que perpassa o seu uso em geral, impossível de ser eliminada também durante a atividade de interpretação e tradução. Refletiremos sobre a tradução, como a atividade que precisa debruçar-se constantemente sobre o significado mais profundo da linguagem, para fazê-lo relacionar-se com o nome. Pretendemos cunhar o entendimento de que, mesmo havendo a possibilidade de evitar que o sentido subjacente à linguagem caia no esquecimento, a compreensão tradutora pode carregar em si as marcas do paradoxo da contradição, que é uma característica sempre presente na linguagem.

Walter Benjamin (2008) ultrapassa o preconceito de tradução como traição, e detecta ao mesmo tempo, problemas e possibilidades na atividade de tradução. Os problemas não se refeririam à prática convencional da tradução, mas, pelo que ela representa em termos de transferência da expressão íntima das línguas. A base desse problema estaria na distinção entre a linguagem geral e a linguagem dos homens.

É vir, a saber, que, por um lado, o sentido que está na linguagem não aparece de imediato. E, que por outro, a linguagem carrega as marcas da singularidade do intérprete. No entanto, para o tradutor é complicado perceber essa diferença no processo de tradução. Sua maior dificuldade é saber se a linguagem do texto traduzido resulta na sua própria fala, ou na fala da obra.

O sentimento de incerteza é algo que ronda a tradução, e por isso no texto que trata da tarefa do tradutor, Benjamin pergunta como pode ser traduzida a dimensão da linguagem, se, conforme a sua contradição, ela não comunica nem repassa algo de um conteúdo além de si mesma? Ocorre ao pensador que, após o advento da queda, houve a separação entre linguagem, realidade e conhecimento.

Nesse episódio de cunho metafórico, a linguagem perde a sua imediação na interpretação, favorecendo o aumento das línguas usadas para a comunicação. Surgem nessas línguas diferentes intenções comunicativas e a linguagem começa a ser usada com o intuito de sinalizar conteúdos fora dos limites dela mesma. Em todas essas linguagens, encontram-se fragmentos de verdade, os quais refletem um grau de parentesco histórico com a língua primeira, da qual todas elas derivam.

Desejando compreender a linguagem em sua origem e investigar a essência da sua natureza mais pura, o objeto de reflexão de Benjamin, torna-se saber como os resquícios das línguas poderiam ser traduzidos de uma linguagem à outra sem sofrer o risco da objetivação? E, de antemão, o filósofo começa afirmando que a tradução tem a enorme tarefa de recuperar determinado significado perdido na língua da obra original. Esse lugar originário é algo que Benjamin (p. 209-213) quer designar como "mundo vivido".[8]

Contudo, se não aproveitadas ou dinamizadas as vantagens da tradução, esse significado está propenso a se perder novamente no próprio resultado da intenção que o intérprete tem de usar as palavras certas no texto traduzido. A reelaboração de uma obra, seja na forma de arte ou reflexão teórica, tem relevância em relação ao receptor-leitor, mas não poderá ou deverá ser manipulativa.

Com base nestas estruturas distintas de linguagem, por seu papel diferenciador, a obra de arte imprime um sentido poético misterioso, para o qual não existe estratégia de conhecimento que se faça competente para transmitir seu conteúdo. A obra de arte não requer a captação costumeira do conhecimento, mas, se relaciona com o indizível que está apenas como sentido intuído na linguagem. No significado poético, a experiência do conhecimento não se constitui partindo da relação comunicativa entre sujeito e objeto, mas "[...] se trata do essencial o inconcebível, misterioso poético? Aquilo que o tradutor somente pode restituir à medida que poetiza" (SCHNEIDER, 2008, p. 286) (BENJAMIN, GS IV, 9 s). E, quando uma tradução poética pretende servir ao leitor, ela vem a ser a princípio uma má tradução.

Na linguagem, próximo aos elementos predicativos que se referem ao conteúdo linguístico, temos o sentido não predicativo subjacente e participante, que se resume como a principal tarefa da tradução. O teor não predicativo da linguagem, na tradução, seria relacionado como o fundo emergente da verdade da própria obra, e não meramente a transmissão de seus sinais.

Estes sentidos que se inserem na linguagem, não aparecem nitidamente na comunicação, mas, ficam sob ela ocultos e nela refletidos. Na linguagem, tais elementos não podem ser dispensados, uma vez que simbolizam um sentido que

---

[8]A experiência em seu sentido original, que Walter Benjamin busca, se dá a partir da noção de "mundo vivido", que é o que garante esse lugar de origem de uma certa unidade da experiência da existência humana enquanto participação na tradição em geral mediada pelas formas da linguagem.

concorre junto ao sentido predicativo. Na realidade, o sentido que está simbolizado na linguagem sinaliza uma intenção de fala que tem um poder de decisão bem maior que o da comunicação, e aponta para o que ainda não se disse em palavras.

Benjamin reforça o fato, de que os sentidos não literais da linguagem são essências que brotam da linguagem pura. As essências estão em estado de repouso e, portanto, presas ao aspecto linguístico das línguas, e acompanham as mudanças de sentido que acontecem na linguagem. Na linguagem, as essências expressam o sentido estranho e difícil de dizer, que nem mesmo o nome que estamos usando para defini-la é capaz de exprimir toda a sua cobertura semântica.

A única maneira de converter o sentido abstrato em palavras é pelo exercício de interpretação hermenêutica, que só a capacidade de tradução pode realizar. O olhar que tem Benjamin considera afinal o potencial intensivo da linguagem e nega que o sentido seja exaustivo. Por mais que se pense ter falado tudo, em todo discurso há sempre algo que pode ser acrescentado enquanto linguagem.

A força abrangente que constitui a linguagem faz dela palavra criadora de tudo aquilo que é visado nas outras línguas. Toda comunicação, bem como qualquer intenção de sentido, tem uma parcela expressiva desaparecida na linguagem.

Para tal, acompanhemos o que Benjamin (GS IV – 1 19) já afirmara como concepção de linguagem:

> Além do comunicável, permanece em toda a língua e suas formações algo não-comunicável, algo que, dependendo do contexto em que é encontrado, é simbolizador ou simbolizado. Simbolizador apenas nas formações finitas das línguas; simbolizado, porém, no vir a ser das próprias línguas.

Como bem se vê o teor da linguagem tem efeitos distintos. Por conta disso, o teor da linguagem é diferente do teor de verdade da obra. A verdade para Benjamin supõe “a existência e a essência do homem em geral” (BENJAMIN, GS IV, 9 s). Entretanto, o teor de verdade não pode ser tomado como simples objeto para a tematização da ciência. Uma tradução que se preza, jamais deve anunciar um conteúdo formulado por uma linguagem proposicional, até porque esse conteúdo se denominaria como o sinal de uma transmissão imprecisa.

Devemos estar atentos para o fato de que a tradução não tem interesse no conteúdo da obra, e sim, em considerar a capacidade expressiva que está impressa

na linguagem pura. O objeto central da tradução é fundamentalmente a reprodução da forma. A expressão da forma é a própria capacidade de traduzibilidade da obra.

Desse modo, a maior preocupação do tradutor é prestar atenção quanto à forma que a obra lhe oferece, e trazê-la para a forma da sua própria língua. E assim, fazer o desvelamento da linguagem pura, revertendo o modo de significar da obra original em um novo corpo linguístico. Significa, que a tradução parte da obra e não dos interesses pessoais do tradutor.

O exercício do diálogo que perpassa à constituição de diversas obras é quem instiga e leva à tradução. A tradução deve preservar os níveis de pureza da linguagem, melhor dizendo, a vasta capacidade expressiva que está na linguagem pura. Benjamin anseia que “a obra, assim como é, exige a sua tradução de acordo com a sua essência (BENJAMIN, GS IV, 10 s).

Para a atividade de tradução, tudo depende se o significado tem condições de ser expresso em palavras, já que a traduzibilidade predomina em algumas obras. Quanto mais plena de poeticidade for à obra, maiores as chances dela ser traduzida. Assim como acontece com qualquer outra literatura escrita, a obra traduzida passa a ser também uma construção finita do ponto de vista histórico. Benjamin adianta que na tradução, a história do texto poético se repete através de uma linguagem finita, e caso a história da língua não seja atualizada, corre o perigo de desaparecer.

Entretanto, a tarefa da tradução consiste exatamente em impedir que a história da obra desapareça. Na verdade, o que o tradutor faz é reconduzir a história da obra como se fizesse parte dela. Merecidamente, “a necessidade da tradução decorre do encontro ocorrido entre tradutor e obra e tal teor vital de verdade exige atualização e renovação, pois significa a forma de existência mesma da obra” (SCHNEIDER, 2008, p. 287).

Por mais que se tente, não se traduz uma obra exatamente como foi pensada na sua forma original. O certo é que, a linguagem que brota da obra original está conectada a uma manifestação de vida que a tudo antecede, visto que, é uma marca viva da criação humana. Logo, a expressão desse conhecimento é inerente à linguagem, e de jeito algum pode ser manipulada pelo tradutor.

Às vezes, essas informações já são conhecidas pelo tradutor, e em outros momentos, ele as obtêm por meio da crítica que promove à obra original e a da tradução. Dentro dessa perspectiva, a busca do conhecimento da obra é uma questão de leitura crítica que o tradutor faz da possibilidade do seu significado.

Com o depoimento que de fato pode comprovar o que vem sendo dito, citamos Schneider (SCHNEIDER, 2008, p. 211):

> [...] mas essa tradução será, então, conforme a tarefa da tradução, uma nova criação, uma trans-criação constante, um novo envolvimento do tradutor, a quem não é permitida a condição de mero intermediário de conteúdos, mas de quem se exige a assunção da sua expressão realizada na leitura e na nova codificação que elabora.

A tradução é necessária para que a obra continue existindo e se desenvolvendo por meio dela. Posterior a obra original, a tradução surge sem dúvida "não tanto da sua vida, mas mais da sua sobrevivência" (SCHNEIDER, 2008, p. 288).

Em boa parte, a sobrevida histórica da obra não permanece igual na dimensão do tempo, uma vez que, os tempos e os costumes de toda uma época mudam as palavras de uma língua, por isso, nem sempre a linguagem narrada corresponde à história efetiva. Tanto a história, assim como a obra estão em constante movimento no ritmo do tempo. No transcorrer do tempo, através da atividade de tradução o passado da obra original é atualizado para o presente, instaurando o tempo e a extensão do tempo no discurso participativo.

Em cada época, a compreensão de uma obra se dá por interpretação que não se repete. Toda obra tem sua vida histórica, e esta se modifica com o passar dos anos pelas interpretações. Nelas, o teor da história não pode ser objetivado de uma vez por todas, pois, se assim o fosse, tudo estaria sendo definido numa primeira palavra.

A forma de reviver a história se dá através da produção atualizada do seu sentido, e as apropriações que dela fazemos são sempre temporárias. Toda vez que for mencionada a vida da obra, é da história que se fala, porque é na história que a essência íntima das línguas se afetam umas ás outras. Em todo caso, "tem-se, então, a tradução de uma essência na outra evoluindo para um só encontro" (SCHNEIDER, 2008, p. 218).

Como ainda a pouco se disse, na tradução o tradutor não pode se distanciar da noção de saber que a história da obra traz, até porque a própria interpretação não está despojada da situação histórica em que é traduzida. Na tradução, o significado que está na obra é ativado de forma descontínua pela história, podendo ser interrompido e retomado em cada instante interpretado.

Nessas interpretações, o significado do texto sofre a intervenção das idéias do presente de cada vez. Apesar da compreensão e expressão itinerante, o texto mesmo sendo comunicado por diferentes linguagens não perde o sentido que nele é essencial. Nesse ponto, a situação da história se compara à vida do homem, que constantemente muda e se transforma, possibilitando até a alteração de si em termos do sentido de sua identidade.

Denomina-se tempo de fama o tempo em que a obra continua sendo retratada pelo canal da escrita. Esse tempo, porém, denota algo mais, porque “a tradução é apenas uma das expressões possíveis da obra” (SCHNEIDER, 2008, p. 289). Muitas vezes, a tradução segue mais a fama da obra do que se preocupa com a qualidade da versão. Nesse sentido, se desconhece que a atividade de tradução toca nas questões tanto da linguagem, como da história, e o uso que se faz dela, como também, que, por isso, as preocupações da tradução devem estar ligadas com a questão da interpretação.

A tradução vai à busca da unidade perdida na fragmentação da linguagem, para recuperar o significado poético. Podemos até dizer, que a verdadeira tradução é um passo que se dá no sentido de reconstituir a linguagem original, porque ela visa àquilo que está suposto na própria língua fragmentada, isto é, sua identidade original expressiva. Essa identidade ao mesmo tempo, representa a condição de possibilidade da linguagem.

Na tradução acontece algo extremamente importante, que é o fato de, além de tratar do desenvolvimento da obra, também indicar a relação em mudança entre as línguas, chamando a atenção para o sentido que elas têm em comum. Com isso, ela provoca a abertura da fragmentação infinita da linguagem e cria para ela uma identidade.

A tradução faz com que o significado traduzido, mostre um teor de verdade idêntico ao da expressão pura, embora as línguas históricas tenham diferentes sistemas de designação. Pelos elos tecidos na tradução, as línguas finitas entram em relação com a linguagem que corresponde aos nomes, e retornam a integrar o significado completo da linguagem.

Podemos deduzir claramente, que não existe uma tradução comum para todas as línguas. A nomeação acontece, à medida que os textos vão se interligando, dialogando e aos poucos se traduzindo. Nas relações entre diferentes línguas, a semente do diálogo que está na linguagem do texto original vai se refletindo nessas

línguas, numa dinâmica em que o impulso de sentido presente na linguagem original, é transvertido para os diferentes contextos em que as línguas atuam.

E, então nos textos, as línguas passam a revelar um sentido parecido naquilo que querem dizer. Acrescentando aqui o depoimento de Benjamin, trata-se de uma,

> [...] convergência peculiar. Ela consiste em que as línguas não são estranhas entre si, mas, abstraindo todas as relações históricas, são a priori aparentadas entre si naquilo que querem dizer, mas nunca estão em condições de dizer (BENJAMIN, GS IV, 12 s).

Esse trecho mostra que a tradução se debate com a impossibilidade de reproduzir os conteúdos de uma língua para outra. O conhecimento objetivo do qual a tradução trata, não é oriundo de uma produção à parte da realidade, nem denota o pleno conhecimento da expressão do texto original. No fundo, a tradução trabalha com uma idéia de sentido bem próxima a da obra original.

Essa expressão que está na linguagem, o tradutor capta e traduz em palavras, que se tornam efetivamente participativas dentro do todo em que supõe. Significa que o saber que a tradução remete, só pode ser intuído no confronto das línguas e do saber do tradutor que está na situação tradutora. E, tal saber que o tradutor adquire na situação de confronto entre as línguas, vai perfazer o modo de ser do teor de verdade e vida da obra, e promover o encontro com a objetividade que está na realidade da linguagem.

Para precisar melhor este caráter, Schneider (SCHNEIDER, 2008, p. 294) aduz que “ao visar exclusivamente o teor de verdade contido no original, o tradutor elabora outra relação entre âmbito do saber e âmbito da linguagem, entre teor e conteúdo”. Cabe-nos acentuar ainda, que o teor de verdade da obra, está como uma forma de linguagem compreensiva e embora possa ser difícil de decifrar, a capacidade nomeadora do homem e a vontade de descrever o universo material, são potências que garantem ao intérprete a instância última de reconhecer a palavra que dará nome aos elementos integrantes do texto.

O simples exemplo evidencia que o caráter histórico da linguagem deve, portanto, ser sondado na dinâmica relação das palavras. Toda elaboração escrita que se busca melhorar, para torná-la mais coerente em algum aspecto vai se realizar sempre no âmbito da linguagem, sendo fundamental nisso a centralidade da

linguagem, que é onde os sentidos se deslocam para na sua multiplicidade descrever as coisas. Na linguagem, os sujeitos falantes compreendem o sentido das palavras de várias maneiras.

Algumas vezes, têm uma compreensão bastante ampla da palavra, em outros momentos a compreensão pode ser restrita, ou vir a ser até mesmo diferente. Nas elocuções em geral, há o envolvimento da consciência ao aplicar as palavras de forma objetiva, à medida que o homem no seu discurso participativo, ao mesmo tempo em que desloca os sentidos milenares que recebeu dentro de uma concepção de tempo, dá a eles nova configuração.

A palavra objetiva que se volta para o objeto remete a um significado além do uso imediato, e aos poucos, esses significados vão sendo percebidos no exercício de interpretação, nas sucessivas traduções que deles se faz. Ao que parece, “o nome das coisas se dá ao modo da tradução numa dinâmica criativa na linguagem humana” (SCHNEIDER, 2008, p. 249).

Porém, nas línguas criadas para finalidades objetivas, o significado de uma língua não se inteira na outra. Podemos pensar que na comunicação não se criam pontes de sentido entre as línguas, em função de que o vocabulário que está proposto na linguagem tem diferentes ocupações para cada língua. As chamadas línguas intencionais cessam a magia da palavra e, o conteúdo que precisaria ser exibido, permanece encoberto na linguagem.

Nelas, a tradução perde o caráter de comunicação por utilizar critérios que determinam a ação do dizer e, conformam todo significado dentro de um simples sim ou não. E, como à produção de uma opinião, a interpretação fica restrita ao sentido proposto na objetivação das palavras, que na sua rigidez denominam de vez o sentido das coisas.

Sem a devida comunicação entre às línguas, o tradutor fica aprisionado em apenas um território lingüístico e não tendo por onde transitar, o significado poético de um texto vai ter diferença em relação ao sentido dado a ele na tradução. Numa nota relativa à arte da conversa técnica, Benjamin se esmera em dizer que,

> [...] é, então, a tradução, a qual se inflama na eterna sobrevivência das obras e na infinita revivescência da linguagem, que sempre de novo pode promover a prova sobre aquele sagrado crescimento da linguagem, ou seja, quão longe o que nela está oculto se encontra afastado da revelação, quão presente lhe poderá se tornar o saber sobre essa distância (BENJAMIN, GS IV, 14 s).

Por definição do autor, a tradução tem que ouvir constantemente o significado que ressoa na linguagem, e nela está como se fosse à exclamação dos nomes adormecidos, o eco de um espírito que invoca um olhar para o seu sentido. Na tradução, o significado visado na linguagem é submetido à língua tradutora e o significado da linguagem vai se reduzir às limitações da tradução.

Isso é quase como a restituição da linguagem do paraíso, onde o homem no momento da criação ficou responsável de na sua participação no mundo, dar nome e identidade às coisas do universo. “Trata-se da tradução da linguagem das coisas para a linguagem do homem” (BENJAMIN, GS II-1, 150).

O homem é aquele que pela tradução, nomeia todas as coisas existentes no mundo e chega por si mesmo ao conhecimento delas. As coisas têm no seu aspecto uma essência espiritual, e é na palavra humana que se da o encontro lingüístico entre a essência do homem e a essência das coisas.

Além disso, a tradução só pode existir em meio à diversidade de significados, bem como “a linguagem das coisas só pode ingressar na linguagem do conhecimento e do nome na tradução – [...]” (SCHNEIDER, 2008, p. 249). Trata-se de que essa tradução que as coisas recebem, tem um caráter provisório e cumpre apenas o objetivo de solucionar provisoriamente o seu significado, realizando uma experiência temporária de linguagem. A intenção de Benjamin é elucidar que o intérprete projeta um significado para responder ao sentido de algo que mesmo depois de ter sido traduzido e respondido vai ser redefinido ou por outro intérprete, ou por aquele que em diálogo questiona esse significado. Ciente disso, ele recorre ao pensamento de Kant para expressar que as idéias são ficções, e necessitam ser descobertas continuamente no processo de experiência empírica.

Na teoria benjaminiana, a tradução tem por alvo os textos poéticos. E, sem abolir o fazer poético do estado de vigília da sua essência, na descrição da linguagem o sentido vai se tecendo conforme as significações do texto são experimentadas. Tanto é que a linguagem do autor original tem diferença da linguagem do tradutor. Benjamin imagina que para o autor, a linguagem surge assim como a natureza que está na floresta.

Seu trabalho é orientar o sentido da sua própria linguagem. Para isso, ele dispõe das nuances da linguagem e do material concreto repassado pela tradição. Sendo assim, a intenção de linguagem do autor é algo intuído. Nesse cenário, a tradução ficaria de fora dessa floresta e Benjamin pensa que “frente a ela e, sem a

adentrar, ela chama o original para dentro, para dentro daquele único lugar, onde a cada vez o eco da linguagem própria consegue promover a repercussão de uma obra da linguagem estranha” (BENJAMIN, GS IV, 16 s).

O autor é quem dá expressão às próprias experiências. E o tradutor é quem transforma a obra, ao reconduzir o sentido para uma linguagem diferente. Acima de tudo, ela reflete a autonomia do espírito nomeador, que no seu legado faz da tradução uma atividade transformadora. Nesse exercício, a viabilidade que se aguarda da tradução não se deposita nas mãos do tradutor como alguém que conhece e sabe o caminho para traduzir.

Mas, é da linguagem e da produção de suas múltiplas vozes que a tradução nasce, tanto que, quando não se encontra na tradução alguma expressão da língua alvo, o tradutor faz seu enriquecimento expressivo. Como o tradutor está comprometido com o que passa a nomear, a tradução pode efetuar uma substituição equivocada das palavras, levando à contradição da linguagem.

O problema da contradição com a qual o tradutor se debate, emerge da própria linguagem que ele elabora e jamais poderá promover sem a presença desse paradoxo. Desse modo podemos afirmar que “a tradução, como a obra, portanto, permanecem na contradição da linguagem entre objetivação e expressão”. (SCHNEIDER, 2008, p. 295)

Numa tradução, nem o tradutor nem a obra estão livres da contradição da linguagem. É possível dizer que a contradição é a grande dificuldade que o ser humano encontra na linguagem, pois ela está em tudo que é pronunciado. O sentido contraditório pode estar implicado na própria compreensão objetivada do conhecimento, que o tradutor formula. A tendência da contradição é não contemplar tudo que a linguagem diz o que culmina, no empobrecimento da experiência linguística.

Enquanto houver elaboração participativa, o todo de sentido jamais vai ser alcançado dentro daquilo que ele pressupõe ou representa, ao passo que, “em meio a toda formação lingüística vige o conflito do pronunciado [dito] e do pronunciável [dizível] e o impronunciado [não dito]” (BENJAMIN, GS II-1, 146). Em parte, a complexidade da linguagem dá margem à contradição pelo fato de que a linguagem não pode ser explicada de uma só vez.

O único a fazer é observá-la no momento de sua evolução, avaliando os discursos com redobrada atenção. Só que a essa mesma articulação da linguagem estará vinculada uma infinitude de sentido, porque a linguagem está ligada a um contexto de amplitude maior, ou seja, está dentro de uma história de uma universalidade que a tudo e a todos compreende.

Ao apontar para uma perspectiva benjaminiana, vemos que na linguagem as palavras combinam uma essência espiritual e lingüística, na qual a linguagem faz parte, participando de parte dessa essência, contudo, sem dizer a totalidade possível e definitiva a ela. Logo, as coisas são na linguagem apenas parte delas, e na linguagem participa apenas uma parte da essência das coisas. Aliás, na linguagem, parte das coisas está definida dentro do todo que é sempre maior do que se pode dizer quando se fala e participa discursivamente.

A magia da linguagem, pode até propor a suposição de um todo de sentido, só que essa mesma suposição que coloca como fundamento, vai estar sempre mergulhada em um sentido infinito, em algo pressuposto que a linguagem mesma sinaliza em sua participação. Dizemos que a linguagem pura jamais é plenamente alcançada, mas pode ser intuída a partir da complementaridade de sentido, que pode acontecer por aproximações e analogia.

Qualquer proposta de tempo, espaço, mundo ou de linguagem, vai estar sempre acompanhada de uma hipótese. Benjamin segue a via de pensamento de Platão, para mostrar que na mediação da linguagem, o pensamento embarca no plano da suposição de uma totalidade, que de fato é inapreensível, mas fica imaginada como um bem melhor.

Segundo os conceitos que exploramos, traduzir é como juntar os cacos de um recipiente quebrado que se deseja reconstruir. No ato da tradução, as línguas se entrelaçam entre si por meio de um continuum de conversações e transformações, assegurando a traduzibilidade de uma língua na outra.

Ao estar em movimento, à língua tradutora gira em torno de si e perfaz o caminho da circunscrição da própria essência espiritual da linguagem, para então criar um campo comum de mutua participação com a outra língua. Sendo assim, a linguagem corresponde à tradução de uma língua imperfeita para uma mais perfeita, isto é, linguisticamente mais expressiva.

Na passagem de uma língua para a outra, a tradução desloca os elementos lingüísticos e movimenta a linguagem no sentido contrário ao da subjetividade. Na produção subjetiva, o sentido é produzido com autonomia, e o saber que se encontra enrijecido na linguagem é apontado com o aviso de que, sua quebra e desaparição se fazem necessárias para que o novo sentido possa surgir e se instalar.

É a tradução que precisa reconstruí-lo, juntando aos poucos os fragmentos de linguagem para que esse saber conserve novamente o sentido da experiência que reflete. “A tarefa da tradução é livrar o verdadeiro da sua disformidade enquanto realidade em paralelo, livrar os seus elementos inscritos na linguagem finita” (SCHNEIDER, 2008, p. 296).

Para a linguagem retornar à multiplicidade do sentido, é preciso conhecer as causas da dispersão e fragmentação das línguas. E, descobrir, o que provocou a perda da inusitada correspondência entre uma língua e outra. A investigação da linguagem pode subsidiar o caminho da leitura interpretativa, tentando pelo exercício de tradução hermenêutica retomar a riqueza expressiva que há na palavra para a linguagem do nome.

A sobredenominação das línguas é bastante caótica, e padece de uma angústia, já que elas carregam consigo sinais arbitrários e a linguagem passa a se desligar da intenção de verdade e do compromisso em assegurá-la. Confirma-se, assim, que a razão disso ou “a causa é conhecida pela contradição da linguagem e a tradução é o movimento da sua superação” (SCHNEIDER, 2008, p. 296). Nada é mais evidente do que pensar que a possibilidade de tradução da linguagem humana é tradução das essências. A essência refere-se à idéia da presença de um sentido que está como um princípio subjacente às coisas a serem captadas pela compreensão. Benjamin costumava dizer, que a essência resplandece como a propriedade fenomenológica de algo, que ele denominou como sendo o misterioso aparecer da possibilidade da compreensão.

Todavia, a recomposição que a tradução procura fazer da linguagem não é algo tão fácil assim, ao passo que, no interior da linguagem existe a presença de forças coercivas, que limitam a compreensão. Nesse sentido, ao entregar-se às habilidosas mãos daquele que quer representar seus signos e agregá-los em semelhança a uma forma de expressão narrativa, “[...] a tradução toca fugidiamente o original num infinitamente pequeno ponto para, então, seguir a lei da fidelidade da

liberdade do movimento da linguagem num percurso próprio” (SCHNEIDER, 2008, p. 297). E aí é que mora o perigo do silêncio. O perigo de emudecer é quando a linguagem perde totalmente o seu alvo principal que é a comunicação, e o saber deixa de ser auscultado para servir de referência.

Benjamin toma liberdade de citar como exemplar dessa experiência as convicções religiosas que cultuam uma forma superior de linguagem. E, das sólidas bases teológicas, dá preferência à escritura sagrada, em especial ao livro de Gênesis, por ser um material milenar importante no conjunto dos textos da tradição, e conter o uso de aspectos descritivos de linguagem que se relacionam à situação humana.

Na doutrina religiosa, o saber está baseado em critérios absolutamente incontestáveis e a palavra em termos de uso é inviolável. Para a religião não existe o impronunciável, nem o impronunciado, e, para tanto, a tradução é a forma de refletir criticamente sobre as evidências por ela traçadas, a ponto de trazer para o plano da discussão a origem de seus fundamentos de verdade. O discurso religioso aposta numa afirmação que delineia o aspecto da revelação, desde sempre dada no firmamento da linguagem nomeante.

Para Benjamin, a linguagem tem assim uma dimensão espiritual cognoscível. É o recinto das idéias, que pelas palavras podem ser formuladas. Para tanto, os textos têm camadas de sentido, e na tradução, o espírito da linguagem revela o nome ao nomeador. Fica-nos a compreensão de que não se nomeia sem narrar, ou seja, sem traduzir.

Para isto, ao objetivar a essência mais pura da linguagem, é preciso o tradutor perguntar qual sua finalidade, isto é, a intencionalidade codificada na linguagem pelo ato criador, e nela está como código divino. A tradução culmina numa modalidade narrativa do próprio enredo da linguagem, que se transmite salvaguardando sua história e tradição, pois, tem uma tradição inscrita no espírito das obras como conta o filósofo Hans-Georg-Gadamer no texto que discorremos a seguir.

2 TRADIÇÃO

2.1 A TRADIÇÃO EM GADAMER

Parece-nos que compreender as potencialidades da linguagem, é compreender também sua tradição. A tradição é tão natural quanto à história do homem. Ela herda todo arcabouço subjetivo de sabedorias e experiências constituídas pelos sujeitos ao longo da vida, entre si e com as coisas, e que possam transmitir através da linguagem. Visando a imitação sensível do espírito existente, na tradição, os seres e as coisas encontram um lugar para replicar-se e transmitirem-se de geração a geração.

Desta maneira, em Gadamer (1984) se atesta que o caminho da tradição se vê guiado pela linguisticidade. A linguisticidade é essencial para a compreensão de uma conversa, pois, o elemento de interpretação é de natureza linguística. Da linguisticidade é que vem a essência da tradição, e esta, se completa e adquire significado na linguagem escrita.

A tradição versa sobre a linguagem que fala por si mesma, no sentido autêntico da palavra, e chega até nós por meio da experiência hermenêutica. Os elementos linguísticos que provêm da tradição, não são meras fontes do passado, em resumo são conteúdos que comparecem na linguagem e nos transmitem um sentido de outras gerações. Com toda razão a tradição é, portanto, como uma espécie de experiência de vida que tem algo a nos dizer.

Tradição é memória transmissível. O sentido que ela fornece tem como lugar de expressão, os textos escritos. O texto é o que da a possibilidade da coexistência entre o passado e o presente, para que a consciência do presente tenha condição de acessar tudo que for transmitido por escrito. Via tradição, se relatam ao momento presente, notícias e fatos de gerações passadas.

Ao prezar esse retorno, a tradição literária recupera a chance de ampliar os horizontes do saber, favorecendo com isso o enriquecimento do próprio mundo humano. Gadamer (1990) convence-nos que somos paridos na tradição, e dentro dela vamos aprendendo a desenvolver de forma natural e com familiaridade todas nossas atitudes.

Na visão gadameriana, a tradição vem pelo

> [...] que nos é dito - seja sob a forma do relato direto em que tem a sua vida o mito, a lenda, os usos e costumes, seja na forma da tradição escrita, cujos signos por assim dizer estão imediatamente destinados para qualquer leitor com condições de os ler (GADAMER, 1990, p. 392).

Faz sentido dizer, que a escrita está acima de ser somente a transcrição de uma lembrança de vida. As narrativas descrevem um sentido imaginário, que nós idealizamos como realidade. No entanto, a idéia que está reunida por escrito segue fazendo parte da memória humana que toma consciência e repassa o aspecto de seu conteúdo para épocas posteriores, servindo como uma espécie de substância da vida moral, ética e social em geral. A compreensão do sentido desse conteúdo se move pela natureza linguística e a vida histórica da tradição, que não está sob o domínio daquele que interpreta quem interpreta, é que está sujeito a ser interpelado pela tradição.

Ao deter-se em compreender a natureza das coisas, a consciência do intérprete é dirigida pelo horizonte de sentido da tradição, enquanto uma situação em que ele mesmo já faz parte. Essa situação vem a ser a própria pré-compreensão que modela a sua estrutura de pensamento, e orienta a forma com que afigura o mundo. Ao intérprete, importa assimilar de maneira consciente, quais significados e preconceitos ele preza na vida cotidiana. Sendo então o modo de pensar, derivado de uma verdade anterior.

Para compreender o que está na tradição, o intérprete se comunica com os conceitos por ela elaborados e os recupera através da própria compreensão. Aquilo que ele mostra sobre o tema do texto ou enunciado seria então o reflexo da sua íntima interpretação. Interpretação esta que não acontece de imediato, porque para fazer jus à estrutura de sentido da tradição, o comunicado tem primeiro que passar por uma especulação hermenêutica. Gadamer (1990, p. 403) acentua que “no mostrado aparecerá o reflexo da interpretação [...] O mostrar é então interpretação no mesmo sentido que uma tradução que resume o resultado de uma interpretação”.

Esse é um passo para inferirmos, que o modo de operar da existência humana está enraizado numa condição de possibilidade finita, e que, por isso, o conteúdo que está na base da realidade da história não tem uma única interpretação. Mediante a continuidade da história, cada geração que participa da compreensão do texto da tradição observa o comportamento do seu próximo, e nessa experiência adiciona ao conteúdo do texto um sentido diferente, que vai

originar um novo horizonte histórico. Também é preciso dizer, que a compreensão da expressão linguística que decorre da tradição histórica não tem um fim, e ultrapassa qualquer fronteira.

É sensato pensar que a forma como se entende a tradição e como ela chega uma vez e outra à linguagem, com o fim de determinar um significado e outro, é um acontecer autêntico, igual ao que ocorre numa conversação mesma. Isto já explica as razões de se poder ter acesso ao conhecimento individualizado da humanidade passada, e, inclusive das relações que esta desenvolveu com o mundo. Vendo por esta ótica, “a linguagem alcança na escritura a sua verdadeira espiritualidade, pois, frente à tradição escrita, a consciência compreensiva chega à sua soberania plena” (GADAMER, 1990, p. 394).

O legado da tradição escrita disponibiliza formas para readaptar o texto, e reconduzi-lo a uma nova linguagem, que fica sujeita a ser decifrada. A escrita convoca um sentido particular de comunicação e a expressão desse sentido, não é de natureza formal ou objetiva, nem fica limitada ao aspecto subjetivo do autor. Gadamer (1990) critica e expressa seu desagrado, quanto a essa compreensão da tradição que tenta apreender o outro, e fazer dele um núcleo de conservação e fixação de determinadas crenças seguidamente repetidas.

Uma saída para produzir a possibilidade de superar a rigidez dessa tradição, seria o distanciamento reflexivo, isto é, a suspensão dos próprios pré-conceitos, para se ver o quê, e quanto do valor de uma tradição pode ser considerado no encontro com uma obra. Contudo, somos levados a crer que a tradição não restringe a experiência do conhecer, bem pelo contrário, ela é o que dá possibilidade do conhecimento e o reconhecimento da sua natureza, bem como dos limites que mantém. Nessa operação, “a consciência que compreende [...] ganha com isso uma possibilidade de deslocar e ampliar seus horizontes e enriquecer assim o seu próprio mundo com toda uma nova dimensão de profundidade” (GADAMER, 1990, p.393).

A interpretação começa sempre a partir de uma pré-compreensão do intérprete. E, para que seja viável uma clara reflexão da vida do intérprete com a lógica da tradição que pretende conhecer, é necessário estar aberto para a experiência do novo e desprovido da expectativa de achar que o novo possa prevalecer como a única experiência verdadeira. Àquele que interpreta, deve confrontar no ato interpretativo suas noções de mundo e de história com a perspectiva da tradição contida no texto. Por meio dessa relação reflexiva consigo

mesmo e com o texto, os conceitos prévios da tradição em que vive serão substituídos por outros mais adequados, ao deixar valer as pretensões que a tradição do texto lhe coloca. Por ter seu ponto de vista próprio, os conceitos do intérprete são constituidores da realidade. Aí nos damos conta de que através dos outros passamos a adquirir conhecimento a respeito de nós mesmos.

Como já indicado, a compreensão da escrita não é repetição do passado e sim participação em um sentido presente, que, além de ser percebido, tem capacidade de se repetir na exclusiva representação da linguagem. Frente a isso, podemos deduzir que toda a tradição tem um caráter especulativo, que se realiza ao modo de uma investigação hermenêutica. A hermenêutica é interpretação que faz penetrar no interior do ser em si que se oculta na tradição, para alcançar seu gênero de concretização dentro daquilo que ele é compreendido na relação com quem o compreende.

A produtividade do trabalho hermenêutico acontece quando os sentidos que estão na tradição são realçados, e esta se converte numa experiência que considera o que é importante conhecer. Em poucas palavras, fazemos menção de que a tradição retórica propicia a evidência daquilo que é verossímil, e que por isso então na escrita, estão presentes os traços da comunidade linguística em que fora produzida.

Tal capacidade faz dela, o meio mais eficiente com o qual nós contamos para que as referências culturais do passado não fiquem perdidas no tempo. Gadamer (1990, p. 394) afirma:

> A tradição escrita não é somente uma parte de um mundo passado, mas sempre já se ergueu acima dele para a esfera do sentido que ela enuncia. Trata-se da idealidade da palavra que eleva todo o lingüístico acima da determinação finita e passageira que é própria aos demais restos do que foi.

Uma das marcas dos textos são as manifestações vitais nele fixadas. Elas se apresentam aos nossos olhos na forma de resquícios linguísticos, herdados da tradição. Por esse motivo, o texto transmitido que nos fala em palavras, causa-nos a impressão de que os saberes com os quais nos confrontamos têm uma parcela de validade para a nossa época presente. Na tradição, as palavras trazem o situacional vivencial em toda sua praticidade expressiva, para fazer com que aquilo que está por escrito faça parte da continuidade da memória humana. Ao sermos atingidos pela

linguagem, a verdade que está no bojo da tradição se abre aos nossos sentidos, e nisto o conteúdo da tradição entra em jogo, e se exibe em possibilidades de sentido sempre ampliadas.

A palavra vinda da tradição gera a confiança na certeza de uma verdade que se dá em relação a algo. No instante da compreensão, é como se o texto e a tradição estivessem olhando na mesma direção de sentido, e aí se funda o horizonte, como algo em que a tradição e o texto caminham, e, com ambos se desloca em cada passo que se realiza a compreensão de um conteúdo histórico.

Na acepção de Gadamer (1990, p.407) ”sobretudo em qualquer conversação que segue o caminho da tradição, [...] teremos que reconhecer que nisso acontece uma continuada formação de conceitos”. Supostamente, a compreensão que segue o caminho da tradição, o qual não precisa ser necessariamente o mesmo que levou aos primeiros esclarecimentos sobre a historicidade da obra, é mais rica.

Na interpretação de uma obra, há o movimento da tradição e do intérprete, nisso se fundem os horizontes do texto e da tradição. À medida que num texto se estabelece a delimitação do assunto, ou seja, assim que a tradição volta a falar através da linguagem que nele está presente, dela emerge algo daquilo que verdadeiramente é seu, e que veio a ser o que é pelo que agora o intérprete diz. Gadamer (1990, p. 467) sublinha que “a verdade da tradição é como o presente que se abre imediatamente aos sentidos”.

É mister perceber, que a fala que da obra surge parte do momento histórico em que o intérprete está vivendo, e ao mesmo instante nesse tempo o presente encontra as suas raízes. Nele, se dá a possibilidade do antigo comunicado escrito, ser substituído por um novo no âmbito do conhecimento.

Descrevemos que a comunicação que realiza o escrito é a pura idealidade abstrata da linguagem. Na escrita está contida a essência do discurso. O próprio discurso quando trazido à fala participa da idealidade daquilo que comunica. É justamente por causa da objetividade que está na linguagem, e que permite fazer um apanhado histórico seu, que o sentido de uma representação escrita é capaz de ser identificado e repetido. Por sua vez, o começo da história é o surgir da vontade de permanência da tradição, que existe para transmitir histórias de épocas precedentes, que antes costumavam ser contadas através de narrativas orais e agora encontram como forma de duração, o que temos chamado de literatura.

A tradição, desta forma, conserva o aroma da experiência de um sentido, que na sua plenitude vai se transformando na linguagem. Para sermos mais precisos, o que ocasiona a abertura do sentido da verdade da tradição, é a mediação que a linguisticidade expressa oferece. É que a linguisticidade do ato interpretativo, está enraizada numa linguisticidade mais geral que acontece dentro da experiência humana de fala e linguagem, englobando simultaneamente o passado e o presente. “E mesmo assim, a linguagem do intérprete é ao mesmo tempo a manifestação da linguisticidade em geral, que em si contém todas as formas de uso e forma lingüística” (GADAMER, 1990, p. 478).

A compreensão se insere no círculo da experiência hermenêutica, e no processo de transmissão da tradição, que é de natureza linguística, e na vida histórica da tradição, que requer apropriação e interpretações de sentido sempre novo. Na leitura compreensiva da tradição, o intérprete fala e se mostra, mas não é totalmente livre porque está engajado na tradição cuja lógica comanda o seu pensar. O que permite liberdade à tradição é a crítica, e o espaço da crítica na hermenêutica está na interpretação. Portanto, toda escolha que faz, implica numa determinada tradição, que em termos de grau de conhecimento é inevitavelmente limitada.

O fato de não romper com a tradição, faz com que o intérprete ao utilizá-la para alcançar a compreensão de um aspecto humano, dificilmente conseguirá se apropriar de todo o conteúdo que essa mesma tradição carrega. No mais, a tradição tem que ser investigada, mas tem que ter a qualidade do que historicamente vem sendo preservado. No que compete à vida histórica da tradição mediada pela interpretação, Gadamer (1990, p. 404) afirma que “como interpretação ela novamente desaparece mantendo-se na imediatidade da compreensão da sua verdade”. Em ultima instância, a escrita tem como característica o auto-alheamento.

Tal qual apresentado por Gadamer (1990), o portador da tradição não é um manuscrito que guarda em si uma parte do passado, mas, algo da experiência que ele descreve como a continuidade da memória. O que a tradição nos comunica na mediação da memória, se converte num auto-encontro do espírito humano. Esse encontro ocorre até com aquelas culturas que não possuem a tradição escrita, que é o exemplo dos monumentos mudos, aos quais não podemos chamar de história porque não possuem a tradição da linguagem.

Os monumentos, por falta do aporte à escrita são por si mesmos incompreensíveis e, não oferecem um conhecimento de tudo que está por trás da sua imagem, ou seja, o que ela representa além do que imediatamente se vê. O legado em epígrafe é uma relíquia material, e para tanto, acaba se tornando um problema de interpretação muito mais do que de deciframento e de compreensão de sua literalidade.

No universo comunicativo pode existir também uma tradição sem escrita, pelo fato de nos corações humanos persistir a vontade de sobrevivência da recordação. Porém, é bom retomar com Gadamer (1990), que o hábito linguístico tem a vantagem da articulação da linguisticidade, que oferece basicamente as condições para se constituir uma referência aproximada das palavras, fazendo falar sempre a tudo. Na linguagem, todo tipo de escrito é interpretável, até mesmo aqueles traços que pareciam incompreensíveis e estranhos de se conseguir entender, ganham materialidade concreta no seio da linguagem.

A tradição é como se fosse um espelho da identidade humana e das épocas de evolução histórica da humanidade. Na tradição, há uma memória complexa esperando para ser desarquivada. E como memória complexa que é, e que o tempo não conseguiu desgastar, as tradições são o retrato da dinamicidade das práticas mais antigas dos seres humanos sobre a terra.

Algumas tradições que as gerações foram acumulando, vivem e estão sendo revividas ainda hoje. Mas não assumimos ao fim, que o nosso modo lógico de expressão e raciocínio são elos subjetivos que se repetem dessas tradições. Nosso arsenal comunicativo se produz em imitação das sabedorias existentes, imitação que Benjamin chama de reprodução maquinal, no embate discursivo que desenvolve na sequência desse capítulo.

2.2 A TRADIÇÃO EM TERMOS BENJAMINIANOS

Benjamin (1989) vai tratar da tradição como impulso subjetivo, a impressão da experiência anterior que está encerrada no sujeito. Nas intervenções com o mundo, predomina em nossas instâncias interativas a reprodução de saberes, que embora não nos pareça tão evidente captamos de outras experimentações baseadas na linguagem. Nesse contexto, as compreensões vão se voltar para estes efeitos de sentido, em que estão a caminho conexões compreensivas que se abrem

em modelos de pensamento para construção do entendimento. As impressões desses significados acabam em nossa visão, e, parecem contaminar todo nosso pensamento, por colaborar com a nossa forma de compreensão das coisas.

Já na I tese “Sobre o conceito de História”, Benjamin (1989, p. 1) aborda a questão da tradição por meio da conhecida metáfora do enxadrista anão, mestre no xadrez, escondido debaixo do tabuleiro e simulando uma extraordinária maquinaria a jogar sempre de modo superior a cada jogador que se aventurasse no jogo. Entre outros sentidos, aí é simbolizada a tradição, impondo maquinal e repetitivamente a compreensão de cada momento da história.

O tipo de crítica que exercita se refere ao lado automatizado da compreensão. Segundo ele, as grandes massas de opiniões decisivas de nossas gerações não passam de determinações compreensivas que a tradição desde um tempo muito remoto nos impõe. Tudo aquilo em que estamos pensando, bem como as coisas que temos condições de compreender a cada instante resultam de tradições que nos foram traduzidas, permanecendo fixamente presentes exatamente do modo como se encontram em nossa compreensão.

De uma forma geral, o falante é tomado pelo desejo de repetir os discursos que já foram construídos ao sabor dos tempos. Nas tramas históricas, a força messiânica do que foi dito anteriormente se abre em espera atenta e no dizer recria-se sua vida de novo. Desse modo, nós somos a tradição viva e somos também uma forma de tradução de todo o passado e de todas as forças compreensivas deste passado, as quais nos determinam de uma forma maquinal.

Nessa demonstração, a máquina toda seria aquilo que nós colocamos em funcionamento, ou seja, o que entendemos, o que a sociedade repete em idéias, ações, juízos, condenações e valores. Nós recolhemos resíduos da história, que não poupam nossa percepção, e assim estamos na condição de pensar com criatividade e de refletir sobre a nossa visão e sobre as massas espirituais da história que nos carregam na totalidade do processo da tradição.

Se assim é, “deste modo, cada um é como que um resumo, ou índice do total da tradição em acontecimento. Cada um é um fragmento de um todo sempre, suposto, [...], ou seja, metonímia concreta e atuante da totalidade sempre suposta” (SCHNEIDER, 2008, p. 158).

As repetições de discursos são aceitas nas relações sociais, porque suas intenções se encaixam dentro daquilo que já está estabelecido, isto é, das posições assumidas por tradições e que foram postas a operar. Essa tradição que segue silenciosa está sempre em transição no presente, e em qualquer conversa confirma a presença de um passado que está eternamente presente em repetição comunicativa.

Quem escuta pacientemente esse passado, pode ouvir nele os rumores da tradição. No sistema de fala, tudo que já foi como a experiência do tempo e suas interferências, aspiram a ser de novo. Portanto, o materialista histórico, é quem tem consciência desses traços deixados para trás de si, e pode preservar esses interesses numa narrativa.

Ao materialista histórico, assim nominado como aquele que tem a consciência da concretude de pensamento e reflexão, pode, por isso, ser atribuída a competência de suscitar a reflexão sobre o material concreto, dos fatos e acontecimentos passados que estariam próximos de nós, e que nos condicionam. E, para levar a perceber tudo isso, apresentar os traços, vamos dizer assim, os membros da tradição que entram em nossas vidas, podendo até se afundar na lembrança daquilo que ele mesmo é enquanto linguagem.

Esse processo de libertação que se dá mediante a reflexividade, é um estado de vigília daquilo que nós mesmos somos enquanto compreensão que se embala no mundo. Como bem diz Dal Forno (2012, p. 32) citando Walter Benjamin, “a catástrofe da tradição grita pela boca do falante”.

No decurso da existência humana foram introduzidos desejos de felicidade que atravessaram o presente e ficaram então no ar que respiramos. Esses desejos que jamais foram abandonados tornaram-se intenções que agora jogamos para o futuro. As sensações que carregamos daquilo que nos faltou, são determinações que nós projetamos na forma de felicidade que está presente em todos nós. E, a partir desse sentimento que imaginamos que vai nos conceder tal felicidade, vamos construindo nossos projetos do futuro.

Citando uma frase de Lotze, Benjamin (1989, p. 1) com ele se solidariza no sentido de que “a imagem da felicidade que acalentamos é inteiramente marcada pelo tempo ao qual nos remeteu inapelavelmente o curso de nossa própria existência”.

O conhecimento tem sua sede na tradição, e a libertação das angústias daquilo que nos falta, do desejo não atendido acontece pela compreensão, por já se estar mergulhado no passado e ele estar em nós na forma de tradução. A tradução está como força que nos leva à reflexão sobre o passado. Quer dizer, que nós temos conosco todas as forças compreensivas da tradição, e essa própria tradição exige que haja de nossa parte uma explicitação tradutora constante dessa compreensão.

Por isso, mesmo que um acontecimento tenha passado e ficado para trás no tempo, ele não vai deixar de ser o que foi. O movimento das crenças e da compreensão humana está em seu total ligado com a tradição, que continua sempre presente na compreensão nossa de cada vez. Vale citar também aqui que Benjamin chamou a tradição de sopro de vida, pois conforme ele todos nós fomos “bafejados” pela tradição, e do passado tudo se faz importante na imediatidade de vida.

Como a tradição pode ser novamente articulada, contada, verbalizada, o cronista é aquele que pensa e quer mostrar que todos os fatos independentemente dos quais foram, se pequenos ou grandes acontecimentos, são importantes para compreender a história e o conjunto dela. Benjamin pretende assegurar que o cronista não é o mesmo que o historiador, o qual faz avaliação dos fatos para depois contar o que lhe parece importante.

Para o cronista, porém, tudo acaba sendo importante, porque tudo que acontece no mundo de alguma forma acaba ficando colado na estrutura do todo, que é onde as experiências deste mundo se dão. Contudo, o cronista sempre intenta dar conta dessa totalidade, sem jamais poder apreendê-la completamente. Ao considerar isso tudo, porém, o autor ressalta que a programação do pensamento que funciona como uma máquina, leva ao esquecimento da questão desse sentido que está regendo o mundo e permanecendo na distância do tempo.

Estas reflexões reafirmam que a tradição requer um estado de vigília, e no mundo é a matriz do significado que foi se acumulando espontaneamente. Sendo assim, no mundo, tem-se a indicação temática do todo e o materialista histórico sabe analisar a tradição nele presente, e como tocar o campo de sentido que cerca todo pensamento e envolve a atmosfera presente.

Em outros termos, a tradição analisada fornece a chave para a entrada no passado, pela qual é possível aprofundar-nos no conhecimento de nossas raízes. No entanto, todos nós somos o conjunto da tradição, conforme expressão

interpretativa de Schneider (SCHNEIDER, 2008, p. 95) “[...] a tradição olha-se a si mesma nos olhos e fala consigo mesma”.

Nessa passagem, podemos ver a importância dada por Benjamin à rememoração, porque ela é a possibilidade da tradição tecer um novo sentido de si e de se tornar criativa e renovada na mudança de si. Nossa vida, porém, corre o perigo constante de sempre cair no esquecimento da necessidade de uso da tradução em análise da tradição, isto é, de uma tradução repensada, refletida e que se realize a partir da linguagem.

Constantemente estamos a perigo, correndo o risco de perder um traço ou unidade da tradição, pois a vida é constantemente interpretação da tradição, mesmo que ao modo de repetição. Se esquecermos da tradição, nos tornaremos vítimas da consciência massificada dominante.

Nos modos de escrever a história dita oficial, as formas de dominação capitalista e a força manipuladora da linguagem visual no âmbito da indústria cultural, perturbam a imagem da história e depositam sobre a compreensão formas de entendimento comprometedoras, para que não se vejam determinados aspectos das coisas que aconteceram e acontecem.

Contada, assim, com muitos desvios, estamos diante de uma história de ruínas e não de um verdadeiro material histórico. Se for abolida a imediatidade do materialismo verdadeiro que se relaciona com o caráter temporal da existência, a história se torna uma forma de construir a alienação em visão fixa, permanecendo na perspectiva de que o passado passou, como se ele não estivesse vivo na força da recordação. Benjamin (1989, p. 3) esboça que “o perigo ameaça tanto a existência da tradição quanto aqueles que recebem essa tradição”.

A forma de contar à história que Benjamin acentua, parte de um novo paradigma, o da racionalidade na interpretação. Propõe que o historiador se empenhe numa compreensão mais profunda e plena da tradição, evitando, sobretudo uma compreensão cega que trave sua memória. É preciso que o historiador dialogue com o significado histórico que está em ocorrência na linguagem, sem pretender de imediato que o sentido vindouro em descrição tenha a pretensão de formar um mundo novo. Espera-se que faça uma montagem significativa, um desenho dos tesouros da tradição e da história humana. O ideal seria “[...] compreender o instante de agora como que preenchido pelo que já foi e pelo que ainda pode ser” (DAL FORNO, 2012, p. 23).

Como se viu, a tradição exerce uma autoridade sobre o modo de compreensão humana, e dentro de nós está como uma chama viva. Dessa forma, as pessoas utilizam em si toda tradição que elas têm nos seus gestos e escolhas. Só que existe um disfarce, uma forma maquiada de contar a história e que nos faz esquecer-se da tradição e a tradução. Para arrancar o conformismo que está prestes a se lançar sobre a compreensão da tradição, tem que fazer sua peregrinação, para explodir novos estados compreensivos e a tradição sair do estado de dormência que temos à nossa frente.

Cada um que expõe seus sentimentos e revela sua maneira de ver o mundo de forma subjetiva, está caracterizando deste modo, um tipo de tradição. Estamos a todo o momento remetendo e recebendo impulsos da tradição. A tradição está entre os homens, e a energia compreensiva que ela estabelece limita suas infinitas finalidades. E, à medida que os homens se vinculam às tradições, elas adquirem uma configuração compreensiva mais geral, sendo este aspecto mais geral da compreensão o tema que refletiremos na continuação deste capítulo.

2.3 O ASPECTO DA UNIVERSALIDADE DA COMPREENSÃO DA LINGUAGEM

Na formação geral da compreensão, a produção do enorme imaginário coletivo assim como, a compreensão constante dos significados e o movimento da subjetividade, é o aspecto da totalidade em processo. No ordenamento do mundo se encontra uma totalidade compreensiva que intercede na formação social do pensamento individual e coletivo, e constitui formas de compreensão das coisas do mundo. Em outras palavras, a formação dos sentidos voltada para a compreensão da totalidade, e não para transmissão de fragmentos de sentido separado, é o que buscamos retratar nesse capítulo.

Já dizia Gadamer (1984, p. 485- 539) em suas reflexões sobre a linguagem, que a natureza humana no espaço ante predicativo do mundo integra o desejo de partir para o conhecimento do que aconteceu e se desdobrou em questões como as de verdade. Igualmente das coisas que continuam acontecendo nesse lugar vivido, que é o mundo. É habitual à alma humana abstrair os elementos de sentido que formam o arranjo significativo do universo e, certificar-se sobre o significado das coisas. Ver as camadas de significados que habitam a série de espécies do mundo externo, é peregrinar para estados compreensivos mais universais.

Qualquer unidade significativa que aparece quando as pessoas e os seres se relacionam é o suposto de uma totalidade de sentido, que já entrou de antemão na compreensão total do mundo como se desse como um dom. O todo se nutre de práticas antes experimentadas pela humanidade, e das que dentro dele são compreendidas sob novo aspecto. No todo, cria-se um sistema global de significados que entra em relação com o sujeito e o objeto, ao se conhecer a realidade experimentada.

A consciência prova da significação da linguagem e, retira da pré-compreensão geral que lhe vem à mente, a condição de possibilidade de conhecer a objetividade inserida na linguagem. A aparição da totalidade última é objeto da transcendência e, do regresso ao pano de fundo lingüístico que recorre o movimento da alma humana.

No ato de conhecer, a intuição estende o caminho para reconhecer a totalidade da estrutura lingüística do ser humano. É importante trazer aqui que, “o todo é maior e mais poderoso que o indivíduo, mas este pode perceber a herança da qual participa pelo dizer e pelo existir” (DAL FORNO, 2012, p. 66).

O contexto da totalidade refere-se ao próprio homem como uma força viva, rememoradora da sucessão de criações há muito tempo elaboradas pela humanidade no palco do mundo. A totalidade é mensageira de forças que não se vê, mas que estão imersas na própria compreensão do mundo vivido, em que sempre somos e nos compreendemos enquanto seres humanos na esfera de nossa existência cultural e histórica.

A vida compreensiva está comprometida com um campo de conexões objetivadas, e a experiência cotidiana vai sendo desdobrada a partir delas. Essa expectativa de sentido se estabelece antes da compreensão, e simboliza os moldes da dimensão do ser que pode se conhecer na linguagem. A capacidade do homem em aplicar a compreensão, para daí ordenar o nome das coisas que integram o mundo vem da trajetória percorrida há milênios por seus antepassados. Então, perguntamos: o que de fato isso quer dizer? Significa que a linguagem é o elemento comunicável de onde decorre e se constitui a totalidade do horizonte da compreensão. A guisa de esclarecimento, Gadamer (2004, p. 72) intui que “dessa forma o movimento da compreensão transcorre sempre do todo para a parte e, desta, de volta para o todo”.

Na totalidade florescem conceitos da história e conteúdos da tradição. Este estado de coisas prévio posteriormente tematizado forma o mundo humano, o âmbito em que toda compreensão acontece. Aquilo sobre o que cada mundo fala sobre o seu sentido singular, mantém-se acessível aos outros mundos, porque as línguas que deles fazem parte têm uma realidade significativa bem mais geral.

Na realização da totalidade, comprova-se que os mecanismos de funções dizíveis e exprimíveis têm uma ampla linguagem geral. Somente na condensação do particular e do universal, pode-se experimentar o aspecto da multiplicidade na unidade contínua do sentido. O mínimo à que podemos chegar numa compreensão, seria o sentido cada vez mais amplo do significado do mundo.

Gadamer (2004, p. 72) argumenta que “a compreensão só pode realizar-se a cada vez neste todo objetivo e subjetivo”. Logo, se deve aceitar que a própria fundamentação das proposições da compreensão ocorre a todo tempo de maneira circular e autorreferente no âmbito da linguagem.

A circularidade da compreensão é entendida como o movimento do interpretar, em que se procura nas demais proposições da linguagem usada a possibilidade para fundamentar outras proporções vindouras. Porém, não há como testar se as proposições elaboradas vão ser verdadeiras ou falsas. Elas mesmas é que dão prova de si, a sugestão do fundamento que se quer provar no próprio exercício da linguagem.

O fato é que no mundo existe um movimento hermenêutico compreensivo e nós estamos no meio dele. O dar-se conta disso, é ter a hermenêutica como leitura retrospectiva da realidade, capaz de aprofundar a interpretação fenomenológica de um elemento e fazê-lo compreensível mais do que apenas demonstra sua aparência. Em paralelo, o intérprete não tem como se desprender do círculo da compreensão e de suas incomensuráveis e desmedidas forças.

No texto de Gadamer (2004, p. 74), se atesta que:

> Nele se esconde a possibilidade positiva do conhecimento mais originário que, de certo, só pode ser apreendida de modo autêntico se a interpretação tiver compreendido que sua primeira, única e última tarefa é de não se deixar guiar na posição prévia, visão prévia e concepção prévia, por conceitos ingênuos e chutes.

Gadamer (2004) ainda diz que as próprias pessoas são para si mesmas, uma espécie de círculo de linguagem. Círculo que nas pessoas circula como uma base compreensiva, induzindo à associação de sentido entre elas. Ao se tocarem, os círculos vão se difundindo persistentemente cada vez mais e mais, e às vezes se torna um pouco difícil compreender alguma informação que no movimento circular se demonstra.

O círculo compreensivo tem a tarefa de expandir a unidade de sentido daquilo que é compreendido, levando sempre de volta ao nome original, sem invalidar as afirmações que vão ser feitas. Para gerar uma compreensão justa do conhecimento, deve-se saber que o sentido individual dos fenômenos se entrelaça ao acontecimento todo da vida humana. Lá se torna ativo e obedece de um modo geral a uma normalidade.

Na dinâmica da circularidade do dizer observamos:

> A perspectiva de uma instauração em continuidade significativa como participação faz-se presente, pois mesmo a colocação da linguagem participativa enquanto nomeação é também percurso participativo, de modo que é exato e sempre circular "[...]" (SCHNEIDER, 2008, p. 229).

Na vida corrente, estamos sempre atrás do rastro de um conhecimento que lembramos sem que o quisesse recordar. A todo o momento prestamos conta de um discursivo do passado, e o reproduzimos ao falarmos uns com os outros, mesmo que este não seja o assunto tratado.

Às vezes esse mundo de sentido deixado para trás, não é lembrado, e, outras, ele é esquecido, só que nunca completamente. Vez por outra, tais sistemas de significados pré-concebidos retornam ao pensamento em forma de conceitos, e, deles é que vem o sentido do que dizemos e pensamos. "Trata-se de fortes cunhagens prévias que nos formaram a todos tanto no falar quanto no pensar" (GADAMER, 2007, p. 106).

Tanto o sentido que está agente no universo, quanto o destino de uma nova totalização, procedem de uma clara relação com a linguagem. Ela é o chão da racionalidade do discurso humano e o viés da significância, por preceder o acompanhamento do significado e, levar o todo de sentido a operar junto à instauração interativa da racionalidade comunicativa.

A linguagem ministra a compreensão e promove a mediação entre o homem e as coisas, permitindo análises racionais dos conceitos inventados no mundo. Nessa análise o todo está presente, e o homem no seu modo-de-ser dessa totalidade compartilha e faz parte. O homem é parte de um todo maior, e com isso, partilha de uma só parte do significado das coisas que estão nesse todo. A totalidade absoluta seria responsável pela mediação da relação das partes com o todo e do todo com as partes.

O conhecimento que daí se forma vai se aproximar de um ideal sentido, relativo ao sujeito e ao tempo. Em seu texto sobre a "Linguagem em Geral e a Linguagem dos homens", conteúdo com o qual julgamos que Gadamer (2004) demonstra concordância, a interpretação de Schneider sobre Benjamin presume que "um todo não pode ser separado de si enquanto a sua própria expressão, pois se fosse separado da sua expressão e de algo outro, todo não seria" (SCHNEIDER, 2008, p. 209).

Nesse ponto, a expressão do todo não pode ser separada das partes nem elas dele, por serem os conteúdos concebidos na linguagem. Nada escapa à sua oniabrangência; portanto, tudo quanto é coisa comunicada no mundo aparece no contexto de uma totalidade de sentido, que as pessoas apreendem simultaneamente.

Para ter o caráter de totalidade, aquilo que for compreendido numa experiência comunicativa, deve se doar à imaginação como a expressão geral de um sentido. Como o todo divide sentido com as partes, tudo o que acontece no mundo tem característica de participação e compartilhamento.

Ao visar à participação, inferimos que o homem e qualquer objeto estão incluídos num evento de apropriação de sentido e representam a si na totalidade. E, não havendo a possibilidade de representação de um e outro nessa totalidade, o homem e as coisas não chegam a expressar na linguagem o sentido daquilo que são. Conforme a interpretação de Schneider (SCHNEIDER, 2008, p. 209) "a essência de qualquer coisa é ser parte em relação, pois sem esta característica simplesmente não é". Certamente, a suposição é a de que a própria linguagem faz parte das relações da totalidade, da história universal que a tudo e a todos compreende.

Importa saber que o todo tem que supor a participação e o compartilhamento das partes na linguagem para ser percebido como todo. De acordo com essa suposição, a compreensão de algo vai partir daquilo que desse algo se mostra primeiro ao homem. Daí se pode inferir como fez Benjamin, que o todo é mais originário do que as partes enquanto suposição necessária para qualquer compreensão.

Somos guiados pela linguagem na sua duplicidade de sentido, isto é, por uma essência espiritual que diz respeito ao todo inesgotável, e outra lingüística, que irradia na participação imediata. Ambas as essências, são fontes de forças incomensuráveis. Corre nas bordas da linguagem além dessas forças, o tesouro da história que no compreender do agora reivindica seu espírito.

A fala humana utiliza-se de uma linguagem estabelecida por objetificações históricas, que apresentam marcas necessariamente limitadas. Os limites tomam conta da compreensão do passado e a linguagem marca os limites da finitude da experiência histórica do homem. Seguir os rastros da linguagem significa buscar os restos de si na história e ver no que se configurou no presente soar aquilo que foi. Na manifestação da vida humana manifesta-se sua história de todos os tempos. Na sede da linguagem, “todo rastro aponta para uma direção, e, em verdade, para alguém que já está a caminho e que busca o seu caminho” (GADAMER, 2007, p. 117).

Na imaginação do filósofo o rastro não tem como passar despercebido, porque ele não leva a um sentido qualquer. A não ser, quando a evidência do sentido não é apreendida corretamente pelo sujeito. Percorrer o rastro exige conforme ele, muitas estações de leitura, a decifração particular de palavras, letras e sinais.

Os sinais reunidos à sua volta, emitem evidências de uma estrutura significante para com ela conceber um todo de sentido daquilo que pode ou não ser. Culmina no rastro, uma experiência de compreensão de tudo que se expressa no ôntico, isto é, no mundo, onde se formam as experiências intelectuais de interpretação; que particularmente a linguagem solicita.

É no leito da linguagem que o mundo é constituído e, em que, ao mesmo tempo, o homem projeta o mundo, o que para Gadamer (2004, p. 265), “apresenta-se como a consciência da história dos efeitos que esquematiza previamente todas as nossas possibilidades de conhecimento”.

A história efetual é consciência impregnada de história, mas, aquilo que lhe aparece da história continua ainda assim aberto para a própria história. Ela é sempre consciência imediata de uma determinada prática real dos homens de uma época. Seus efeitos são essenciais para designar a compreensão entre o texto e o intérprete e, com isso, os artefatos históricos apresentam-se positivamente à possibilidade da compreensão. Num certo sentido, trata-se de conceber a articulação simultânea do conhecimento da história, e a história é, sobretudo, o conteúdo que dela se tem na mente.

Qualquer visão que o homem possa ter da história efetual demanda uma ação que ultrapassa a simples comparação e o igualar dos fatos. O efeito de sentido desses dados que se acaba tendo, tornam-se válidos à medida que esta estrutura de sentido se confirma na experiência da tradição. Mantém-se aberta à sua pretensão de verdade. Pelas mesmas razões que a tradição é necessária para atingir o conhecimento do real, a virtualidade do efeito da história efetual pode igualmente ser aproveitada para chegar à verdade que nos está acessível.

Além de ser fruto de nossas práticas cotidianas, por um lado, a experiência é digna de ser reproduzida. Não podemos perder de vista, que a experiência adquire sempre novas e mais formas de saber e, ela será válida enquanto não for contradita por outra nova experiência, que não irá invalidá-la, mas, pedirá por uma fase de observação mais abrangente da dimensão do saber que vem da antiga experiência. Foi o que Gadamer (2004, p. 266) sublinhou, quando escreveu que “a consciência da história dos efeitos realiza-se no elemento da linguagem”.

Para muitos de nós, a história dos efeitos faz muito mais do que preservar o conjunto de fatos materiais globais. Os efeitos que provocam a história inspiram a compreensão consciente da realidade que se encontra na linguagem com que atuamos, ou que vamos atuar, dependendo do nosso ponto de vista. Chegamos pela história dos efeitos a constatar o que devemos acatar da linguagem humana em algumas das fases de sua história.

Não será compreendida profundamente qualquer fase da história, sem uma percepção crítica a respeito das relações desse discurso com o mundo. No fim, o problema não está na falta de sentido do que se elabora, senão no excesso de valor atribuído a uma verdade limitada. Ao se fazer isso, perde-se a dimensão de seu referencial e o aspecto da verdade se transforma em um grande engano, prejudicando a compreensão mais geral sobre o fenômeno. Tal acontecer, faz

lembrar que o discurso empreendido produz efeitos de sentido no âmbito da linguagem e, nesse ponto, todo e qualquer efeito possível de sentido só vai ser exposto pela interpretação.

A capacidade de interpretar adere ao discurso retórico, e dele lança mão, para precisar a ação dos efeitos de sentido e os limites de veracidade. A arte retórica reconhece através da interatividade, o efeito imediato do discurso na proporção do que ele quer dizer, prestando conta de uma parte da essência que reserva.

Mesmo a definição feita para se acercar de algo tem uma instância ilimitada, em razão de que existe na expressão de algo muito mais sentido no interior daquilo que é compreendido à primeira vista. Tudo que se desvela no discurso retórico, trilhando o caminho da escrita ou da oratória fará parte de uma universalidade que, passe o tempo que for não se dará definitivamente.

O recurso à argumentação retórica torna-se mais importante ainda, porque qualquer tipo de reflexão-teórica na vida social precisa dessa função para sociabilizar seus efeitos. Como afirma Gadamer (2004, p.272-273), “isso porque a retórica não é evidentemente uma mera teoria das formas de falar e dos recursos de persuasão. Ela pode, antes, progredir de uma capacidade natural para uma destreza prática”.

Sem a explicação de uma idéia reinante, o que saberíamos das ciências sociais, da natureza e da técnica que temos a nossos olhos? O que nos diriam os especialistas a respeito de tais conhecimentos, se apenas dependessem do ponto de vista argumentativo alcançado só por membros de especialistas? Como haveriam de persuadir os homens com seu discurso e efetivá-lo como verdadeiro, sem usar da argumentação retórica para responder aos aspectos científicos e teóricos de seus conceitos, embora à primeira vista pareçam claros e evidentes?

A eloquência retórica dá a mim e para outras existências humanas o testemunho universal de um repertório de conhecimentos, munindo-nos de uma consciência lúcida de comunicação, que se dá na estrutura universal da linguagem. Esta habilidade natural que todo homem tem de compreender depende de como a consciência é capaz de receber o que é dado para ela depois de haver sido calcada numa práxis interativa, bem como, dela tirado conclusões que pendem para uma forma de compreensão a mais certa possível.

Existe uma pré-direção linguística, que conserva uma compreensão comum do mundo e orienta de forma ilimitada todo o entendimento assumido nas relações humanas. Na ampla estrutura da linguagem, já se encontra a comunicação de um conhecimento universal das coisas, e este se abre para o homem. A linguagem que tem as coisas visa à acessibilidade ao seu ser, e dá ao homem que as percebe uma noção de totalidade, “[...] de tal modo que a compreensão retorna sempre de novo para o entendimento restabelecido” (GADAMER, 2004, p. 220). É na renovação do significado vital que penetra o ser das coisas que a universalidade da compreensão se legitima.

De Gadamer a Benjamin, podemos observar que na linguagem o conhecimento é algo totalizante e a atividade humana é que faz seu processo de totalização. Assim, a tendência dos conceitos é remeter sempre a uma totalidade de sentido, que se dá num jogo de relações de entendimento ordenadas.

No berço da totalidade, qualquer significado evocado permite que os sentidos possam continuar sendo sempre o que são. Dito assim, o aspecto da universalidade da compreensão tem a ver com a tradição, a tradução e a hermenêutica em geral, porque em geral a compreensão realiza uma tarefa de integração daquilo que nós chamamos de conhecimento comum.

O conhecimento guarda em seu aspecto formativo a dimensão da especificidade da tradição, da tradução e da hermenêutica. A tradição é um dos pontos relacionados com a totalidade da compreensão, porque a tradição contém os saberes globais inclusive os da história.

O essencial desses saberes, vão se reafirmar na prevalência da tradução destas tradições pela linguagem. Além disso, de modo integrado, os conhecimentos da tradição que da tradução provierem, terão atendido em tal caso o requisito da interpretação hermenêutica. Estes são pontos, que serão tomados na forma de subitens que passamos a registrar no fecho desse capítulo.

2.4 A UNIVERSALIDADE DA COMPREENSÃO E A TRADIÇÃO

No jogo da compreensão é evidente que estão incluídas às nossas referências particulares, porque ao mundo concreto pertence toda a cadeia da tradição, que aflora como sentido latente na linguagem. A tradição concede uma completude de sentido do ser, que varia e se difere de um ser para outro. As coisas

permanecem em nós como recordação latente e, quanto ao seu sentido, tendem a continuar sendo sempre o que são.

Diante da interpretação, a tradição tem prioridade absoluta, e é tão universal como a linguagem e a hermenêutica, pois de algum modo ela vai ser traduzida. O sentido traditado dá o impulso para descobrir a identidade fenomenológica dos entes do mundo. É como se a tradição tivesse um olho que percorre o passado e outro que o projeta na atualidade.

Qualquer área do conhecimento implica num processo de repasse da tradição, pois a compreensão recebe da tradição a pré-compreensão necessária para fazer a interpretação dos significados que embalam o mundo da linguagem. O acontecimento da compreensão acompanha o aspecto universal da hermenêutica, por estar relacionada com a tradição histórica e seus conceitos prévios que regulam a interpretação. Sendo assim, Gadamer (2004, p. 80), repete que “o que permite incitá-los, dessa forma, é o encontro com a tradição, uma vez que aquilo que provoca a compreensão já deve ter se imposto em sua alteridade”.

Os elementos que estão na tradição, abrem uma perspectiva de sentido para a tradução. E, a interpretação, para ver alguns dos aspectos desse sentido que vem de uma tradição, precisa primeiro perceber seu horizonte de compreensão histórica. E como tal, o significado que está na tradição tem que ser corretamente elaborado para trazer à luz a noção da sua história, possibilitando o encontro com ela. O caminho da tradição engloba universalmente num único mundo, as diferenças e familiaridades tanto em relação à história vivida, quanto aos padrões culturais da atualidade. Na tradição, “assim, cumpre-se o sentido do pertencimento, isto é, o momento da tradição no comportamento histórico-hermenêutico [...]” (ROHDEN, 2000, p. 148).

A universalidade da compreensão é preenchida por fontes de sentido daquilo que nós já entendemos sobre o que a princípio foi criado, e do que ainda pode vir a ser compreendido no instante de agora, em que se começa a perguntar pela origem do sentido. Assim, retomando o que já mencionou Benjamin (2008), nós estamos em condições de compreender pela linguagem segundo as tradições que nos foram impostas, para daí traduzirmos em forma de conhecimento.

2.5 A TOTALIDADE DA COMPREENSÃO E A TRADUÇÃO

Todos os diferentes outros da gente fazem parte de uma totalidade à qual pertencemos. Desse modo, também, todas as diferentes línguas das civilizações humanas, a linguagem da natureza, a linguagem em geral, fazem parte de uma totalidade e que por isso estão relacionadas. Contudo, não existiria essa experiência, sem antes dar-se em linguagem.

Se a interpretação é possível, aqueles no mundo que falam e escutam, lêem e escrevem, já contam com uma suposição fundamental, que é a possibilidade de que haverá entendimento ou desentendimento a partir dessa prática. Caso contrário, jamais haveria compreensão entre os diferentes que fazem parte dessa totalidade ou comunhão linguística de diferentes.

Comumente, a cultura, a história e a tradição, têm um índice que está sempre em condições de ser lido e explicado de algum modo. Essa possibilidade de explicitá-las chama-se tradução. Na estruturação linguística do mundo, a tradução é a atividade capaz de tornar compreensíveis os significados que fazem parte da linguagem do homem e das coisas.

Na tradução, a essência infinita de sentido que recebe a linguagem do homem e da natureza são trazidos para a forma de linguagem. Gadamer (2004, p. 136), explicita que “toda experiência realiza-se numa constante ampliação comunicativa de nosso conhecimento do mundo. Ela mesma é conhecimento do conhecido num sentido muito mais profundo e generalizado [...]”.

O conhecimento é desde então uma tradução da tradução. Isto é, trata-se da tradução do caráter de um sentido geral e histórico que se manifestou como verdade e, que é retraduzido de volta para a realidade através da tradução, para o conjunto da experiência do mundo humano. Num sentido mais amplo, traduzir é traduzir mais de uma vez, ou seja, ir traduzindo sempre de novo a intenção significativa que se instala costumeiramente na linguagem.

É significativo relatar que de acordo com Gadamer (2004, p. 241):

> O processo da tradução engloba no fundo todo o mistério da compreensão humana do mundo e da comunicação social. Traduzir representa uma unidade indissolúvel de antecipação implícita, de apreensão antecipada do sentido como um todo, e a fixação explícita do que assim se antecipou. Todo discurso possui algo dessa antecipação e dessa fixação.

A todo instante, a nossa existência no mundo é sustentada pela interpretação. É a interpretação que nos faz conscientes das coisas. Toda vez que interpretamos, nossa compreensão é dirigida por uma completude de sentido, que logo que aparece vem respaldada por um conteúdo. Traduzir pressupõe a compreensão da totalidade de um sentido.

Essa compreensão do sentido como um todo vai se encadeando naturalmente na tradução, e o homem, ao passar de uma tradução à outra, vai trazendo o conteúdo dessa visão geral da linguagem para o seu próprio uso. Por isso, todo aquele sentido que a tradução descreve em linguagem, é considerado como um sentido de verdade mais geral. Falando nisso, então “[...] a interpretação converte-se em descobrir os subterfúgios e comunicar o que se expressa realmente neles” (GADAMER, 2004, p. 403).

A verdade pretende resultar dos juízos que se faz dos discursos na tradução. E, no amplo elenco dos modos de traduzir, os seres humanos se comportam. Em termos de totalidade, primeiro se conquista o conhecimento numa ação compreensiva, em que diretamente nos relacionamos e indagamos uns aos outros.

O conhecimento que através da tradução se torna real para os seres humanos e que eles acolhem como um padrão de medida é também um meio de formação e educação de toda espécie humana. Conforme Gadamer (2004, p. 178), “em todos os nossos pensamentos e conhecimentos sempre já fomos precedidos pela interpretação do mundo feita na linguagem, e essa progressiva integração no mundo chama-se crescer”.

A tradução erige diversas significações da totalidade, com as quais a interpretação precisa se familiarizar. Tem uma grande variedade de significação acompanhando o todo, mas que não se mostra como todo. Por esse motivo, a interpretação é a intermediária da infinita ligação de sentido que a compreensão mesma enquanto tal já sabe. Ou seja, sabe que esse mundo de sinais e signos está no discurso como um todo. “No fundo, só compreendemos quando compreendemos totalmente e quando compreendemos o todo” (GADAMER, 2007, p. 122).

Na tradução surge a possibilidade da aparência universal das coisas, mesmo que seja sempre acompanhada da objetivação, também baseada na universalidade da linguagem. Nesse caso, as palavras e as frases se tornam a

indicação de uma totalidade de sentido, que leva-nos à compreensão do todo, e por este sentido de totalidade somos conduzidos.

Benjamin, (SCHNEIDER, 2008, p. 247) em uma de suas passagens, alega que a idéia da relação da tradução com a compreensão da totalidade do sentido aparece desde o momento da criação do mundo. Isto porque, traduzindo as coisas, o homem foi aperfeiçoando um sentido para a linguagem no mundo e criando uma ligação entre as coisas e o grande todo.

2.6 O ASPECTO DA UNIVERSALIDADE E A HERMENÊUTICA

Quando tratamos de compreender os significados das coisas somos conduzidos pela hermenêutica universal. Suas proposições interpretativas intervêm na relação geral do homem com o mundo. A hermenêutica pressupõe a plena compreensão do homem e da imagem do mundo em que vive, ocupando-se em dizer algo, mas sempre então atrelado a uma verdade superior.

No reino da universalidade “sua verdade é a verdade da tradução” (GADAMER, 2004, p. 215). A reflexão hermenêutica adquire um aspecto de universalidade, pelo fato da relação humana com o mundo ser completamente lingüística. Esta é a razão pela qual, a hermenêutica é compreensível em geral e também por princípio.

Dito de outro modo, na hermenêutica a compreensão toma a direção da totalidade, porque o uso da linguagem é o meio de acesso ao mundo e as coisas que nele estão. A compreensão hermenêutica retoma o fio condutor da linguagem, para mostrar o que de sentido existe além do que pensamos, ou queremos evidenciar.

O que se espera numa atividade hermenêutica é o resgate do sentido que está acima do que nos determina. É significativo dizer, que a hermenêutica comporta uma grandeza universal, e que é universal à medida que o conhecimento nela refletido perpassa por questões da cultura e da vida humana. Uma vez e outra “[...] estamos sempre presos nos limites de nossa situação hermenêutica” (GADAMER, 2004, p. 65).

Pela hermenêutica congrega-se um significado universal, já que o ser finito do homem está condicionado a uma atividade de integração, tanto do mundo histórico sobre o qual realiza uma continua mediação entre passado e presente,

quanto do mundo da natureza, onde também trata de buscar o universo de sentido e onde se faz e se sustenta grande parte da ciência.

Tanto é assim, que poderíamos dizer que no mundo as coisas são pensadas a partir de uma multiplicidade de sentido, que só se nota a partir da unidade da palavra. Para Rohden (2008, p. 38), a hermenêutica tem faces, e uma delas é o interpretar. Na interface da hermenêutica, dois caminhos diferentes operam com maior intensidade: o caminho da compreensão e o da interpretação, e tanto num quanto no outro se associam projetos para orientar o dizer, o explicar e o traduzir.

Mesmo sendo uma tarefa de integração de conhecimentos, a reflexão hermenêutica não implica o desejo de saber à totalidade do sentido que nos rodeia. Mas, a própria experiência que se abre no mundo conduz a uma experiência como um todo. “É verdade, contudo, que em algum momento o saber do universal se realiza” (ROHDEN, 2000, p. 122). A pretensão da hermenêutica é aguçar um grande diálogo e, fazer uma experiência pensante baseada numa reflexão histórica crítica.

O caminho da hermenêutica é buscar, através da experiência hermenêutica os elementos de sentido que são universalmente válidos. Entretanto, a consciência hermenêutica não deseja consumar uma certeza, mas, antes, na continuidade da experiência do conhecimento distingue o homem que experimenta um saber maior e mais amplo, daquele que está preso aos seus dogmas.

O solo da experiência hermenêutica abarca as experiências vitais mais diversas. Gadamer (2004, p. 112), prevê que para a humanidade “a contribuição que a hermenêutica pode fazer é sempre essa transferência de um mundo para o outro, do mundo dos Deuses para o dos homens, do mundo da língua estrangeira para o mundo da língua própria [...]”.

A face da hermenêutica constitui-se de uma ação especulativa tão ampla como a linguagem. A formação da face da experiência hermenêutica reside na desconstrução das experiências tipicamente generalizantes de sentido. Entretanto, o aguçamento dialético que se faz na experiência hermenêutica, não é para ser encarado apenas como análise, mas tem que ser apreciado como a produção das particularidades linguísticas vitais do universal. Com isso, Gadamer (2004, p. 268), tem o fim de determinar que “é assim que se deve compreender a pretensão de universalidade própria da dimensão hermenêutica. Compreensão sempre vem acompanhada com linguagem”.

O pensamento hermenêutico é visto como uma experiência de saber mais amplo, em que, frente à busca dos elementos de sentido, se faz então a compreensão da dimensão do ser universal. Benjamin (SCHNEIDER, 2008, p. 207), se referia à universalidade da hermenêutica como a questão da linguagem em geral e a linguagem dos homens.

Segundo a sua compreensão, nós temos uma linguagem geral que nos permite ter uma idéia geral das coisas e, dentro dessa generalidade, a linguagem específica em que predomina um sentido mais definitivo das coisas. No universo hermenêutico, a experiência que leva à compreensão não segue uma mão única, mas é relativa ao que se apresenta na moldura do mundo. Assim, a hermenêutica é como se fosse o solo que abriga todo nosso comportamento em relação ao mundo.

Naquilo que enunciam sobre a relação entre a universalidade da compreensão, a tradição, a tradução e a hermenêutica, Gadamer e Benjamin concordam em vários aspectos. Ambos concordam que, toda nossa compreensão provém de uma tradição, que nós de algum modo acolhemos convertendo-se numa característica geral nossa no mundo.

Vimos que, conforme constatou Benjamin e confirmaria Gadamer, as denominações desses conhecimentos nós traduzimos segundo nossas escolhas e na nossa linguagem. Também concordam na compreensão de que, sobre o que temos de conhecimento por meio da tradução da tradição, torna-se conhecido no mundo como sentido universal, tomando a dimensão dessa totalidade, porque, enquanto experiência de busca de um saber mais amplo, a hermenêutica promove o reconhecimento das características universais do ser humano.

Essas reflexões nos levam à inevitabilidade de reconhecer que a educação em geral é uma forma de tradução, do repasse de uma área do saber que também resulta de um padrão geral de conhecimento. Abordaremos esse assunto no subitem final desse capítulo, adiantando a idéia do senso comum de que em geral, em seu discurso político pedagógico, a escola propõe um sistema de educação global, que se relacione com as diversas áreas do conhecimento educacional e com o universo técnico e científico.

2.7 EDUCAÇÃO COMO TRADUÇÃO

A tradução estende os seus benefícios para a educação a ponto de podermos dizer que a educação tem o amparo da tradução. É como se na educação a tradução estivesse em constante atividade. Os diversos saberes veiculados no âmbito da educação, bem como, a noção abrangente das ciências que a educação formalmente propõe na atividade pedagógica é conhecimento escolhido, buscado, e decidido como formação definida e sempre possibilitada pela atividade da tradução.

Na atividade educacional como conjunto de ensino e aprendizagem, os conhecimentos relativos a todas as ciências são traduzidos, à medida que, precisam ser interpretados. No contexto educacional, a tradução é o meio de organizar as finalidades dos conteúdos e abranger o planejamento teórico educativo. Para construir práticas educacionais de caráter formativo mais geral, a educação necessita traduzir os saberes e as ações educativas presentes e decorrentes do todo da tradição.

Do todo da tradição necessita definir os conhecimentos e ações a serem articulados, e repassados por tradução às novas gerações em novo tempo. À educação vista como um processo de tradução de saberes, habilidades e competências será o foco da elaboração reflexiva a seguir.

A educação é um processo de interesse estatal, constitucional, de interesse formativo e em constante definição pela participação dos nela envolvidos. Todas as instituições escolares, sejam elas estatais ou particulares, são constituidoras efetivas de aspectos das tradições práticas e teóricas, intentando replicar de modo competente o que de melhor já foi elaborado pela sociedade em termos de teoria e prática. Mas, por que algumas tradições se restabelecem nas instituições escolares? E com autorização de quem elas tem o significado que tem para a educação? Conforme Marques (1993 p. 92) mesmo diz, sem dúvida alguma isso acontece por que nós nos tornamos moralmente orientados, isto é, habituados a uma certa tradição que passou pela aprovação da razão. O olhar da razão exerce, assim, o hábito de uma determinada prática moral da tradição, e toda nova situação de regularidade que nossa razão define como força moral, é sempre confrontada e definida dentro dos parâmetros dessa mesma tradição que estamos tentando interpretar.

Educação é um processo de instauração de sentido, um diálogo, um repasse, em que se dá um noticiamento constante da tradição em forma de conteúdo e modo de transmissão. A educação provém da totalidade da tradição, e nas instituições ela representa a continuidade de determinados aspectos da tradição, inclusive por interesses estatais de acordo com os ditames do estado republicano.

A escola como interessada em aspectos da tradição, tem uma base prescritiva subjacente a todas as suas atividades tradutoras por ensino e aprendizagem. Nela, tudo passa pela questão política, mas não no sentido de imediato partidarismo, uma vez que, tal política é mediada pela tradução justificada de conhecimentos, teorias e práticas considerados úteis para a construção e manutenção da sociedade e do estado.

A educação decorrente da tradição é a forma de repasse de uma gama de saberes, os quais implicam na escolha dos conteúdos, dos ensinamentos, das ações repassadas nas instituições e também no tipo de currículo e grade de disciplinas. Os saberes e as técnicas de ensino adotados na educação são tradicionalmente veiculados, inseridos por interesses também provindos da tradição.

O relacionamento das instituições educacionais com a tradição cultural é uma relação que Marques (1993, p. 90) avalia como basicamente constitutiva das situações de interpretação e de reconhecimento do conhecimento que possui autoridade social. O senso de autoridade sobre o qual as instituições investem, é ter o conhecimento dos nossos próprios pontos de referência e o reconhecimento daquilo que deles não podemos desviar. Para entender as direções da tradição e visar uma estrutura de pensamento favorável à formação educacional, na educação corrobora um pensamento crítico que “ao mesmo tempo une e separa e, ao negar, repõe a afirmação do que nega” (MARQUES, 1993, p. 90).

As escolhas se dão no sentido de viabilizar o processo de formação de um profissional de capacidade de articulação técnica dos conhecimentos. A montagem dos conteúdos visa à acentuação de algum dos aspectos da tradição, constituídos socialmente. Imagina-se que aquilo que a tradição oferece, seria o melhor em termos de conhecimento para cada estágio de desenvolvimento do ser humano que estuda. Na sua atribuição, a educação na teoria de Berticelli (2004, p. 33), está “profundamente arraigada e comprometida com a tradição [...]”. Nas instituições

escolares, a tradição e a educação estão realizando juntas um trabalho contínuo tanto intelectual como prático.

A preservação dos conhecimentos e das idéias passadas dá-se no campo da educação. Ela é o elo articulador das gerações com a tradição, e, no entanto, o conhecimento para a educação não se resume apenas a uma representação do mundo, mas é uma ferramenta que já está na construção do mundo. É forte o apego da educação aos conhecimentos elencados no mundo, sendo que áreas inteiras também não alcançam progresso sem a educação.

O ato de conhecer é baseado na repetição daquilo que dos modelos de pensamento se reconhece. Os professores articulam repetidamente os mais diversos conteúdos na forma de linguagem mecânica ou reflexiva, que não são exatamente uma cópia igual. Todo professor é intérprete do conhecimento que articula na sua própria língua e por seu próprio modo de ser e, sem perder a direção desse horizonte interpretativo, a educação aposta num conhecimento universal. Abordando o lado histórico da educação, Larrosa (2004, p. 106) vê a história “da educação entendida como uma história de leitura”.

O autor está convicto de que a história da educação corresponde a uma leitura narrativa de caráter gradativo; e de que através dessas narrativas explicam-se as coisas do mundo, partindo dos mais variáveis pontos de vista interpretativos. Assim, essas narrativas estão linguisticamente articuladas com a tradição na forma de línguas ou linguagens. Na linguisticidade, então, opera em geral a totalidade das compreensões culturais da humanidade.

Por atuar na interpretação dessas narrativas da educação, a tradução passa a ser percebida como um tipo de leitura. Desse ponto de vista podemos compreender, que todas as áreas do conhecimento, também a física, a química, a biologia, o conjunto todo de teorizações, bem como, toda a cultura, passam pela tradução interpretativa dos professores na articulação educacional e pedagógica. O conhecimento é uma constante e grande tradução da tradição, de época em época para as novas gerações.

A educação é como um traduzir, uma rearticulação do sentido de uma geração para outra. A par disso, a compreensão vai se adequando a esses conteúdos na experimentação. Aqui podemos evidenciar ainda que “[...] tanto a tradução como a leitura já não são práticas nas quais se produzem o comum, mas

práticas nas quais se produz o diferente, práticas de singularização e de diferenciação” (LARROSA, 2004, p. 84).

Aqui se faz sentir que a educação precisa da linguagem, e de um meio de interpretação para que a ação educativa ganhe sentido, mas um sentido que se relacione aos mais diversos contextos. Quer dizer, que o conhecimento que está materializado na linguagem, pode na educação ser alcançado de maneira nova, e esse mesmo sentido se concretizar de muitas formas. Estamos incrustados na cultura e na linguagem, pois, “a linguagem é a memória coletiva das comunidades humanas, aquela memória ativa da reconstrução, reservatório de evidências e contexto de experiências, donde emergem as categorias fundamentais da interpretação do mundo” (MARQUES, 1993, p. 92).

Dessa maneira, pensamos que a criança aprende por estar inserida no contexto de um conhecimento comum, específico e técnico e que resultam num aspecto educacional. Mas, tudo isso, está dependendo de uma tradição, isto é, da transmissão dos conteúdos que estão no mundo da tradição histórica e cultural que naturalmente se experimenta. “Assim, a educação é, ao mesmo tempo, constituinte e constituída por uma racionalidade que é aprendida” (PRESTES, 1996, p. 112).

A aprendizagem institucional necessita pautar-se na racionalidade comunicativa, para construir um sentido socializado e dar nova performance aos conhecimentos. É que tanto a educação como a racionalidade esperam obter a formação de um entendimento razoável, que tenha pertinência para explicar a natureza histórica e cultural dos saberes que estão na linguagem, e que a elas dizem respeito.

A racionalidade tem a ver com o fato da forma como os sujeitos dotados de linguagem, pela ação comunicativa fazem uso dos saberes no mundo. Assim, também, no seu afazer a educação se encontra repleta de possibilidades, e uma delas é a de resgatar a tarefa da racionalidade, traduzindo o aspecto da razão em múltiplas razões, com o interesse de articular a educação com a tradução.

Dessa forma dá para se ter uma idéia da enorme generalidade da tradução. Indo ao encontro da opinião de Larrosa (2004, p. 63) a “[...] tradução, não tem somente a ver com o que acontece na mediação entre as línguas, ma se amplia a qualquer processo de transmissão ou de transporte de sentido”.

É indispensável associar, que a educação fica sendo vista como uma forma de tradução, e o processo de conhecimento como resultado da retradução que fazemos dos signos verbais de uma língua, ao remetê-los a nossa sensibilidade perceptiva. O âmbito educacional abriga o processo de transmissão rearticulada e recepção criativa de saberes, que ao se construir ou se transformam ou se conservam. Na escola, os sentidos precisam ser acordados na interpretação, e, portanto, devem ser traduzidos, para auxiliar à continuidade da cultura.

Quando acordados numa experiência interpretativa, os sentidos fazem a mediação do sujeito com o seu entorno, e tornam-no capaz de interagir com o mundo comum e a sociedade. Há uma diversidade de sentido imbricado na educação, e só compreendemos essa diversidade dependendo de como vão se retraduzir os significados.

Fomentamos que para o autor desse enunciado, em tudo se faz valer um constante traduzir.

> A idéia de transmissão de conhecimentos acompanha a educação desde as formas mais primitivas de educar, em que os jovens educandos tinham que aprender dos mais velhos os conhecimentos acumulados ao longo dos tempos e da formação da cultura. Na verdade este sentido de educar nunca se perdeu, apenas assumiu formas mais sutis" (BERTICELLI, 2004, p. 50-51).

O processo educativo tem incessantes possibilidades de traduzir o conhecimento. E isso vem a demonstrar a complexidade da educação. A complexidade do âmbito educacional leva a entender a educação ao modo de uma tradução hermenêutica. Na educação, nós contamos com uma tradução complexa, com uma intrínseca participação do horizonte hermenêutico interpretativo no processo pedagógico. Aqui, nos vem à mente a afirmação de Marques (1993, p. 93) de que o conhecimento é invariavelmente hermenêutico, e simultaneamente à idéia de que o conhecimento é necessário, mas não suficiente por si só, porque necessita da hermenêutica em um duplo sentido:

> [...] compete à hermenêutica clarificar as condições que possibilitam, a partir da linguagem usual, empregar a linguagem monologicamente e organizar o agir racional-com-respeito-a-fins; [...] "a transposição do saber tecnicamente utilizável para dentro do contexto do mundo da vida exige que o sentido gerado monologicamente seja tornado compreensível na dimensão do discurso e, portanto, no diálogo cotidiano; [...]" (MARQUES, 1993, p. 93).

A interpretação hermenêutica é um passo fundamental para chegar à compreensão das principais características que estão na esfera de sentido educacional. Não se trata de repor um sentido original. Num mundo criado por diferentes vozes, trata-se de filtrar e potencializar o que de aspecto positivo contêm a pluralidade de sentidos. É haver-se com os limites do senso comum, que do processo educacional participa, assumindo o papel de questionador dos conceitos, endereçando o espaço da crítica ao esforço moral, o que nos indica que a educação está amarrada com á tradução.

De acordo com Berticelli (2004, p. 269), “o processo pedagógico/educativo só acontece quando se dá a possibilidade de interpretar. O acordo resulta do interpretar”. Nesse sentido, a base hermenêutica ajudaria na compreensão daquele aspecto da aprendizagem educacional que se apresenta de modo abstrato, para assim, submetê-lo a uma nova tradução que examine e clarifique esse sentido.

Nos processos de relações educativas a hermenêutica aborda o pensamento com maior sensibilidade e, de uma forma muito mais estreita, faz sua mediação. A abordagem hermenêutica se torna a ponte entre qualquer diferença, que nasce da postura que um e outro toma.

A força locucionária, que nela se instala, está atenta para a linguagem do conflito e da ambigüidade que apresenta o risco do mero condicionamento social, bem como de outros determinismos psíquicos que eliminam o caminho da reflexividade compreensiva. Em função da vontade educativa que atua na produção dos conhecimentos, o fenômeno hermenêutico aumenta a sensibilidade produtiva do pensamento para buscar uma melhor valorização dos saberes.

Como as próprias palavras de Berticelli (2004, p. 328) definem: [...] a hermenêutica oferece um caminho aberto na busca dos sentidos da educação, dada a necessidade intrínseca de entendê-la como um processo aberto e passível de sempre renovada reconstrução no tempo.

A interferência hermenêutica na tradução da educação se converte numa ação prática, que procura aumentar o raio de abrangência do conhecimento educativo. Com a incorporação da dimensão hermenêutica, a educação enriquece o acervo de formas de produção e reprodução de sentido. Além disso, ela vai adentrar desde os mais tradicionais campos das ciências da educação básica até as áreas de finalidades técnicas.

A expansão do sentido que provém da interpretação hermenêutica e prevalece no desenvolvimento da educação, imprime uma cadeia de orientações básicas para que a educação se realize também em outros ambientes em que se aplique o conhecimento. Estes outros lugares possíveis são denominados ambientes não formais, e, portanto, a educação pode vigorar também na área da produção técnica, como à da produção industrial.

Nas produções industriais, pode haver a inserção dos saberes educacionais e as atribuições do processo de ensino podem consolidar-se de maneira diferenciada. Os efeitos da educação podem ser apreciados no mundo dos produtos mercadológicos e, sendo assim, as mercadorias estão diretamente relacionadas com o conhecimento vindo das ciências tradicionais, ou melhor, das disciplinas da educação formal.

As diversas ciências que se estudam no ensino básico levam ao aprendizado de saberes, cujos fundamentos contribuem num desde o primeiro momento na produção e na fabricação de mercadorias. Quando, porém, as relações educativas de uma mercadoria forem “despercebidas, elas levam a certa cegueira científica e profissional” (FLICKINGER, 2010, p. 141).

Dado o exposto, no sistema industrial trafegam os critérios da educação formal e os procedimentos não formais de aperfeiçoamento técnicos. Isso mostra que, o sistema produtivo se utiliza do processo sistemático educacional de um povo durante a prática do trabalho profissional. As competências adquiridas na educação básica e, na escola especificamente, integram os procedimentos técnicos de produção.

De alguma forma no mundo inteiro, a educação vem sendo traduzida na industrialização comercial, e, por consequência, nos produtos e nas mercadorias. Um caso específico de utilização dos conhecimentos educacionais poderia ser observado, por exemplo, numa máquina de implementos agrícolas, que serve para o plantio e à colheita de grãos. Podemos supor que assim como esta máquina, cada tipo de produto industrial requer diferentes métodos científicos e, exige o conhecimento duma área especifica da educação, favorecendo a atividade da indústria na transformação da matéria-prima em produto mercadológico.

No entanto, muitas vezes, a indústria procura reconhecer-se como um lugar independente do setor educacional e tecnicamente capaz de tudo, sem a prévia inserção do universo de conhecimento formal. No contexto da fabricação de

produtos, a educação é algo impensado, tanto que não se costuma estabelecer uma relação de parceria entre a educação e a produção da mercadoria. Essa é uma relação com a qual Marques (1993, p. 93) concorda quando argumenta que “[...] os sistemas científicos de enunciados hipotético-dedutivo afastam-se, porém, do mundo da vida e armam-se como fatores do trabalho e do poder”.

Podemos depreender que uma mercadoria não pode prescindir de todos os aspectos ligados ao setor educacional. A criatividade educativa passa a integrar a fabricação de um produto, especificamente até de um maquinário agrícola, porque sendo a experiência pedagógica um processo social, ela se expande também para a questão da produtividade industrial.

Assim, parafraseando Flickinger (2010, p. 157), devemos falar que a mercadoria marca todo o trabalho das ciências humanas que se apresentam indispensáveis a qualquer tentativa de invenção mecânica e tecnológica, pois, “[...] analisar relações educativas significa, necessariamente, recorrer à linguagem, a critérios de interpretação ou a uma normatividade implícita quanto aos objetos da socialização [...]”.

A maior justificativa da presença da educação numa mercadoria é a linguagem. Nada é mais natural do que a indústria espelhar-se primeiro no plano da linguagem, para identificar quais áreas do conhecimento de que se deve dispor para assegurar a produção de um denominado produto comercial. E, posteriormente também, para compreender como esse conhecimento que faz parte de um projeto de fabricação de uma empresa, vai ser aplicado na prática e se transformar num produto no mundo da mercadoria.

A decifração interpretativa do conhecimento é sempre necessária para construir sentido em um ambiente empresarial, porque “os jogos de linguagem põe em andamento uma complexa gama de raciocínios, intuições e emoções” (BERTICELLI, 2004, p. 267). Uma empresa também recorre à educação para buscar aquele conhecimento que deve ser aplicado na fabricação da estrutura dos equipamentos do produto que comercializa.

Na continuidade da análise, vemos que o sistema de fabricação de uma empresa requer o planejamento de um produto, uma atividade que considere os conhecimentos e as potencialidades dos diferentes saberes. A educação profissional está respaldada na educação básica formal, mas não a substitui, e, sim, complementa-a.

Considerando que a inserção de informações educacionais são relevantes para desenvolver um projeto de fabricação de uma mercadoria, compreendemos que a mercadoria depende em grande parte dos diversos saberes educacionais. Só que nas indústrias os conhecimentos provindos da educação formal básica passam por uma renovação, por meio da inclusão de habilidades técnicas, geralmente também adquiridas em instituições educacionais específicas. Tendo em vista o aspecto da organização da produção de mercadorias, passamos a relatar resumidamente o início da fabricação das primeiras mercadorias, com um exemplo de como se deu a abertura do comércio de produtos no mundo.

3 A MERCADORIA – “AS PASSAGENS DE PARIS”

“Cada indústria, expondo seus troféus
Neste bazar do progresso geral,
Parece ter em mãos a varinha de condão
Para enriquecer o Palácio de Cristal.
.....
Ricos, sábios, artistas, proletários,
Cada qual trabalha para o bem comum;
E, unindo-se como nobres irmãos,
Querem, todos, a felicidade de cada um.”
(BENJAMIN, 2006, p. 226)

3.1 PARIS: O COMEÇO DAS LOJAS DE EXPOSIÇÃO DE MERCADORIAS

Preanunciando o início da emancipação da arte da construção de ferro e, simultaneamente, a revolução nas relações da arte com a técnica, em que a arte se entrega ao mercado como expressão de um novo sentimento de vida, surgem em 1851 as “Passagens de Paris”. As condições de seu aparecimento coincidem com os meios de produção do comércio têxtil e o emprego do ferro, que se revelou como uma nova arte na construção de estabelecimentos. Recorreu-se a combinação do ferro com outros metais como o chumbo, bronze e cobre, para revestir monumentos na França inteira. Isso fez com que alguns se transformassem em objetos de arte.

O espaço dos pavilhões que abrigava as passagens de paris foi criado especialmente para divertir as classes laboriosas e se tornar uma festa de emancipação para elas. Na velha Paris, começam a aparecer os primeiros estabelecimentos comerciais, mantendo um grande estoque de mercadorias que eram depositadas sob as arcadas das lojas.

Em frente às lojas não se exibiam amostras, e assim, as peças de mercadorias ficavam penduradas e estendidas por inteiro nas portas e janelas, chegando a uma variedade de entrelaçamentos. Nos estabelecimentos das lojas parisienses, realizaram-se experiências precursoras das modalidades de produção do comércio têxtil. O comércio de Paris adquiriu fama no mundo todo pelas chamadas “Passagens de Paris”, galerias criadas para a exposição das mercadorias em vitrines, que por muitos anos se tornaram atração para os turistas que trafegavam às margens do rio Sena.

A forma alegórica com que as galerias foram decoradas seduzia o olhar de quem passava, e favorecia a comunicação entre as pessoas que circulavam pelos corredores dali. Os visitantes podiam passar a pé pelas galerias, e em ambos os lados dessas galerias encontravam tudo quanto é produto de que precisavam. Em outros momentos, as passagens serviam de local apenas para o entretenimento dos trabalhadores, que diante de muitas lojas, tinham seus pés e olhos atraídos para a abundância do gênero de especialidade que preenchia essa grande feira da moda.

As passagens de Paris tornaram-se o centro das mercadorias de luxo, pois nelas os proprietários juntavam aqueles produtos que produziam de melhor, isto é, os de primeira mão produzidos pelos trabalhadores, a classe operária que praticamente formaram a primeira clientela. Ao serviço dos negócios, em que comerciantes tiravam suas vantagens, as passagens distribuíam-se entre quarteirões cobertos de vidro, e de paredes revestidas de mármore, formando um belíssimo e admirável Palácio de Cristal.

Benjamin (2006, p. 78), ao recordar algumas de suas visitas ás passagens, conta que eram como “[...] uma cidade, um mundo em miniatura”. Nessas passagens, cada uma das lojas mantinha guardado um enorme estoque de mercadorias. Eram elas exposições, que ao mesmo tempo permitiam ao público perceber o estágio de desenvolvimento dos meios de produção dos países industrializados na época. Em Paris, a confecção das primeiras mercadorias inspirou a chave da modernidade, ou seja, a face da beleza moderna.

E assim, “com etiqueta exibindo o preço, a mercadoria entra no mercado” (BENJAMIN, 2006, p. 217). Essa idéia de realizar feiras de exposição de mercadorias começa então a se espalhar pelo mundo inteiro. As mercadorias, que antes eram apenas produzidas para o consumo pessoal, passam ao universo da comercialização, e nesse sentido, a indústria constrói um mundo feito de especialidades, pelo que cada produto começa ocupar seu lugar de destaque nesse mundo. Com essa mudança de empreendimento comercial, a mercadoria alcançou um estado de equivalência universal, permitindo aos consumidores a possibilidade de nesse novo mercado escolher entre os tipos de mercadoria.

Benjamin (2006), conta que nesse período, em que se pôs em funcionamento a indústria e o comércio, o ofício da mercadoria exprimiu outra consideração, pois, o mundo industrial fez com que a individualidade material e a qualidade do produto da agricultura e da indústria fossem apenas um atrativo para

troca. Para ele isso é espantoso, porque, ao lado de motivos meramente utilitários, a avaliação social do valor da mercadoria fica sendo algo irrelevante no comércio. E, aproveitando-se dessa situação, tão logo para os produtores industriais o significado de qualquer objeto, seja ele manufaturado ou obras de artesanato, é premeditado pelo preço.

Depois da introdução da mercadoria no comércio de Paris, conforme a narrativa de Benjamin (2006), em algumas de suas visitas às passagens parisienses, atualmente assistimos a todo o momento dentro da dinâmica social, a entrada e saída de mercadorias, nos mais diversos estabelecimentos comerciais. Essa movimentação de mercadorias demonstra a importância que ela passou a adquirir, tanto para as pessoas quanto para o comércio. Como as mercadorias agora fazem parte inevitável da característica da sociedade, a análise a seguir procurará focalizar os supostos e as noções conceituais referentes à mercadoria.

3.2 ASPECTOS DA MERCADORIA

Trataremos de ver os supostos da mercadoria no sentido de percorrer os significados da tradição e da educação nela incorporados. A linguagem técnica, cifrada e costumeira sobre a mercadoria deve ser criativamente transcendida, a fim, de perceber significados nela subjacentes. Trata-se de verificar insistentemente as condições da sua origem, a sua estrutura de suporte e as referências de uma cultura de conhecimentos que a estabelecem. Enfocaremos aspectos da sua modalidade produtiva, procurando valorizar outras qualidades com ela relacionadas.

A adesão ao que é material de consumo tornou-se comum na sociedade. Esse sentimento, que veio com a expansão das indústrias, toma conta de um grande percentual das gerações de nossos tempos. As pessoas no mundo são instigadas a usufruir de bens e objetos, que lhes ofereçam satisfação pessoal.

Esse desejo acentuou-se ainda mais com a difusão do mercado internacional e o impulso das produções industriais, que lançou para milhares de pessoas uma enorme quantidade de produtos em forma de mercadoria, criados para os usos mais gerais. Para produzir e fixar o espaço para a mercadoria na vida da sociedade, a propaganda industrial fez dela uma das principais atrações modernas. Rodeadas de um imenso esplendor, as mercadorias entram em cena para sanar

necessidades gerais e melhorar, então, o modo e a qualidade de vida das pessoas com a pretensão de lhes causar um bem estar social.

Uma gama de mercadorias marca território na esfera da vida social e se insere nas regiões de comércio nacional e internacional. E como quer que seja, em todos os lugares do mundo existe a dependência da mercadoria, e das suas múltiplas funções os consumidores particularmente se beneficiam.

As atribuições da mercadoria e seus padrões de qualidade imperam na sociedade, tanto que as pessoas por elas se vêem dominadas. Tamanha é a dimensão social da consciência que a mercadoria domina que, não se acha mais um lugar em que as pessoas sobrevivam sem o uso de um determinado produto.

Seja qual for à finalidade, se particular ou comercial, os produtos que estão no mercado sustentam e satisfazem as necessidades e os gostos mais diferenciados da sociedade, porque alguns tipos de mercadorias são vistas apenas como um luxo, pretendendo diferenciação de status social. Em geral, no mundo moderno, as mercadorias correspondem às necessidades primárias, tais como alimentação, vestuário e higiene.

As finalidades secundárias, porém, como a diversão e o ócio, podem ainda ter importância estritamente comercial. Ao tocar no assunto da utilidade dos produtos, Marx (2002, p. 57) de maneira detalhada descreve:

> A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

O entusiasmo com que as pessoas recebem as mercadorias que circulam pelos mercados nacionais e internacionais e a frequência com que as utilizam na vida habitual, enriquece nessa jornada o investimento no aperfeiçoamento das produções. Hoje, muito mais do que antes, multiplicam-se estratégias para chamar a atenção dos consumidores através das formas e cores que as mercadorias planejadas para uso pessoal tomam, e outras tantas formas que nos levam à compra por nos sentirmos atraídos.

As empresas produtoras agregam sempre novas tecnologias às mercadorias para causar a impressão de que estão vendendo sempre o melhor produto do mercado. O mais importante para as empresas é continuar agradando tanto a quem já consome o produto que fabricam quanto, atingir um novo alvo de consumidores. Uma das medidas das indústrias é criar mercadorias específicas, mas, ainda que tenham interesse direto no consumidor. A maioria dos produtores produz uma escala de mercadorias bem maior que o necessário, ultrapassando as necessidades básicas reais.

Essa desmedida idéia do livre comércio de fabricação e disputa pelo consumidor acabou elevando o status da mercadoria, e tornando-a um dos elementos mais significativos da sociedade. O afeiçoamento demasiado por parte das pessoas aos produtos levou na atualidade, à predominância entre os comerciantes e consumidores da consideração de que a mercadoria contribui para a sobrevivência econômica de toda humanidade.

De acordo com essa postura do mundo moderno, Benjamin (2006, p. 696), fala que a mercadoria adquiriu um caráter abstrato, e que por isso “o processo de produção que se inicia com o contato faiscante do trabalho com os produtos apaga-se na mercadoria”.

Nesta nota do autor, encontra-se formulado que o próprio trabalho é apresentado de modo abstrato ao operário. É precisamente deste trabalho que os proprietários das indústrias se apropriam, fazendo-o um produto alheio à mão de obra do trabalhador. Enquanto isso, o agente promotor da criação, ou seja, o operário que produziu a mercadoria permanece isolado na esfera da economia, e acaba sendo usado somente como um instrumento para produção.

A figura do operário é desdenhada dentro dos meios de produção, e por conta desta indiferença, nos ambientes comerciais não se encontra nenhum motivo para refletir a relação do trabalho humano com a mercadoria. Esse processo de abstração foi já há muito tempo concebido, como mostrou Benjamin (2006) na nota das “Passagens de Paris”, sendo que está presente ainda hoje nos locais de trabalho pelo fato de que, os fabricantes estão habituados a justificativa que intenta disfarçar e dispensar o fato sobre de quem vem a ser o real produtor das mercadorias.

Benjamin (2006) é contra a afirmação desse processo de abstração violento do trabalho humano, porque uma das primeiras idéias que lhe ocorre, é a de que o trabalho social passa com isso a ser abstrato, como também o produto do trabalho, incorporando nessa abstração a própria natureza do homem. O pensador vê nisso uma ruína, já que a natureza humana perde, portanto, todo seu sentido.

O trabalho que assim se reduz a uma ação abstrata desmerece complemente a mão de obra e leva a pensar o trabalho como uma atividade desvalorizada. Devido à formação da uniformidade de um inconsciente coletivo, o trabalhador não é consciente de que suas ações estariam erigindo o aumento da produção. Por outro lado, esse processo de abstração limita o reconhecimento das habilidades de um povo, fazendo-o dependente do que ele mesmo produziu no complexo contexto social industrial.

Isto quer dizer, que a sociedade produtora não consegue assumir o fato de que é responsável pela produção de mercadorias. Precisamente é isto que acontece, o “[...] trabalho concreto torna-se, portanto, expressão do trabalho humano abstrato” (BENJAMIN, 2006, p. 699). Isso significa que, para produzir a mercadoria os trabalhadores gastam muitas horas por dia num trabalho que não sabem valorizar e apreciar.

Eles não se dão conta de que é a sua imagem que está por detrás dela, a imagem das relações sociais do trabalho humano que à mercadoria deu origem. A existência dessas relações caracteriza o trabalho humano como intrínseco à mercadoria e, mesmo que de forma abstrata, esse trabalho humano, sobretudo se faz presente.

Mesmo sendo apresentada de maneira abstrata pelos comerciantes, sabemos que é do trabalho humano, do esforço coletivo e da elaboração de materiais, realizado socialmente num determinado local por um corpo concretamente produtivo, que a mercadoria ganha forma. Embora tenha função objetiva, este trabalho permanece misterioso, porque só se compreende o aspecto da forma da mercadoria, ou seja, daquilo que ela representa enquanto produto final ao modo de esquecimento da sua produção concreta.

Perante a sociedade o sentido da mercadoria permanece incompreensível, uma vez que, se desconhece tudo o que nela está pressuposto corporificado como um efetivo saber comum. O acúmulo desses significados abstratos prova que a mercadoria está carregada do sentido das produções culturais humanas.

Pela infinidade de funções que as mercadorias prestam à sociedade, elas possuem diferentes propriedades materiais, e são moldadas de diversas formas. Tanto faz ao que o produto alude, e se está na moda ou não, ou se é um produto antigo, essa variação da sua representação ou diríamos feição estética que a mercadoria assume, é um dos seus atrativos.

No aspecto físico da mercadoria inscreve-se e se expressa também à cultura específica ligada a memória de uma sociedade, a qual, só determinados sujeitos produtores de tais mercadorias conseguem efetivamente elaborar com imediata naturalidade. No entanto, cada produto é acompanhado da expressão de uma característica cultural comum, um significado especial que nele se grava de forma mais profunda.

Quanto a isso Marx (2002, p.57), afirma:

> Qualquer coisa útil, como ferro, papel, etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. Cada um desses objetos é um conjunto de muitas propriedades e pode ser útil de diferentes modos. Constituem fatos históricos a descoberta dos diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas, e a invenção das medidas, socialmente aceitas, para quantificar as coisas úteis. A variedade dos padrões de medida das mercadorias decorre da natureza diversa dos objetos a medir e também de convenções.

Toda mercadoria, na sua grandeza está condicionada por seu momento histórico, e tal condicionamento é inevitável. Cada uma delas é como um exemplar do seu tempo, porque traz consigo a dimensão do imaginário situacional enquanto expressão de uma sociedade. Na mercadoria está encarnado o trabalho humano, mesmo que tenha sido produzida por trabalhadores diferentes.

Apesar disso, esses significados não chegam a ser percebidos, porque ainda não se tem uma clara consciência sobre o respectivo vínculo de um produto com seu trabalho. Isto implica, entre outras coisas, saber que pela mercadoria entramos em contato com a nação produtora dela, mesmo que não se tenha consciência disso. Na imagem da mercadoria que se grava profundamente em nossa memória, e da qual não nos esquecemos, estão, portanto, gravadas também as marcas da memória de um povo e de sua alma inteira.

É nisso que, segundo Marx (2002, p. 69) reside o fetichismo da mercadoria, naquilo que está mascarado, subjacente a ela e, portanto, aquilo que de real ela esconde. Seu poder mágico é precisamente, o de conseguir fazer com que todo um

trabalho humano se torne abstrato, por conta do esquecimento das suas condições de produção.

Para tanto, o fetiche, o lado místico e misterioso incorporado na mercadoria, está atrelado ao poder que esta tem de transformar um trabalho concreto em algo invisível, por ocasião do seu aparecimento e venda no mercado. A imagem da mercadoria provoca facilmente uma alienação muda e silenciosa do seu índice histórico, que é constantemente esquecido ou escamoteado, pois:

> As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso, objetos materiais, como ferro, linho, trigo, etc. É a sua forma natural, prosaica. Todavia, só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor (MARX, 2002, p. 69).

O aspecto fetichista da mercadoria como supõe o autor, é responsável por permitir visualizar a mercadoria como um produto que está solto no mundo. Essa visão alienada que a indústria dissemina nega, por dizer assim, todo o talento de todo um aspecto cultural a ela relacionado. Ela negligencia que, o que habita numa mercadoria é o reflexo de todos os saberes sociais e esforços educacionais de um povo, mas, por ora esquecido.

Diante do esquecimento, o real sentido da mercadoria não chega a se expressar interpretativamente no que se refere às suas condições de produção transformadoras da matéria original. Entretanto, ela é levada a se expressar como alienada do trabalho humano. E assim, de acordo com a sua imagem no mundo socialmente refletida, as mercadorias aparecem como elaboração fantasmagórica.

A alienação que permeia a mercadoria provoca distorções e mal entendidos, em que aquilo que se escamoteia, são evidências, de uma dose de preconceitos. Conforme Gadamer (2004, p. 76 s.), é possível visualizar que se os preconceitos não forem tematizados, favorecem a continuidade e até a proliferação do fetiche.

O fetichismo é uma idealização, diante da qual o pensamento fica estagnado e por mais inocentes que pareçam ser os preconceitos, a falta de contestação dos mesmos gera dificuldades para pensar um entendimento diferente. O pensamento enquanto permanecendo no preconceito, ignora outras proporções da compreensão e se contenta com as opiniões que formou, mesmo que nelas, sigam os entendimentos mais errôneos e contraditórios.

Esse âmbito estreito de compreensão que o pensamento desfruta, faz perceber que os preconceitos estão subjacentes ao pensamento. Daí não se pode esperar que no conjunto de opiniões que formam o preconceito, o significado encontrado ou que se espera encontrar possa ser passível de esclarecimento.

O que não se deve fazer é restringir o sentido a uma opinião prévia preconceituosa, uma vez que é preciso ter cuidado também com as próprias opiniões, até porque que nem tudo aquilo que é pensado é algo correto ou possível. Ao consultarmos Gadamer (2004, p. 76), vemos que, “[...] todo aquele que não leva em conta o que o outro diz acabará por não poder ignorá-lo à própria expectativa múltipla de sentido”.

Para que a mercadoria possa ser compreendida sob outros aspectos, precisamos ter consciência dos preconceitos que dominam a nossa consciência, e agirmos contra nossa opinião própria e o fato de querer sempre deduzir as coisas do senso comum. É preciso buscar a descrição e a análise dos preconceitos, que muitas vezes se constituem em versões de uma verdade arbitrária, roubando-nos da real percepção do que, por exemplo, uma mercadoria pode significar sob outros aspectos escamoteados, ou simplesmente esquecidos.

Temos que ter o cuidado para não confiar cegamente nos ensinamentos convencionais de uma época, que podem até estar defendendo posições ambíguas com sentidos reduzidos e não confiáveis. Chegamos à conclusão que o preconceito se apresenta como uma negligência por parte de alguém, negligência esta que acontece “[...] quando não atende ao apelo imediato do que o atinge” (GADAMER, 2004, p. 256). É esse o tipo de preconceito que se pode perceber que se passa com a mercadoria, quando não lhe é dado o devido valor de significação.

É possível extrair desse enunciado, que os preconceitos não são uma injustificada distorção da realidade, e sim orientações prévias que correspondem à capacidade que nós temos de experienciar apenas parte da historicidade de nossa experiência. Não é que estejamos cercados por um muro de preconceitos. O fato é que a disposição e a expectativa que nós temos para ouvir são conduzidas pelo conceito prévio, que é onde nos localizamos. Estamos situados num lugar de entendimento, e é a partir dele que falamos e nos servimos para legitimar ou não o preconceito.

Ou ainda, de onde buscamos uma definição da pretensão de autoridade do que se diz, que de nossa parte sempre necessita de atividade hermenêutica. O que não podemos nunca é deixar de perguntar pelo significado. Um aspecto importante a relatar, é que “devemos nos perguntar se também frente ao conjunto de nossa civilização moderna, baseada na ciência não acabamos negligenciando alguma coisa” (GADAMER, 2004, p. 262).

A negligência diz muito da forma de como a mercadoria costuma ser vista pela sociedade. Essa tal visão é devedora da consciência da sua história e do efeito que a história deu à mercadoria. Se abandonarmos o conformismo que habita nosso pensamento, podemos reconhecer que a autoridade de nossa compreensão pode estar impedindo um entendimento maior e mais aprofundado.

Para podermos chegar a outros significados temos sempre que procurar dar conta da possibilidade da compreensão, para chegar a um novo entendimento do próprio caminho iniciado. E o que pode dar essa tonalidade nova à compreensão é o exercício hermenêutico. A dificuldade que nesse caso surge é reconhecê-lo e tomar consciência da parcialidade da compreensão, pois, nossos costumes dificultam tal realização à medida que “colocar sob suspeita o óbvio provoca sempre a resistência de todas as evidências práticas” (GADAMER, 2004, p. 214).

Lutar contra os preconceitos que cercam a compreensão de uma mercadoria exige muita disposição hermenêutica. Ela é que tem a função de nos desgarrar dos preconceitos, analisar e interpretar os conceitos que estão profundamente arraigados em nós. Com a hermenêutica não embarcamos em conceitos dogmáticos quaisquer, mas antes, desembarcamos dos vícios de pensamentos por demais enraizados na espera de possíveis interpretações diferenciadas.

Apresentando a compreensão do poeta Celan sobre o mesmo assunto, Gadamer (2007, p. 117) cita-o:

> A plurisignificância leva em conta a circunstância de que nós observamos em cada coisa como que planos de um navio, planos que mostram a coisa segundo muitos aspectos, em muitas ‘refrações’ e ‘dissecações’, que não são de maneira alguma aparência.

Diríamos com maior atenção, que é exatamente assim que uma mercadoria pode ser olhada e compreendida. Para que isso realmente aconteça, porém, a tarefa da hermenêutica pode muito bem administrar o campo de domínio dos preconceitos,

a fim de que o pensamento vá adentrando nos significados da mercadoria, e traduzindo a multifacetada combinatória de expressões que deram a ela condições para existir. Desse modo, pelas etapas da tradução hermenêutica, chega-se ao mundo do conhecimento que permite compreendê-la como produto imperiosamente poderoso que agora é.

Embora seja uma produção moderna, a mercadoria contém em si todos os rastros da sua proveniência histórica e cultural, os quais evidenciam a forma com que foi favorecida pela tradição e tradução da sociedade até agora. Incluídos na sua matéria-prima estão os densos conhecimentos culturais, educacionais e as marcas de toda uma tradição e tradução contínua, que modelam o trabalho industrial para que a mercadoria possa servir como elemento fundamental no mercado.

Por isso, acreditamos que ela deva ser traduzida ao inverso por aquele que for trabalhar diretamente com a sua tradução para outro idioma de maneira pormenorizada. A tradução será certamente de utilidade para fazer uma triagem dos conhecimentos que a ela deram forma. No subitem a seguir, esse aspecto será motivo de análise.

3.3 A POSSIBILIDADE DA EXPERIÊNCIA DE CONHECIMENTO INSCRITA NA MERCADORIA

No sentido de ampliar a compreensão da mercadoria além do senso comum, dedicamo-nos à apresentação e interpretação de aspectos geralmente não mencionados costumeiramente. Essa intenção envolve analisar as relações anteriores ao seu processo produtivo e, a menção dos saberes científicos que estão no contexto de sua fabricação.

Na consciência da importância universal da linguagem e no envolvimento com um trabalho prático de interpretação e tradução elaborado até aqui, procurar-se-á fazer o movimento do universo concreto dos aspectos materiais da mercadoria para as suas condições de possibilidade ditas abstratas. E assim, mostrar que a matéria de que é feita uma mercadoria como uma máquina de implementos agrícola, bem como, os contornos que ela recebe enquanto configuração estética e estilo podem comunicar sentidos subjacentes além da sua simples aparência fetichizada. Além disso, que nesse caso pode evidenciar-se mais a relação que uma máquina de uso rural adquire um valor educacional de modo mais significativo.

A consideração fundamental é a de que uma máquina agrícola é expressão concreta do projeto educacional implementado pedagogicamente e, portanto, fatalmente dependente de todas as áreas da educação básica. Ela pode ser considerada uma síntese de todo processo educacional de tradição e tradução viva de conhecimentos veiculados, pelo processo educacional normalmente sancionado na sociedade.

No que concerne à máquina agrícola, a mercadoria que estamos usando para demonstrar sua dependência fundamental de todo o setor educacional, toda a competência do seu sistema de produção provém da educação formal. O sistema educacional, repassando, traduzindo e interpretando saberes da tradição linguisticamente articulada, é percebido como inevitável atividade primeira e condicionante de qualquer base para a geração dos conhecimentos técnicos, por vezes, considerados isolados da sua relação original.

Mesmo a linguagem intencionalmente técnica e pretensamente afastada da relação com os conceitos de tradição, educação, interpretação e tradução pode ser altamente significativa sob o ponto de vista aqui em exposição. Acompanhando a própria forma de ser da mercadoria, identificam-se sentidos e conhecimentos sistematizados como que no seu interior para se cumprirem todas as etapas de seu processamento. Cabe insistir no fato da relação da mercadoria com a educação e todo o seu significado até aqui elaborado, porque inicialmente como descreve Gadamer (2004, p. 269) “[...] a postura de nosso mundo moderno da indústria e do trabalho, fundado pela ciência, espelha-se, sobretudo no plano da linguagem”.

A linguagem é a condição fundamental de transmissão, rearticulação e produção do conhecimento na educação. Ela é o meio entendido como âmbito da tradução do conhecimento para a forma de saber que permite alimentar o ciclo da mercadoria. Como já visto, são os efeitos da educação quão a mercadoria a sua identidade educacional geralmente não lembrada. Na mercadoria estão unidos o saber formal com atividade puramente técnica, resultado de uma diversidade de arranjos e combinações possíveis, tanto das ciências da natureza como das humanas. Numa máquina agrícola, a educação como condição de possibilidade faz parte das questões de montagem técnica, no que se refere a sua estrutura e as condições exigidas e criadas para facilitar o seu sistema operacional e alta performance.

Portanto, evidencia-se cada vez mais de que tal máquina como mercadoria necessita de todo complexo educacional, pois, sem as competências das ciências traditadas pela educação e sem a competência técnica e prática, também tradicionalmente repassadas, não haveria nem a concepção, nem a produção e nem a mercadoria em forma de máquina agrícola. Prevalece, então, a interpretação de que uma mercadoria é tradução de uma determinada cultura. Essa é a razão pela qual o seu processo de tradução tem um caráter educacional, pois, “o mundo da vida, [...] é produzido na produção cultural que é produção pela linguagem” (BERTICELLI, 2004, p. 268).

De acordo com a afirmação do autor, presumimos que uma fábrica realizando trabalho metalúrgico também está diretamente comprometida com a competência da sua origem na educação, e, é o intérprete que é capaz de obter toda essa carga de compreensão da tradição presente na mercadoria produzida. Ele é quem pode fazer uma boa tentativa de interpretação, para demonstrar um novo enfoque de conhecimento interpretativo e levar ao encontro com a tradição conforme a tradução da mercadoria.

Nisso, os fenômenos das ciências educacionais envolvidos na materialidade da máquina e no processo metalúrgico, manifestam-se na forma de tradução. A busca pela comunicação desses conhecimentos é como fazer uma espécie de retomada da tradição educacional, os quais, em se tratando do caso de uma máquina de utilidade agrícola, estão consolidados de maneira diferente.

Como, porém, trata-se de retomar a participação das ações da educação primária presente no aspecto material dos equipamentos de uma máquina, o tradutor, para eliminar reflexivamente a obscuridade da compreensão, “[...] retraduz todas as suas abstrações, inclusive os conhecimentos das ciências, para o conjunto da experiência humana de mundo” (GADAMER, 2004, p. 215).

Desatar a linguagem das determinações imaginariamente como somente instrumentais num método de fabricação industrial necessita-se, um trabalho de mediação do pensamento, para trazer à tona a pluralidade de sentidos que estão relacionados à produção. Isso mostra que, tem que haver o exercício da atividade hermenêutica nas traduções mercadológicas, para acentuar os elementos importantes do sentido que move a produtividade desde o início.

Desse modo, é necessário verificar que ao lado material da mercadoria estão supostas as distintas áreas do conhecimento com suas derivações da educação formal, com a possibilidade de tornar evidentes tais aspectos, trazendo-os à tona pela revisão interpretativa dos mesmos. A tradução de todas as explicações referentes a uma máquina e seus implementos agrícolas pode ser recomendada, para trazer à lembrança o conjunto de conhecimentos anteriormente aludidos.

Para reconhecer essa forma diferenciada de se dar da educação, o tradutor necessita dispor-se a fazer a releitura da estrutura geral da máquina, para explicitar quais seriam as áreas do conhecimento incorporadas ao seu sistema eletro-mecânico. Nessa perspectiva, indicamos que o trabalho de tradução hermenêutica de uma mercadoria, é para Larrosa (2004, p. 73), “um pensamento do trabalho da mediação, do esforço da mediação, da difícil possibilidade da mediação entre as línguas, entre os indivíduos, entre o passado e o presente, entre as culturas”.

Na relação hermenêutica é forte o apego ao plano da linguagem e a tradução, na medida em que, a própria está incorporada às determinações da máquina, realçando seus laços de sentido com o mundo da cultura e tradição. Mesmo junto à estrutura de linguagem técnica, como à que atua na preparação de uma mercadoria, a interpretação dessa linguagem expressa o ser da matéria, ou seja, a qualidade daquilo que nela é real e as marcas de um sentido social que é puramente possível de encontrar.

Sendo assim, podemos considerar que uma máquina de uso rural possui relação direta com os conhecimentos formais veiculados no processo educacional, e estes variam de acordo com o estilo e a finalidade de sua produção. Pelo que nos parece, a mercadoria nos traz uma visão dos saberes que nela se resumem, sendo então, a linguagem a expressão concreta que está em curso na industrialização. Isto quer dizer conforme Berticelli (2004, p. 345) que “a produção de sentidos legítimos, além do discurso moderno, tem outros lugares possíveis”.

No sistema de precisão de uma máquina temos o encontro da linguagem específica com um trabalho prático. E a representação do significado que está nos dados da linguagem pode ser compartilhado, ou melhor, recordado por meio da tradução. A tradução pode ser tomada como produto comunicacional que cunha a instauração do processo hermenêutico no mercado comercial.

Por meio do processo de tradução pode ser transmitido o modo com que na máquina estão articulados componentes curriculares educacionais. Isto é, as ciências que fazem parte das atividades de ensino básico, dando a entender que a educação pode também se realizar em outros ambientes, como os não formais, mudando inclusive a percepção de produção que temos da mercadoria.

Afixamo-nos na idéia, de que pela tradução pode-se reativar todo processo educacional pelo qual a mercadoria passou, e trazer de volta a origem dos significados implementados nela, à medida que, as línguas “[...] remetem a fatores como o lugar geográfico, o estrato social, a ideologia, os estudos realizados, a profissão, a idade, o gênero etc.” (LARROSA, 2004, p.72).

Por esse caminho de tradução que mostramos, entende-se melhor o sentido de uma mercadoria, que, a título de ilustração desse trabalho, é uma máquina plantadeira e colheitadeira de grãos de arroz. Como foi possível perceber, as disciplinas envolvidas na sua produção, demonstram abertamente que na enorme quantidade de mercadorias que circulam pelo mercado cada peça, design, modelo, remete a um imaginário social e cultural que a tradução pode fazer reaparecer.

Na justa medida, podem-se validar os conhecimentos que estão na matriz da fabricação, ou seja, na moldura dos padrões de construção de um produto mercadológico. Segundo Flickinger (2010, p.49), isso implica em dizer que “[...] cada disciplina científica pertence, desde sempre, a um contexto que a marca e do qual ela não consegue liberar-se”.

Todo quadro educacional está armazenado no projeto da mercadoria e, uma das coisas que nos leva a justificar esta presença, é o fato de termos em mente que mesmo a linguagem convencionada em formas discursivas, permite fazer outra idéia sempre mais ampla do significado de um agir comunicativo, “[...] uma vez que tudo está ligado a tudo” (BERTICELLI, 2004, p. 260). E de nossa parte, é isso que queremos mostrar através de nossa reflexão, isto é, a face ou o lado oposto do conhecimento de uma mercadoria, que acreditamos nos fazer falta, porque normalmente nos é despercebido.

A intenção é fazer com que isso seja percebido, porque supomos que apenas o tecnicismo maquinal que a estrutura mercantil em geral segue não seria suficiente para desenvolver tão bons produtos, caso não contasse com a educação e a tradução dos conhecimentos formais.

Dando voz a Motta (2001, p. 22), ouvimos dele:

> Como a competitividade empresarial dependerá mais das habilidades e dos conhecimentos atualizados dos funcionários (...) será rigorosa a exigência de educação e treinamento. Empresas [...] ampliarão suas ofertas de treinamento, e as pessoas demandarão conhecimento para garantir sua empregabilidade.

As ações educacionais, assim como a postura tradutora são campos de atuação bastante amplos. Em decorrência disso, a arte de dialogar para convencer a respeito do conteúdo que está incorporado na mercadoria, fica dependendo da criatividade do tradutor. Neste caso, tanto a tradução como a educação tem um compromisso ético, qual seja, fazer o esclarecimento da interferência da educação na fabricação de produtos no mercado, mostrando a real natureza do conhecimento que nele está.

Partindo da noção de Flickinger (2010, p. 157), “[...] analisar relações educativas significa, necessariamente, recorrer à linguagem, a critérios de interpretação ou a uma normatividade implícita quanto aos objetivos da socialização, bases imprescindíveis desse trabalho”.

O trabalho de tradução de uma mercadoria por nós pensado é como fazer a leitura de um livro, a interpretação de um texto que se vai lendo, decifrando e aos poucos diagnosticando a função educativa em seu aspecto qualitativo e quantitativo. É como se o tradutor lesse e soletrasse atentamente o estoque de conhecimento que está anexado à máquina, e fosse pela tradução trazendo as informações das quais ela está equipada.

Então, assim, o tradutor poderia mostrar que as empresas investem em conhecimento, isto é, em educação para produzir máquinas. A educação profissional constitui a chave do êxito de uma empresa desenvolvida de acordo com a afirmação de Flickinger (2010, p. 181):

> Elas expressam a demanda crescente por uma qualificação profissional capaz de renovar permanentemente os conhecimentos, de buscar modos organizacionais adequados para poder reagir a desafios imprevistos, e de garantir a única continuidade exigida que é a mudança permanente das relações de trabalho.

Estando a máquina equipada de informações, é claro que necessita de alguém que tenha capacidade de programar os comandos que ela irá executar, e também para operá-la. Hoje em dia, as máquinas destinadas ao plantio e a colheita geralmente são dotadas de tecnologia e, por isso, torna-se cada vez mais necessário uma sólida qualificação profissional para a produção das mesmas.

Para que o funcionário tenha competência suficiente para operar um produto tecnológico de uma linha de produção e consiga aplicar os conhecimentos que aprendeu de maneira eficiente, as empresas e os funcionários têm que passar constantemente por uma atualização dos conhecimentos técnicos. Ou seja, por uma educação continuada, pois, a continuidade da educação é uma das fortes exigências para que as empresas e os trabalhadores entrem em concordância com as expectativas do mercado industrial, que não se satisfaz com apenas uma pequena parcela de conhecimento. Essa atualização, contudo, representa "[...] a necessidade da formação profissional contínua" (FLICKINGER, 2010, p. 182).

Cabe considerarmos que o sistema produtivo tem junto a si os mais variados traços da educação nele programada de modo concreto. E, para demonstrar que há como retraduzir esses aspectos educacionais que estão numa mercadoria, o tradutor têm que se desatar do costumeiro instrumental da linguagem técnica.

E daí ele necessita ampliar o seu mundo lingüístico, que estará como uma determinação vital concreta no próprio dado técnico da língua estrangeira. O aspecto educacional de uma mercadoria pode ser traduzido de uma língua para outra, pois, alicerçando-se na matriz do pensamento de Gadamer (2004), Larrosa (2004, p. 75), diz que "[...] tudo é traduzível, sempre se pode entender mais além dos limites da própria língua, sempre é possível abrir a própria língua a outras línguas, o próprio ao alheio, o familiar ao estranho".

A tradução técnica seria, assim, apenas uma ficção, uma decoração que no fundo é estranha à finalidade refletida e reflexiva que desperta apenas a aparência de um termo. Quando enquadrada em apenas conhecimento técnico, a tradução se torna desprovida do seu valor externo, o imaginário cultural que está ali subjacente a cada termo como uma natureza imutável.

Em contrapartida, o imaginário cultural pode desabrochar livremente por uma tradução alternativa. E foi pensando nesse significado especial, ao qual as mercadorias, os objetos e as coisas remetem, que no seu escrito as "Passagens de Paris", Benjamin (2006, p. 254), interpretou que, "imagens arcaicas desabrocham no

intérieuer: a imagem da flor como expressão da vida orgânica, a imagem do mar como se fosse a própria eternidade. Pois a aparência a qual as coisas estão condenadas por seu momento histórico é eterna".

Se toda mercadoria tem um uma perspectiva simbólica, que pode ser mencionada e se concretizar sob a forma de linguagem, "a tradução aparece aqui como transporte de sentido, como um transporte no qual o sentido adota outra materialidade linguística e se entrega, ou se dá a entender em outro contexto vital" (LARROSA, 2004, p. 77). Seria, então, vital que o profissional ocupado em traduções no sistema produtivo, expressasse junto às meras descrições da maquinaria geral a relação do mesmo sistema com a totalidade do processo educacional de um povo.

Vendo quantos significados pode conter uma mercadoria, percebemos o aporte educacional junto a ela e como os saberes educacionais cumprem certas funções em determinadas situação de produção. Eis que na mercadoria o que corre é o próprio espírito da educação. Ela é um requisito básico ocupante do serviço prestado na fabricação.

A educação atua em toda preparação da mercadoria e o operário no seu serviço prestado é ocupante dos resultados da educação. Mesmo que de um ponto inicial, a educação fortalece as cadeias produtivas e incrementa suas definições, podendo contribuir para sua melhoria. Portanto, o tradutor por meio da seleção de dados, é quem pode fazer exclusivamente a listagem dos conhecimentos que moldam a mercadoria. Das atribuições e responsabilidades do tradutor versarão as reflexões a seguir na última parte do presente capítulo deste trabalho.

3.4 AS ESPECIFICIDADES DO TRADUTOR E OS COMPROMISSOS EM GERAL

O tradutor pode ser meramente mecanicista e primar por uma tradução somente técnica. Mas, a idéia que defendemos nesse capítulo é de um tradutor consciente, que na sua forma de elaboração vai elencar certamente em seu vocabulário, e na sua própria forma de dizer que há uma relação social do produto com uma nação, e que tudo isso implica na grande tradução explicita. O tradutor que tem essa consciência vai fazer um trabalho de tradução diferente e menos fetichizada tendo condições de resgatar a cada momento as possibilidades inscritas

em todo o processo produtivo desde a atividade educacional até a apresentação da mercadoria.

A prática da tradução a milênios está entre nós. No mundo todo, são realizadas traduções a todo instante nos mais diversos campos de atividade do conhecimento humano, e nas mais diversas línguas. Vista como uma operação lingüística, a tradução corresponde a uma etapa do ato comunicativo, e no mundo conquistou seu espaço como área de reflexão.

Reflexão esta que engloba um amplo elenco de modos de traduzir devido as suas especificidades. Na tradução, as especificidades vão se definir de acordo com o uso do tradutor, da freqüência com que atua uma função da linguagem, os tipos de texto, bem como a finalidade que se presta a tradução.

As especificidades dizem respeito aos possíveis modos de proceder numa tradução que todo tradutor tem à mão. Os procedimentos é o tradutor quem escolhe e seleciona, e a definição destes o ajuda a decidir o modo de traduzir que deve aplicar para cada tipo de texto.

É algo específico da tradução, reproduzir o caráter dinâmico e global da linguagem em comunicação. Como também, é especificidade do tradutor empregar unidades de significado mais geral, aos enunciados da língua estrangeira. A operação mais importante do ato de traduzir é procurar dar conta de um contexto, ou seja, da explicitação de uma equivalência de sentido.

O ato tradutório é um fazer intelectual, que auxilia na descrição e decifração de uma língua estrangeira, por isso, requer o domínio de operações mentais próprias para se destinar à tradução. De preferência, os parâmetros tradutores devem ser bastante complexos para perceber diferentes ângulos de sentido do material lingüístico. No conceito de especificidade da tradução de Aubert (1993, p. 48), “[...] a especificidade referencial mostra-se, não raro, como um dos seus elementos constitutivos, um dos “atrativos” que justificam e valorizam uma iniciativa tradutória”.

Ao obedecer a uma intenção, a seleção de qualquer procedimento para traduzir é válida, pois, as especificidades do tradutor estão relacionadas a cada uma das situações específicas de interação social que se realiza pela tradução. Antes de tudo a especificidade é a direção que a operação tradutória toma, ao fazer a rede associativa da natureza de um significado, que é de qualidade exclusiva da língua estrangeira.

A sensibilidade produtiva das línguas, e suas finalidades comunicativas são a justificativa e a maior razão para que o tradutor recorra às técnicas de tradução, pois é isso que desperta a tradução. Se não houvesse os diversos códigos lingüísticos, as culturas, os momentos históricos e também os homens, não haveria desse modo nenhum motivo para se traduzir.

Pensando nisso, concluímos com Larrosa (2004, p. 74), que o tradutor específico, “o que quer, ao compreender, é converter o passado em presente, o distante em próximo, o estranho em familiar, o outro no mesmo, o fora no dentro, o que não é seu em seu, todas as línguas em sua língua”.

Ao utilizar a tradução, primeiramente o compromisso do tradutor é recorrer a regras de boa conduta, para assegurar uma boa comunicação escrita do produto final. Além disso, requer também o conhecimento das variações semânticas e fenômenos lingüísticos que ocorrem na língua que está sendo alvo de tradução. Os traços semânticos seriam as variações que a língua estrangeira apresenta, quanto às relações geográficas, dialetos, jargões, arcaísmos, vocabulários individuais e sociais.

No entanto, o tradutor tem uma série de caminhos à sua frente, e em algum deles poderá embarcar para realizar uma tradução. Os mecanismos compreensivos que o tradutor ativa, sinaliza o lugar importante que tem a interpretação não apenas em relação à tradução de um idioma, mas também, na interpretação de um produto mercadológico. Quando se encaminha uma tradução, a própria tarefa de traduzir irá impor ao tradutor algumas especificidades, das quais ele terá que se valer para preencher a informação que corresponde ao idioma de um texto.

Gadamer (2004, p. 209) havia verificado que:

> Mesmo quando, no dizer, substituímos uma expressão por outra ou a justapomos a outra, seja por abundância retórica ou para ajustar a expressão, quando o orador não a encontra de imediato, o sentido do discurso se constrói no processo das expressões sucessivas, jamais saindo do acontecimento único dessa fluência.

Dizemos assim, que o trabalho do tradutor é regrado por uma ordem, um plano que segue o pronunciado da pluralidade de referências linguísticas que há no mundo das palavras como um todo, e que lhe servem de diretriz. A exigência fundamental do trabalho do tradutor especializado, é que ele tem que estar constantemente empregando um procedimento semântico, ou seja, um projeto

correto e adequado para as coisas, de maneira que a hipótese sobre ela venha se confirmar na linguagem.

Entre as decisões dos mais diversos níveis, o tradutor tem também muitas vezes que tomar decisões técnicas, porque sendo ele o agente comunicativo, se o texto é técnico ele tem que buscar recurso técnico para traduzir. Fazer uma tradução específica, não é um trabalho qualquer de simples constatação de termos lingüísticos usados numa língua como meio de expressões referentes. Mas, é considerar o rastro de sentido que reside nos termos dessa referência, para procurar saber para onde ele leva.

Gadamer (2007, p. 118) diria:

> É somente para quem está a caminho e à procura do caminho correto que o rastro se encontra em conexão com a busca e com o seguir o rastro, algo que se inicia com a apreensão mesma do rastro. Com isso, conquistamos uma primeira direção e isso revela algo. [...] Nós nos empenhamos por não perder o rastro e por manter a direção. [...] Por fim, forma-se no rastro, quando ele entra no lugar do signo, um campo de ação do tipo totalmente próprio. O rastro por assim dizer se forma.

Na tarefa específica da tradução, o tradutor tem que perseguir o rastro que está na linguagem, e, utilizando-se de meios estilísticos e estruturais totalmente diversos, cotejar os sinais que no rastro ocupam particularmente o lugar da palavra que está no campo de expressão e significância da língua alvo. E assim, transformar o rastro num sentido que se aproxime ao termo da língua estrangeira.

É da competência do tradutor, procurar tornar cada vez mais precisa a descrição dos mecanismos que veiculam a formação da mensagem total da língua estrangeira, do código comunicativo por meio do qual um texto é decodificado e sua mensagem é transferida para a estrutura da outra língua.

Tecendo algumas considerações sobre o caráter da descrição específica que a tradução faz, Gadamer (2007, p. 119) permite-nos perceber que:

> Essa construção percorre muitas estações, passa pela decifração de letras particulares, pela correta articulação da formação vocabular e, por fim, se mostra como uma reunião do todo, no qual a pluralidade de sinais é unificada e concebida.

Então, o tradutor específico tem que ter competência nas duas línguas, saber às duas línguas, a língua de chegada da tradução e a sua própria língua.

Deve saber que está lidando com duas tradições específicas, ou seja, linguagens específicas, e que desse modo está promovendo o encontro de duas formas de tradição. Se o tradutor é somente instrumental, ele se esquece de toda a riqueza da tradição. A tradução precisa do conhecimento de que ela está lidando com uma questão mais específica, mas que este elemento específico está dentro da totalidade de uma tradição.

Mesmo estando numa situação de tradução específica, o tradutor específico não se esquece da tradição e percebe quando há o seu esquecimento na tradução. Julgamos importante partilhar que da parte de Gadamer (2007), existe uma percepção que normalmente vem ao encontro nas coisas mesmas, daí vem ao caso pensarmos que o tradutor tem já uma percepção da vitalidade que a tradição desperta.

E, sendo ele, treinado para atuar como intérprete, aprendeu a compreender o que está na tradição e a remontar a percepção sobre ela. É por isso, que ele não perde de vista a tradição nem o que dela desponta. Para fazer valer uma compreensão mais nítida sobre esse assunto, é decisivo ler o que escreveu certa vez Scheler *apud* Gadamer (2007, p. 32), “[...] que a percepção pura é o caso-limite da fantasia pulsional sóbria que aprendeu por fim a apreender o dado de maneira adequada”.

Faz sentido afirmar que o tradutor específico, tem uma noção instintiva e uma expectativa daquilo que a tradição é. Isso acontece porque, a linguagem conduz o espírito de interpretação humana, a construção do conhecimento, a nossa memória, a nossa história, e nossas elaborações. E, vários, são os graus de literalidade e não- literalidade de sentido da linguagem, que se mesclam às próprias palavras do tradutor.

Na execução do ato tradutório, o tradutor se coloca numa posição de servidor, ele é o porto de passagem da tradição e então por isso, o processo de comunicação corresponde ao espaço da memória. Nos seus compromissos em geral, o tradutor competente capta os fenômenos do conhecimento para pô-los em sintonia com a corrente significativa que está na tradução da língua estrangeira.

Assim, institui condições favoráveis para manter a interpretação e visões de mundo que não tenham discrepância da tradução original. Segundo Rohden (2000, p. 144), na voz do especialista que é o tradutor, a língua estrangeira é redesenhada, e seu redesenho é o movimento da compreensão e da interpretação.

Concordando com Larrosa (2004, p. 74), o tradutor específico explica:

> Talvez por isso compreende tudo baseando-se em sua cultura, em sua sensibilidade, em sua inteligência, em sua riqueza, em sua plenitude, em sua grandeza, em sua altura, em sua maturidade. Por isso, o sujeito da compreensão é o tradutor etnocêntrico e o leitor etnocêntrico: não o que nega diferença, mas o que se apropria da diferença, traduzindo-a a sua própria língua.

Em compensação, no mundo moderno existem situações interativas em que se dá prioridade à tradução específica. Esses são os casos em que o idioma passa a ser empregado para a comunicação em ambientes comerciais, onde é muito comum o uso da linguagem técnica. Nesses ambientes, a tradução explora textos específicos do tipo, argumentativo, descritivo, expositivo, instrutivo e para traduzir esses gêneros, o tradutor também adota um comportamento técnico frente à linguagem.

No meio industrial, é bem marcante na produção de textos a utilização de expressões de vocabulário técnico instrumental. Resta ainda considerar, que mesmo que se trate de um vocabulário com referencial fixo, parece evidente que esse sentido típico da técnica não é reproduzido por inteiro. Nele, há uma porta pela qual se pode entrar e tatear a motivação de um sentido maior, que produz um efeito discrepante do código que lhe é empregado.

Larrosa (2004) convida a pensar à tradução, como uma experiência babélica realmente plural, porque toda língua está multiplicada de sentido, e com isso a tradução babeliza ela mesma. Sendo assim, o autor afirma que a tradução tem que ser habitada babelicamente uma vez que:

> Qualquer comunicação é babélica porque, no ato mesmo de comunicar-se, qualquer sentido se multiplica e nos multiplica, confunde-se e nos confunde. É ao comunicar-se, ao fazer-se comum, quer dizer, ao fazer-se de cada um, que o sentido já se dá como dividido, confundido, disseminado, multiplicado, transportado, transtornado ou talvez, em uma só palavra, traduzido.

Apesar de cada idioma ter um sistema de língua próprio, o ato tradutório por ser comunicativo, exige inicialmente mesmo da técnica de tradução uma etapa de retomada da memória, de revisão do conjunto de representações que o tradutor construiu da realidade. Significa que, a interpretação que a tradução é mesmo na sua intenção meramente instrumental e costumeira no mundo como o da troca de

mercadorias, vem a ser já um modo de ser em que o próprio tradutor sempre está envolvido.

Ele não é mais considerado um instrumento de tradução mecânica, a parte do processo vital. Mas já podendo ser possivelmente consciente de que a sua atividade está relacionada com toda a tradição, e a educação formalmente instituída numa determinada sociedade. Larrosa (2004, p. 77) cita que a tradução não é somente técnica por duas questões:

> Primeiro pelo tema da vida, pelo modo como a língua está ancorada no mundo da vida. E segundo pelo tema da inseparabilidade do significante do significado. Porque o que se há de traduzir, o sentido, não é mera informação.

Seguimos acrescentando, que a especialidade do tradutor é ser um dos produtores de variáveis sentidos, mesmo num trabalho de tradução técnica de uma mercadoria que irá servir ao mercado. Quando for traduzir as características da mercadoria, o tradutor pode ao descrevê-la, acrescentar outros valores que estão inculcados nela possibilitando a compreensão do aspecto produtivo que está relacionado com a sua sociedade, a política educativa, os valores sociológicos, entre outros. O recurso expressivo do tradutor pode ser baseado em alternativas linguísticas diversas, para legitimar os conhecimentos que estão em repetição ativa na mercadoria.

Procuramos trabalhar com um perfil de tradutor, que dentro da possibilidade de continuar uma obra, e da possibilidade de mostrar as características de uma mercadoria numa tradução, ele trata da recordação. Isto é, aquele que tem a consciência que não tem tradução puramente técnica, porque a tradução está comprometida com aquilo que o tradutor é, e com toda a sociedade que ali nela se apresenta. Em outras palavras, este tradutor tem uma clara consciência da evidência de que uma mercadoria tem a concretude de milhares de vidas que a possibilitaram. E que ela chegou ao atual estágio por um processo condensador reconstitutivo que caracteriza a educação nas suas variáveis formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração da questão central da presente pesquisa, sempre relacionada com e apoiada por pensadores que se referem ao tema, encontra-se o amadurecimento da idéia de que nada se passa na realidade mercadológica que não seja filiado à educação, e que não tenha um mínimo de pesquisa educacional. Estabelecimentos industriais do mundo inteiro, não hesitam em mostrar que os engenheiros e a equipe de trabalhadores não permaneceram no mesmo saber.

Ao contrário, pela necessidade do constante aperfeiçoamento do seu ramo de produtos e mercadorias, eles vão em busca de um saber educacional técnico científico. Qualquer saber relacionado à pesquisa, à ciência e à tecnologia, ou até outros conhecimentos instrumentalizados de que uma empresa pode tirar proveito, estão referidos inevitavelmente a educação, a tradição, a tradução e a linguagem, pelo fato de estar envolvido pelo caráter da compreensão de sentidos.

A educação é mencionada em primeiro lugar, porque se faz acompanhar do ensino do próprio exercício de pesquisa e da projeção prática e aplicativa, um processo de ensino e aprendizagem pelo qual todos os produtores de mercadorias para que estas aí estejam como produto supostamente útil. Ver na mercadoria essa síntese de saberes de que ela é formada de ponta a ponta e, evidenciar esse fato interpretativamente por tradução insistente e contínua pode surtir o efeito de nova compreensão sobre as relações da sociabilidade. A conscientização sobre tudo à que constrói a identidade de uma mercadoria, além da sua simples compreensão costumeiramente fetichizada, dá mais importância social à mesma e só vem a somar na formação humana.

O mercado resultante, acompanhado e sempre envolvido com a questão educacional vem diversificando constantemente as formas de se dar desse processo, que a essa altura seria o de atender aos reclamos da modernidade conforme em geral é dito. Por ter tomado o rumo do progresso capitalista, a maior preocupação das sociedades industriais é com os serviços de informação, para garantir um apanhado tecnológico que permita um apanhado geral do universo em que o produto se situa e para vendê-lo.

Caso não for insistentemente apresentada, analisada e interpretada, a base educacional em todo o seu significado, que está nos alicerces das mercadorias presentes em todas as formas de vitrines do comércio, estará cada vez mais fadada à ocultação frente à fetichização já estabelecida. O termo ‘mercado educacional’ é uma idéia bastante inovadora, tanto quanto um desafio para as empresas que desejam melhorar a qualidade da geração de produtos, ou, então, conquistar uma fatia do mercado nacional/internacional.

No quadro do mercado educacional atualmente, algumas empresas já estão submetendo seus produtos à análise, divulgando através de estratégias de apresentação de imagens a valorização dos valores intrínsecos às suas marcas. Como de praxe, as ações propagandistas dão uma notícia geral dos atributos da sua marca de produtos na apresentação aos consumidores. Afinal, lidando com diversificadas técnicas de assimilação de conteúdos e práticas pela aprendizagem, o esquecimento da questão da dependência educacional, antes agressivamente presente nos mercados, pode, ou já está sendo alterado, rompendo-se a velha visão de ambiente restrito apenas à compra e venda.

O universo mercadológico é um espaço em evolução, que avança na busca de novos conhecimentos e na adaptação planejada de alternativas inteligentes de acordo com um dos seus argumentos centrais, que é o de sobreviver à competitividade cada vez mais acirrada. Poderá isso se sustentar sem a compreensão e análise ao modo ampliado do significado dos conceitos relacionados à “tradição, tradução e educação”? Motta (2001, p. 22), parece indicar negativamente que no mercado industrial, “todos dependerão de conhecimento e de educação além do mínimo”.

A teoria da tradução de Gadamer, que foi tema do primeiro capítulo dessa dissertação, possibilita muito bem fazer essa relação da educação com o produto do mercado, porque à própria tentativa de buscar o conhecimento corresponde a uma

tradução. No mundo, somos completamente dependentes da interpretação e a tudo sempre interpretamos.

Busca-se interpretar desde o nascimento, uma vez que, toda a manifestação da vida humana exige uma traduzibilidade. O processo compreensivo só começa a se constituir na experiência da tradução de alguma coisa por alguém. E nessa tradução, a linguagem é a via que trás à tona o conhecimento. Sobre o que confirmou a respeito do lugar da linguagem na tradução, Gadamer (1990, p. 389) quis mostrar que “a linguagem é o meio universal em que se realiza a compreensão mesma. A forma de realização da compreensão é a interpretação”.

Por isso Gadamer interessou-se pelos caminhos da história e da tradição presentes na linguagem, já que nelas se esboçam detalhes da própria expressão de sentido da humanidade. E, partindo da tradução de textos e da atividade de reconstituição do sentido pelo tradutor, ele tratou de mostrar que a tradução nos encaminha para o diálogo com a língua estrangeira e uma perspectiva de acordo entre os sentidos.

Ao se colocar em relação ao assunto do texto a sua frente e no qual reside um sentido objetivo do mundo concreto, o tradutor ganha ampla liberdade de interpretação para formar suas convicções, sempre passíveis de nova revisão interpretativa. A possibilidade de refletir sobre o sentido que está na linguagem, para dar validade à intenção do texto, dá-se no exercício hermenêutico. O horizonte hermenêutico abre o caminho interpretativo para perguntar pelo sentido mais profundo do significado, e, transcender sua mera aparência. Intentamos significar que, para expressar a realidade da tradição histórica que está na complexidade da linguagem, aplicamos a tradução a qualquer procedimento de entendimento do comportamento dessa natureza. Então, aquilo que se revela, se apresenta como interpretação.

A tentativa de Benjamin de falar das possibilidades da tradução mostrou o mesmo gênero de atenção e esforço filosófico, encontrado na perspectiva de Gadamer, mas com o uso de palavras diferentes. Para Benjamin, só se pode conhecer as coisas que fazem parte do mundo pela tradução. O nome das coisas, assim como as coisas mesmas, só passam a existir para nós, em meio à linguagem numa tradução recíproca.

Por isso, na interpretação de Schneider (SCHNEIDER, 2008, p. 249), “o nome das coisas se dá ao modo da tradução numa dinâmica criativa da linguagem”. Ele procurou mostrar isso expressando a idéia de que tudo está ancorado no passado, como período histórico e na existência de uma tradição.

Sua atenção não esteve voltada, para o conhecimento objetivo instrumental da linguagem, mas para a essência mais íntima e, portanto, muda pela qual a comunicação está cercada e que geralmente se esquece. Da linguagem são participantes os elementos predicativos e o teor não predicativo, e, deste último, que se relaciona com o sentido que está intuído na linguagem, a tradução tem uma responsabilidade transmissiva maior. Mesmo que o teor da linguagem tenha efeitos distintos, a objetividade que está na realidade da linguagem aparece como uma forma compreensiva, que embora seja difícil decifrar, a capacidade nomeadora do homem é a potência que garante ao intérprete reconhecer a palavra que dará nome ao espírito do que conhece, e que não se reconhece sem traduzir.

No segundo capítulo, tratou-se da noção de tradição e da exigência de reformular, de referir a sua importância à tradução. Como demonstrou a visão gadameriana, na tradição estão previamente tematizados os moldes dos saberes da humanidade e toda a expressão de sua identidade original.

Assim como um espelho, a tradição traz a imagem da constelação de significados que se misturam e entrelaçam aos da vida humana, sendo esta uma forma de conteúdos transmitidos pelas gerações. A memória transmitida em meio à tradição, muitas vezes não se vê e não se sente, mas, mesmo assim, vive-se em contato com ela no fato da compreensão concreta.

A tradição aparece aos nossos olhos a cada instante que traduzimos os conhecimentos para a forma de linguagem. Já como se viu na leitura benjaminiana, a tradição está presente em todos nós como uma chama viva, tanto que a nossa forma de compreensão no mundo tem sua sede na tradição, e nas suas forças compreensivas embalamo-nos para realizar à nossa compreensão de cada vez. O autor apresenta criticamente o exemplo da repetição do dizer, e o tipo de crítica que faz é quanto ao lado automatizado da compreensão.

O fato é que, como a tradição nos determina de uma forma maquinal, as nossas condições de compreender estão comprometidas com uma tradição, que foi sendo traduzida ao longo do tempo e permaneceram presentes do modo como estão em nossa compreensão. O que o pensador traz à tona nessa indicação, é que

a máquina toda seria aquilo que nós pomos em funcionamento, como a repetição de idéias, dos juízos, das ações e conhecimentos.

Neste capítulo ainda tratou-se das principais idéias em relação à universalidade da compreensão, pois, se para compreender o sentido das coisas peregrinamos de tradição em tradição, supostamente o próprio uso da linguagem nos convence da sua presença e dinâmica universal que nos abarca e à que sempre estamos referidos enquanto compreendemos. Percorremos essa totalidade de sentido, porque no arranjo significativo do mundo se encontra a formação social do pensamento individual e coletivo, e este já entrou na compreensão total do mundo como se desse como um dom.

A totalidade é mensageira de um campo de conexões de sentidos objetivos, no qual faz parte uma realidade significativa bem mais geral. Na realização contínua dessa totalidade, condensam-se o sentido particular e o universal, e nela é possível experimentar o aspecto da multiplicidade na unidade contínua do sentido. Em Schneider (SCHNEIDER, 2008, p. 209) podemos ler que “a essência de qualquer coisa é ser parte em relação, pois sem esta característica simplesmente não é”.

Do mesmo modo como Benjamin, justifica-se também a idéia que Gadamer assume quanto à inevitável pré-direção lingüística determinante das relações humanas, orientando a compreensão geral. No berço da totalidade, o conhecimento inerente à linguagem é algo totalizante, e, ao mesmo tempo, é a atividade humana que promove o processo de totalização.

No aspecto da totalidade identifica-se a possibilidade do acesso à tradição, à tradução como hermenêutica e é por ela que se entra e através delas e por meio delas se olha, porque, de uma forma geral, a compreensão por elas possibilitada realiza a tarefa de integração daquilo que nós chamamos de conhecimento comum. Tudo está relacionado com e na totalidade e a tradição a ela referida, aos poucos vamos traduzindo à medida que, a reflexão hermenêutica contribui no processo de transferência de sentido de uma cultura para outra, de um mundo para o outro.

Então, no fundo é na renovação do significado com que o ser das coisas está penetrado que a tradição e a tradução se legitimam. E é isso que Gadamer (2004, p. 136) lembra, quando diz que, “toda experiência realiza-se numa constante ampliação comunicativa de nosso conhecimento do mundo. Ela mesma é conhecimento do conhecido num sentido muito mais amplo e generalizado [...]”.

Preservando as questões postas pelos autores, no subitem final desse capítulo se tratou de ver a educação num contexto diferente, e assim então, como um processo em experiência de tradução. A tradução do conhecimento com referência a Gadamer e Benjamin no primeiro capítulo desse trabalho, vinha sendo, considerada também como tradução da educação. Isto porque, para ambos em tudo se faz um constante traduzir, e, deste modo, toda a educação está profundamente comprometida com a tradição.

Essa mesma visão de educação que une os autores é a mesma que Berticelli (2004, p. 269), quer dar a entender quando indica que, “o processo pedagógico/educativo só acontece quando se dá a possibilidade de interpretar”. Esse autor parece perceber então, que a consciência da tradição em tradução traz uma promissora contribuição para a educação, à medida que ela, a tradução, é efetivamente atuante na interpretação das áreas do conhecimento trabalhadas pela educação.

Como um tipo de leitura, os professores articulam os conteúdos educacionais e os aspectos pedagógicos pela tradução interpretativa, o que nos impele a entender, que a educação está sempre referida à tradição por toda a atividade de ensino através da linguagem. Entendemos também que, por isso, a universalidade de todos os aspectos da linguagem e de um meio de interpretação é necessário para que a ação educativa tenha sentido.

Em outras palavras, foi também o que escreveu Larrosa (2004, p. 63), quando expôs que a “[...] tradução, não tem somente a ver com o que acontece na mediação entre as línguas, mas se amplia a qualquer processo de transmissão ou de transporte de sentido”. Por esse motivo, observou-se que devido ao raio de abrangência do conhecimento educativo, a educação pode realizar-se em outros ambientes em que se aplica o conhecimento, e, portanto, de alguma forma ela vem sendo traduzida também no processo de industrialização comercial, isto é, na produção de produtos e mercadorias.

No contexto alusivo a Larrosa, a mercadoria recebe outro aporte e nela, então, existe algo mais do que apenas a aparência estética de seu modelo e da sua usabilidade. Existe um sentido que não se vê, porque, está para além da sua aparência, e destes supostos da mercadoria foi do que tratou o terceiro capítulo.

Trazendo Karl Marx à discussão, lembramos que ele procurou recordar que uma mercadoria é o resultado do sistema produtivo organizado por determinadas relações de trabalho, da junção da matéria prima fornecida pela natureza com os inúmeros esforços feitos por ampla maioria da humanidade, geralmente cavando o seu próprio prejuízo material nesse processo. Pouco importa primeiramente se as mercadorias derivam de um método de confecção manual ou de estrutura tecnológica, se produzidas para si ou para outrem, mas, o fato de que "[...] cada mercadoria representa determinada atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular" (MARX, 2002, p. 64).

Esse trabalho, porém, tornou-se abstrato porque dele os proprietários das indústrias se apropriam fazendo-o um produto alheio à mão de obra. E, nisso, como lembrou, reside à alienação geral, e, especificamente, o fetichismo da mercadoria conforme Benjamin.

Ao mesmo tempo, Benjamin chamou isso de processo de abstração, já que se dispensa o fato de se saber quem vem a ser o real produtor de mercadorias. O fato do trabalho social se tornar abstrato faz com que a natureza humana, formada pelos esforços dos trabalhadores sob a dominação dos proprietários, perca todo seu sentido.

A contribuição de Gadamer quanto a essa questão, é o pensamento de que essa alienação com seus mal entendidos acerca do entendimento mais acurado de uma mercadoria, não passa de uma idéia preconceituosa. Os preconceitos subjazem ao pensamento, porque há a falta de análise, interpretação e contestação do aspecto da sua veracidade, e também, porque há dificuldade em simplesmente de pensar a partir de premissas diferentes daquelas que se tem por costume. Para chegar a enxergar outros valores da mercadoria, é necessário perceber e se desgarrar dos preconceitos, e o que pode dar essa tonalidade nova ao pensamento é a compreensão hermenêutica.

Sendo a mercadoria comunicante de algum sentido, ela pode obviamente ser traduzida de maneira pormenorizada para mostrar àquilo que lhe subjaz, como história da sua origem e das suas condições de produção. Por esta razão, o tema da tradução da mercadoria figurou também nesse terceiro capítulo, fazendo que o entendimento da mesma soasse de outra maneira.

Elaborando a interpretação do universo concreto da matéria de uma mercadoria e a tradução do seu aspecto abstrato, chegamos à conclusão de que uma máquina de implementos agrícola é inevitavelmente dependente de todas as áreas da educação, vindo a ser uma síntese de todo processo educacional de tradição e tradução viva de conhecimentos. Pensamos ter ficado claro que “a produção de sentidos legítimos, além do discurso moderno, tem outros lugares possíveis” (BERTICELLI, 2004, p. 345).

Considerou-se isso, tendo em vista que por inerentes à mercadoria transitam diferentes conhecimentos técnicos e científicos, que estão nela sistematizados para cumprir cada uma das etapas de sua produção. Insistimos na relação da mercadoria com a educação, por supormos que nela a presença dos conhecimentos se dá na forma de linguagens que “remetem a fatores como o lugar geográfico, o estrato social, a ideologia, os estudos realizados, a profissão, a idade, o gênero, etc.” (LARROSA, 2004, p. 72).

Assim, a intenção geral explicitamente apresentada no título deste trabalho, relacionando mercadoria e tradução tem a sua justificativa. E foi sobre a possibilidade de mostrar a educação na mercadoria que findamos esse capítulo, defendendo a idéia de que um dos compromissos do tradutor específico é eliminar essa obscuridade em torno da compreensão dos produtos à venda em todos os lugares.

Esse é um exercício de reflexão em que o tradutor “[...] retraduz todas as suas abstrações, inclusive os conhecimentos das ciências, para o conjunto da experiência humana de mundo” (GADAMER, 2004, p. 215). Como no mundo, tudo está ligado a uma totalidade de sentido, o tradutor competente pode assim evidenciar os compromissos da mercadoria com a educação em geral, que está sistematizada em cada material, enquanto condição fundamental que se soma ao produto fabricado.

Antes de iniciar nossa investigação teórica, fomos procurar saber dos professores como na prática pode ocorrer à identificação possível da educação como condição de uma mercadoria. Obtivemos a constatação também no depoimento de alguns profissionais da educação, sobre como, e de que modo, algumas áreas do conhecimento podem estar incorporadas numa só máquina e seus implementos agrícolas.

Vimos que a educação pode estar naquilo que a máquina tem de palpável, que são os conhecimentos das ciências da natureza como a química, física, matemática, geografia, e das ciências humanas como a história e o ensino de artes. De certo, conforme os professores, os saberes que a constituíram são fruto de muitas pesquisas, e, por essa razão, o mundo mercadológico depende da educação formal e por demais dos conhecimentos anteriores que deram origem a essa mercadoria.

Portanto, frisamos que a recuperação tradutora do aspecto educacional da mercadoria no setor produtivo, torna-se essencial como apoiador das produções mercantis, e por isso, alertamos sobre a importância da continuidade da educação, agora em meio à consciência dos seus amplos efeitos sociais mediados pela linguagem em tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBERT, Francis Henrik. ***As (in) fidelidades da tradução*:** servidões e autonomia do tradutor. São Paulo: Unicamp, 1993.

BENJAMIN, W. ***Die Aufgabe des Übersetzers***. Gesammelte Schriften, Band IV (2), Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1989.

_____***Über die Sprache überhaupt und über die Sprache der Menschen***. Gesammelte Schriften, BandII-1, Suhrkampverlag, Frankfurt am Main, 1991, p.140-157.

_____***Die Aufgabe des Überstzers***. Gesammelte Schriften, Band IV-1, 9-21, Suhrkampverlag, Frankfurt am Main, 1991.

BENJAMIN, W. ***Sobre o conceito de história***. Traduzida para uso interno da UNIJUÍ por Paulo Rudi Schneider e Maria Luiza Armando (1989) de Gesammelte Schriften, Band I (2), 691 Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1989.

_____. ***Passagens 1892-1840 Paris***. Titulo Original: **Das Passagen-Werk.** Tradução brasileira 2006.

BERTICELLI, Ireno Antônio. ***A origem normativa da prática educacional na linguagem*.** Ijuí: Unijuí, 2004. (Coleção fronteiras da Educação).

DAL FORNO. Ricardo Lavalhos. ***Traduzir o mundo vivido:*** *a metafísica da linguagem de Walter Benjamin*. Porto Alegre, 2012. Dissertação: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências humanas. Programa de pós-graduação em Filosofia.

FLICKINGER, Hans Georg. ***A caminho de uma pedagogia hermenêutica*.** Campinas: ABDR, 2010. (Coleção Educação Contemporânea).

GADAMER, H. G. ***Hermenêutica em Retrospectiva****: a virada hermenêutica*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2007.[9][10]

_____. ***Verdade e Método*****.** Fundamentos de uma hermenêutica Filosófica. 2. Salamanca: Ortega S.A, 1984.

GADAMER, H. G. ***Verdade e Método II****. Complementos e Índice*. 2. ed. São Francisco: Vozes e Universitária, 2004.

LARROSA, Jorge. ***Linguagem e educação depois de Babel*****.** Tradução: Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARQUES, Mário Osório. ***Conhecimento e modernidade em reconstrução*****.** Ijuí: ed. Unijuí, 1993. 126p. Coleção Educação.

MARX, Karl. ***O Capital. Crítica da Economia Política***. 20. ed.,Tradução: Reginaldo SantAna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1.

MOTTA, Paulo Roberto. ***Transformação organizacional:*** *a teoria e a prática de inovar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PRESTES, Nadja Mara Hermann. ***Educação e racionalidade: conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola***. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. (Coleção Filosofia).

ROHDEN, Luiz. (et.al.). ***Hermenêutica Filosófica: nas trilhas de Hans-Georg-Gadamer***. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. (Coleção Filosofia).

ROHDEN, Luiz. ***Interfaces da hermenêutica: método, ética e literatura***. Caxias do Sul: Educs, 2008.

SCHNEIDER, Paulo Rudi. ***A contradição da Linguagem em Walter Benjamin*****.** Ijuí: Unijuí, 2008. (Coleção Filosofia).

SELLTIZ, Claire. (et. al). ***Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*****.** Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: E.P.U. Universidade de São Paulo, 1975. (Coleção Ciências do Comportamento).

VENUTI, Lawrence. ***A tradução e a formação de identidades culturais***. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, FAEP/ Unicamp, 2002.

---

[9] _____ . *Wahrheit und Methode, Grundzüge, einer philosophischen Hermeneutik,* Gesammelte Werke Band I, J.C.B. Mohr – Paul Siebeck, 6. Auflage, Tübingen, 1990.

[10] _____. Wahrheit und Methode, Ergänzungen. Gesammelte Werke Band I, J.C.B. Mohr – Paul Siebeck, 6. Auflage, Tübingen, 1993.